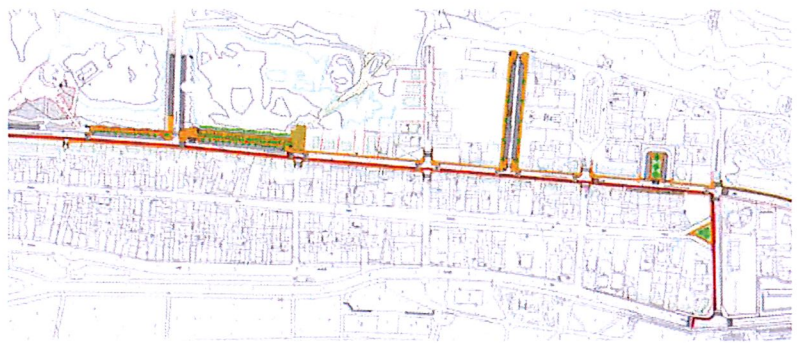
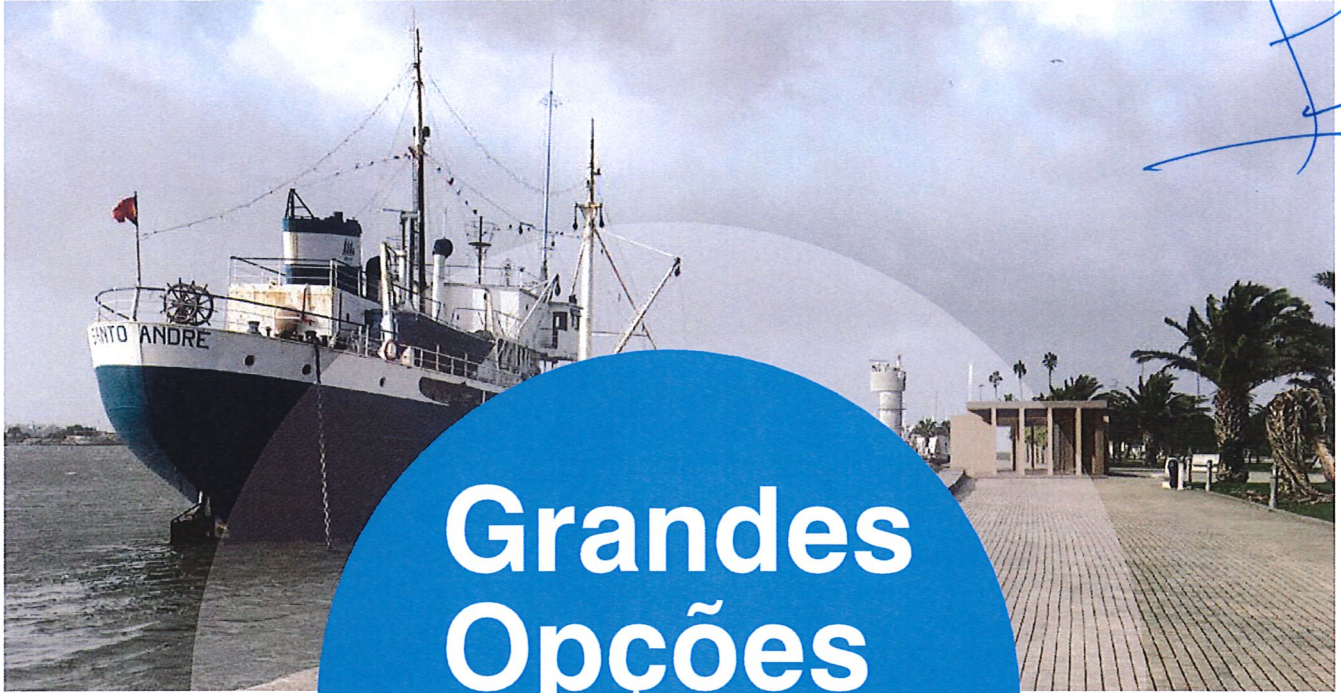


Handwritten signature
28.10.20



Câmara Municipal de **ilhavo**

ÍNDICE

1	AS LINHAS GERAIS DE ATUAÇÃO	3
1.1	A VISÃO. O MUNICÍPIO É UMA GRANDE CIDADE	3
2	GRANDES OPÇÕES DO PLANO	5
2.1	Introdução	5
3	FUNÇÕES GERAIS	9
3.1	Serviços Gerais de Administração Pública.....	9
3.2	Segurança e Ordem Pública.....	12
4	FUNÇÕES SOCIAIS	15
4.1	Educação	15
4.2	Saúde	18
4.3	Segurança e Ação Social.....	19
4.3.1	Ação Social.....	19
4.3.2	Maior Idade.....	21
4.4	Habituação e Serviços Coletivos	22
4.4.1	Habituação	22
4.4.2	Ordenamento do Território	23
4.4.3	Saneamento	26
4.4.4	Abastecimento de Água.....	27
4.4.5	Resíduos Sólidos Urbanos.....	27
4.4.6	Proteção do Meio Ambiente e Proteção da Natureza.....	29
4.4.6.1	Jardins, Parques e Espaços Verdes	29
4.4.6.2	Proteção do Meio-ambiente	30
4.4.6.3	Adaptação às Alterações Climáticas	33
4.5	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	34
4.5.1	Cultura	34
4.5.2	Desporto, Recreio e Lazer.....	36
4.5.3	Outras Atividades Cívicas e Religiosas	38
4.5.3.1	Juventude e Tempos Livres.....	38
4.5.3.2	Outras Atividades.....	39
5	FUNÇÕES ECONÓMICAS.....	39
5.1	Estruturas de Apoio à Atividade dos Pescadores.....	39
5.2	Estabelecimentos Industriais Ligados ao Abastecimento	40
5.3	Transportes e Comunicações.....	41
5.3.1	Rede Viária e Sinalização	41
5.3.2	Transportes (Mobilidade)	42

5.4	Comércio e Turismo	42
5.4.1	Mercados e Feiras	42
5.4.2	Turismo	43
6	OUTRAS FUNÇÕES.....	44
6.1	Juntas de Freguesia.....	44
7	ANÁLISE ORÇAMENTAL E FINANCEIRA.....	45
8	ANEXOS	52

- I. ORÇAMENTO
- II. GRANDES OPÇÕES DO PLANO
- III. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
- IV. PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL
- V. MAPA DE PESSOAL

1 AS LINHAS GERAIS DE ATUAÇÃO

1.1 A VISÃO. O MUNICÍPIO É UMA GRANDE CIDADE

O compromisso que assumimos com os munícipes, através de um projeto que abarca o ciclo de dois mandatos (2013/17 e 2017/21), que agora termina, assenta na certeza e na convicção que este foi e continuará a ser o melhor caminho, o mais realista e equilibrado, para servir o nosso Município, justificado pelo facto dos referidos mandatos coincidirem com a execução física e financeira dos Fundos Comunitários do “Portugal 2020”, apesar da Comunidade Europeia ter, agora, prolongado a execução física e financeira por mais três anos.

A experiência de gestão e o conhecimento da realidade municipal evidenciam que só desta forma, com visão estratégica e de futuro, se pode rentabilizar e potenciar mais e melhores meios para o financiamento das nossas obras e ações.

Durante estes dois mandatos, a gestão rigorosa, transparente e sustentável teve como resultado a estabilização financeira e redução de dívida, aplicada nos últimos anos, culminando com a saída antecipada do “Plano de Ajustamento Financeiro”, ao qual estávamos sujeitos desde 2012; com o desfecho espelhado no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, referente a 2018, que colocam o nosso Município, entre as 308 Câmaras Municipais, no 32.º lugar das Autarquias com maior equilíbrio orçamental com uma relação entre a Despesa Corrente (com amortizações) e a Receita Corrente de 77,3% (superior a 2017 em 1,4%). Importa referir e destacar, igualmente, que, em 2018, Ílhavo foi o 33.º Município com melhor resultado económico, subindo 10 posições em relação ao ano anterior (o 2.º Município entre dos 11 da CIRA).

Assim, fruto das opções tomadas, o Município de Ílhavo é, neste final de 2020, um Município onde a qualidade de vida está acima da média, reconhecido por diferentes Entidades como exemplo de boas-práticas em diversas áreas; está mais capacitado para ser uma “Grande Cidade”, coesa e desenvolvida; e está melhor preparado para a captação de novos Fundos Comunitários no âmbito do próximo Quadro Comunitário Portugal2030, referenciando que no âmbito do atual “Portugal 2020” contamos já com mais de 10 M€ de investimento em projetos candidatados e aprovados, e estaremos mais aptos para acolhermos o processo de Descentralização que atingirá o seu ponto limite em 2021/2022, resultando num aumento significativo dos custos operacionais.

Partimos para a derradeira etapa desta caminhada transportando connosco um capital de obra feita, uma experiência redobrada, um profundo conhecimento da realidade do Município, capazes de garantir o cumprimento da “Missão da Autarquia” num mundo concorrencial e globalizado onde todas as Pessoas continuarão a ser o centro das nossas políticas e ações, mantendo o

contínuo diálogo franco e aberto com as Associações, com as Empresas, com as Entidades e a Sociedade Civil, estabelecendo compromissos e parcerias geradoras de mais-valias e de oportunidades para todos.

Conhecendo particularmente bem os constrangimentos financeiros, económicos e sociais de Portugal, da Europa e do Mundo, agravados pela complexidade dos difíceis momentos que são vividos, resultado do impacto dos efeitos do surto pandémico da SARS Cov2 (COVID-19), torna-se fundamental sermos capazes de congregarmos vontades e desejos para uma atuação inovadora, sustentada, realista e concertada, face à dimensão e relevância dos desafios que o Município tem pela frente, tendo como exemplo a relação institucional e de apoio logístico e financeiro às nossas Associações de Solidariedade Social como resposta às várias dificuldades que atravessam. Por isso, o nosso conhecimento, experiência e trabalho constituem pilares fundamentais para delinear uma Visão suportada no “Plano Estratégico do Município de Ílhavo”, documento que estabeleceu as diretrizes da nossa intervenção. Nesse sentido, entendemos que a nossa visão é uma resposta clara ao que o Município de Ílhavo quer ser daqui a 10 ou 20 anos, definindo dez pilares estratégicos, bem identificados e estruturados, que tem sido o Farol da gestão Autárquica entre 2013 e 2021, transformando o território numa “Cidade do Futuro”, harmonizando a sua história com a modernidade e a reabilitação dos seus centros urbanos.

Além disso, os novos desafios que são permanentemente colocados às Autarquias, transpondo as realidades municipais para além das fronteiras territoriais, implicando um contante compromisso intermunicipal. Este empenho na valorização da Região de Aveiro, onde estamos inseridos, afirmar-se-á de forma inovadora e integradora, tornando-a numa Região mais forte, sinónimo de Municípios mais coesos, prósperos e complementares. Nós faremos a nossa parte.

Por tudo isto, entendemos que a prosperidade do Município de Ílhavo como uma “Grande Cidade”, que promova a coesão territorial com justiça, solidariedade, equilíbrio e equidade, depende muito da vontade de todos e do somatório de cada um de nós enquanto cidadãos, das nossas Freguesias de S. Salvador, Gafanha da Nazaré, Gafanha da Encarnação e Gafanha do Carmo e da imensa e generosa diáspora dos Ílhavos que, partindo pelo mar fora, conquistaram a admiração do Mundo.

Os atuais órgãos da Autarquia têm sabido interpretar essa vontade, ajudando a ultrapassar obstáculos, adaptando-se a uma gestão cada vez mais moderna e eficaz e têm sido intérpretes da ambição de todos sem exceção.

O Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo

Fernando Fidalgo Caçóilo

(Construímos o Futuro...)

2020

2 GRANDES OPÇÕES DO PLANO

2.1 INTRODUÇÃO

Dando cumprimento ao que os termos legais exigem, apresentamos à Câmara e à Assembleia Municipais as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2021, coincidente com um conjunto de contextos conjunturais de considerável relevância: o período de execução física e financeira dos Fundos Comunitários do “Portugal 2020” e a definição do próximo Quadro Comunitário “Portugal 2030”; o último ano de exercício do mandato 2017-2021; a assunção de novos compromissos no âmbito das competências transferidas pela Administração Central, enquadradas no chamado processo de descentralização; a instabilidade e indefinição económica nacional e internacional; e, não menos importante, a necessidade de respostas sociais, económicas e de saúde pública perante os inúmeros impactos que a pandemia provoca e continuará a provocar na sociedade e nas famílias.

A presente proposta do Plano e Orçamento alberga, por isso, importantes desafios, colocando a gestão e o trabalho autárquico num nível alto de exigência que assumimos com total empenho, sem qualquer receio, com o rigor, transparência, responsabilidade e empenho que sempre demonstrámos, permitindo um desenvolvimento sustentado, equilibrado e integrado do Município, o qual tem merecido a confiança dos cidadãos ilhavenses. Compromisso, empenho e resultados que não se esgotam neste ciclo de gestão autárquica, mas que projetam e estruturam um futuro promissor para o Município, garantindo a sua sustentabilidade, coesão social e um desenvolvimento consistente.

São reflexo deste contexto os projetos - finalizados, em execução ou planeados - de requalificação urbana, como a segunda fase da Requalificação da Av. Fernão de Magalhães (Barra), a requalificação da Av. Nossa Senhora da Saúde (Costa Nova), a requalificação da Rua e Largo do Comendador Egas Salgueiro (Gafanha da Nazaré), a aquisição de terrenos com vista à construção do Centro Cívico na Gafanha do Carmo, a requalificação da Frente Ribeirinha na Gafanha de Aquém, a Requalificação do Largo do Cruzeiro, a Requalificação da envolvente ao Santuário de Schoenstatt, a construção de passeios na Rua São Francisco de Xavier, entre outros, na Gafanha da Nazaré ou, no âmbito do PEDU, a reabilitação do edifício do antigo Quartel dos Bombeiros Voluntários (Ílhavo) e as requalificações do Jardim Henriqueta Maia (Ílhavo), da envolvente ao CIEMar, do Bairro dos Pescadores, do Parque da Malhada e da Rua João Carlos Gomes (Ílhavo); de Mobilidade, o serviço de transporte Ílhavo IN, os corredores cicláveis adjudicados no âmbito do PAMUS (1, 2 e 11) que ligam as várias Freguesias (S. Salvador, Gafanha da Nazaré e Gafanha da Encarnação) ou a conclusão da pista de cintura externa na Gafanha da Nazaré (Bresfor – Ponte da Barra), bem como a pavimentação de vários arruamentos no Município; de infraestruturas básicas, como a rede de Drenagem de Águas Residuais e Pluviais da Gafanha de Aquém/Boavista e da Gafanha da Encarnação, o reforço das Redes de

Abastecimento de água na Carvalheira/Ermida ou o projeto para a construção da Rede de Águas Residuais e Pluviais da Gafanha do Carmo; as intervenções no âmbito do Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAIDCD) no Bairro do Bebedouro (Gafanha da Nazaré); as intervenções na área da educação, nomeadamente com a Remodelação e Beneficiação da EB da Gafanha da Encarnação Sul, entre outras; as intervenções na área do Ambiente e Ordenamento, como o reforço do Cordão Dunar entre a Barra e a Costa Nova, com a ligação dos passadiços entre as duas praias, ou a adaptação do PDM no âmbito do Programa da Orla Costeira Ovar-Marinha Grande (POC OMG) e das Alterações Climáticas; as intervenções na área do Património e Cultura, como a reabilitação do Navio-Museu Santo André ou as obras de manutenção do Museu marítimo de Ílhavo; as intervenções de desenvolvimento territorial e económico, espelhadas na construção da Área Empresarial 4.0 da Gafanha de Aquém; e, ainda, as intervenções de âmbito desportivo, como as intervenções no Pavilhão Desportivo da Gafanha da Nazaré ou o concurso para beneficiação do Pavilhão da Gafanha do Carmo.

Não podemos, no entanto, esquecer o intenso trabalho imaterial que a Câmara Municipal desenvolve, apesar dos condicionalismos impostos pelas medidas restritivas no âmbito das orientações e normas da Autoridade da Saúde para a mitigação da COVID-19, seja na área social com os apoios às Associações, às Instituições de Solidariedade Social, nomeadamente às Estruturas Residenciais para Idosos (lares) e à Santa Casa da Misericórdia, aos Bombeiros Voluntários de Ílhavo, ao Centro de Saúde e às Unidades de Saúde familiar (USF) do Município, às famílias mais carenciadas, com reforço das bolsas, aos jovens estudantes universitários, à comunidade sénior ou na assunção do compromisso de Autarquia Familiarmente Responsável; seja na promoção, defesa e valorização da identidade e património cultural e histórico, através da programação do 23 Milhas, da projeção do Museu Marítimo, da investigação do CIEMar e do Centro de Documentação ou da presença na comunidade da Biblioteca Municipal; seja no ambiente, com o trabalho desenvolvido com as escolas que renovou, pelo 3.º ano consecutivo, o título de 100% Eco-Município ou a distinção da ERSAR com a atribuição do Selo de Qualidade dos Serviços Prestados na vertente dos Resíduos Urbanos; seja na afirmação do Município como destino turístico, nomeadamente através da promoção da estação Náutica do Município de Ílhavo.

Ganha especial relevo, fruto da alteração radical nas rotinas e hábitos na comunidade provocada pela pandemia, o esforço que a Autarquia despendeu, durante quase todo o ano (excluindo janeiro e fevereiro), com os apoios sociais às famílias, isenções fiscais e ajudas financeiras aos comerciantes e empresas, doação de equipamentos de proteção individual (EPI) a várias Instituições, apoios sociais escolares (alimentação, material informático, por exemplo), aos quais acresce o trabalho intenso e permanente do seu Gabinete de Proteção Civil e da Comissão Municipal de Proteção Civil. Trabalho este que não ficaria completo, nem seria possível atingir o elevado nível dos seus resultados, sem o envolvimento de diversas entidades públicas, das Associações e Instituições do Município, das empresas e da comunidade.

O trabalho que a Câmara Municipal desenvolve não se esgota em si mesma. Nada faria sentido, e teria sido mais difícil a concretização da maioria dos objetivos, se a Autarquia não promovesse um forte e constante envolvimento com os cidadãos/municípes, com as Associações e Instituições, públicas e privadas, com as Juntas de Freguesia ou com o sector empresarial. Esta permanente ligação à comunidade tem facilitado a concretização dos projetos e dos compromissos assumidos, permitindo transformar o Município de Ílhavo num território desenvolvido, coeso e sustentável.

Com a clara noção que o ano de 2021 comportará desafios muito importantes, temos, no entanto, a obrigação e o dever moral de não abdicar da seriedade com que encarámos, desde 2013, a responsabilidade de gerir a “coisa pública”, pela confiança que nos foi atribuída pelos Ilhavenses, à qual continuaremos a responder com trabalho, com verdade, com rigor, com transparência, com sustentabilidade e com o cumprimento escrupuloso do “Nosso Compromisso”.

Um dos grandes desafios enquadra-se no processo da delegação e transferência de competências da Administração Central para o Poder Local. Ílhavo sempre se bateu por uma delegação de competências séria, sustentável, coerente e que garantisse uma maior autonomia. Volidos que estão mais de 40 anos de Poder Local Democrático acreditamos na importância e no papel que a Descentralização pode ter para o País, para os Municípios e para os cidadãos, desde que seja devidamente estruturada, objetiva e financiada. Este será um importante repto colocado à nossa gestão e trabalho autárquico, o qual enfrentaremos com total empenho, sem quaisquer receios.

Porém, tal não significa que aceitamos toda e qualquer transferência de responsabilidades que o Governo queira efetuar, sem consistência, sem sustentabilidade financeira, sem exequibilidade, salvo por imposição legal como parece que irá acontecer a partir de 2021/2022. Foi sempre esta a nossa posição pública de não assumirmos compromissos que possam hipotecar o futuro do Município de Ílhavo e das próximas gerações, e deite por terra todo o trabalho desenvolvido até à data. Neste contexto, teremos novas e acrescidas responsabilidades na área da “Educação”, “Áreas Portuárias”, “Transporte em Vias Navegáveis Interiores”, “Associações de Bombeiros”, “Praias Marítimas, Fluviais e Lacustres”, “Lojas e Espaços Cidadão, Gabinetes de Apoio aos Emigrantes e Centros Locais de Integração de Migrantes” e “Património Imobiliário Público sem Utilização”. Da mesma forma que, com toda a seriedade e coerência, mantendo a defesa dos princípios assumidos na gestão rigorosa e sustentada do erário público municipal, foram rejeitadas competências nas áreas dos “Jogos de Fortuna e Azar”, “Vias de Comunicação”, “Habitação”, “Estacionamento Público”, “Proteção e saúde Animal e Segurança dos Alimentos”, “Justiça”, “Cultura”, na “Saúde” e na “Ação Social”.

O panorama internacional e nacional traz preocupantes incertezas e uma significativa instabilidade económica, com uma evidente crise financeira sem precedentes, superior à da última década. A instabilidade dos mercados e da economia internacional, com a volubilidade

que se faz sentir pelo impacto da COVID-19 e a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China; a fraca expansão e sustentabilidade da economia nacional à qual acresce o aumento da dívida pública portuguesa e do agravamento do défice; o decréscimo da balança externa fruto da diminuição das exportações e da queda do turismo; o aumento do desemprego e do encerramento de muitas empresas; a necessidade de respostas sociais às famílias, nomeadamente as mais desfavorecidas; obriga a um conjunto redobrado de cuidados e de opções coerentes, se quisermos continuar a ser rigorosos e criteriosos na gestão pública.

O Orçamento e as Opções políticas que explanamos no respetivo Plano, e que hoje apresentamos, refletem estas preocupações sem, no entanto, deixarmos de assumir as nossas responsabilidades e os nossos compromissos, sem colocar em causa investimento municipal, nem a qualidade dos serviços públicos, já tão degradados ao nível da Administração Central.

Ao contrário das “contas certas” do Governo e do seu Ministério das Finanças, de uma forma geral, os Municípios têm feito um esforço significativo de consolidação das suas contas, tendo reduzido, de forma expressiva, o seu endividamento, contribuindo assim para a estabilização e dignificação do papel do Poder Local.

Foi o rigor desta gestão, tendo sempre como foco e objetivo únicos o desenvolvimento sustentável do Município e o bem-estar dos nossos Municípes, que permitiu que o Município de Ílhavo se posicionasse num honroso 32.º lugar entre os 308 municípios.

Com efeito, quanto mais sólidas forem as finanças públicas, mais preparados estaremos para enfrentar a atual incerteza e eventuais choques externos (ao Município), e quanto mais fortes forem as nossas finanças, mais aptos estaremos para as necessárias respostas sociais e para aproveitar as oportunidades que surjam de promoção do desenvolvimento económico.

Este será o terceiro grande desafio a que nos propomos para 2021: o desenvolvimento do Município de Ílhavo assente num investimento público sustentado que não se esgota neste final de mandato, mas que se projeta para um futuro imediato de consolidação do desenvolvimento sustentado e sustentável do nosso Município e da Região.

As candidaturas aos Fundos Comunitários vão continuar a assumir um espaço prioritário e fundamental nas nossas preocupações, assumindo e defendendo, como sempre o fizemos, a importância e o papel da União Europeia. A nossa presença permanente no Conselho Consultivo da CCDR Centro, a nossa participação no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Região de Aveiro (PDCTRA), no Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), Costeira e Rural, no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Sustentável (PEDU), entre tantos outros com enquadramento nacional, já tem dado resultados muito positivos para a preparação do futuro coletivo do nosso Município. A este contexto, adicionamos as nossas expectativas e a participação que nos for possível no que respeita ao próximo Quadro Comunitário 2030, não escondendo, como referido, as nossas preocupações quanto à ‘saúde’ da economia mundial, da economia da Europa e da estabilidade da União Europeia, bem como das frágeis contas públicas nacionais.

Por isso, hoje, como no passado recente, todas as oportunidades serão assumidas de forma clara e estratégica, nesta visão do Município de Ílhavo entendido como uma “Grande Cidade”, de forma coesa e harmoniosa, preparando-o para os importantes desafios das próximas décadas.

Por fim, com um Executivo Municipal consciente das suas responsabilidades e dos desafios que se colocam no imediato, apresentamos, mais uma vez, um Orçamento realista, rigoroso e sustentado. Um Orçamento que continuará a apoiar os cidadãos - com especial referência para os mais necessitados - os jovens, as famílias e as empresas, as nossas Associações, Instituições e Juntas de Freguesia. Para estes, haverá um especial cuidado no reforço dos Acordos, Contratos e Protocolos a celebrar para a promoção social, cultural e desportiva, ou para o desenvolvimento e coesão do território municipal. Mas fundamentalmente, face às anunciadas dificuldades que surgiram neste período de pandemia e que terão reflexos, nos próximos anos, na disponibilidade financeira dos cidadãos e das famílias, haverá a capacidade para retribuir, pelo segundo ano consecutivo, o contributo fiscal até agora dispensado pelos munícipes através de uma nova redução em 5,7% do valor do IMI (a fixar em 0,33), mantendo-se as reduções no âmbito do IMI Familiar (20,00€ para 1 dependente, 40,00€ para 2 dependentes e 70,00€ para 3 ou mais). A esta resposta social e económica, vamos, pela primeira vez, reduzir o valor do IRS concedido às Autarquias reduzindo essa taxa em 20%, fixando-a em 0,4% (atualmente em 0,5%).

No que respeita às empresas, não sendo possível alterar o valor limite fixado por lei, é mantida a isenção do pagamento da derrama para as empresas que tenham um volume de faturação inferior a 150.000 euros, recordando que o pagamento deste imposto municipal só se verifica quando uma empresa obtém lucro da sua atividade, significando, à partida, alguma estabilidade financeira, permitindo ser, desta forma, parte contributiva para o desenvolvimento do nosso Município em favor de todos.

A reflexão e proposta que a seguir apresentamos, evidenciam precisamente estas qualidades com vista à concretização plena do nosso compromisso, pelo que as Grandes Opções do Plano (GOP) para 2021 apresentam um nível de investimento municipal no valor total de 19.292.900€ (incluindo o saldo previsto de 2.800.000€), sendo o valor total do Orçamento de 33.800.000€, o qual corresponde ao valor do investimento mais as despesas de funcionamento.

3 FUNÇÕES GERAIS

3.1 SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Atualmente, os serviços prestados à população afirmam-se como um vínculo essencial para a melhoria da qualidade de vida da Comunidade. Daí que, as tecnologias de informação, comunicação e eletrónica, sejam um instrumento central para a modernização dos modelos de gestão e de oferta de serviços, para a integração de pessoas e processos, possibilitando também uma maior participação nos processos municipais pela Autarquia. O impacto destas tecnologias

está a sentir-se de forma cada vez mais célere abrangendo praticamente todas as áreas da vida do Município, daí que, a adoção das melhores práticas são uma aposta confirmada ano após ano, já que pretendemos sempre, e a cada momento, uma Câmara Municipal eficaz e mais eficiente, servindo de forma intuitiva e pragmática, todos quantos trabalham, visitam ou vivem no nosso Município.

Assim, e tendo como objetivo a continuada melhoria das condições de trabalho, com a adaptação e conservação das instalações Municipais iremos continuar a investir fundamentalmente no Edifício Municipal e nos Armazéns Gerais de forma a melhorar o ambiente e as condições de trabalho.

Continuar a aprofundar o envolvimento do Município de Ílhavo na Secção Cidades Inteligentes da ANMP, da qual o Município de Ílhavo é membro fundador;

No que diz respeito à Modernização Administrativa, continuaremos integrados no projeto “Região de Aveiro Digital – RAD”, estando previstos um conjunto de melhoramentos no serviço ao cidadão, nomeadamente a melhoria de informação e serviços prestados por via digital, aumentando assim a participação pública; intensificar as medidas de melhoria da produtividade dos colaboradores e aumentar a eficiência e a eficácia dos serviços através do esforço e modernização dos meios tecnológicos do Município (*hardware* e *software*); continuar a reforçar os programas de formação dirigidos aos colaboradores; atualização dos procedimentos e plataformas associadas à gestão documental e desenvolvimento do arquivo digital;

Continuar a integrar concursos públicos intermunicipais para serviços comuns das autarquias, promovidos pela Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, à semelhança do procedimento para a aquisição de energia elétrica;

Avançar com a implementação do Orçamento Participativo (Regulamento já aprovado), com o envolvimento abrangente da Comunidade e a alocação de uma verba para o efeito no Orçamento 2021, a pandemia, que teve início no 1.º trimestre de 2020, obrigou ao adiamento do arranque da implementação do O. P.;

Continuar a melhoria do Serviço de Controlo Interno, tendo como objetivo o cumprimento dos regulamentos e a aplicação de normas que visam uma gestão mais eficiente nos seus diversos circuitos internos, assim como a avaliação dos funcionários no âmbito do SIADAP;

No que se refere à área dos Fundos Comunitários, iremos aprofundar o trabalho em três vetores fundamentais: captação de novos fundos, execução e fecho dos atuais projetos financiados, com destaque para os que fazem parte do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano do Município de Ílhavo, e a preparação para o novo quadro de apoio UE 2030. O trabalho nesta importante área de suporte ao investimento, capacitação e inovação municipais, envolve equipas multidisciplinares e transversais aos vários serviços de forma coordenada, estando hoje candidatados ou em execução projetos nas seguintes áreas: cultura, programação cultural e eventos municipais; educação e combate ao insucesso e abandono escolar; modernização

administrativa; eficiência energética, inovação organizacional e transformação digital; turismo; empreendedorismo e desenvolvimento económico e industrial; vida saudável; envelhecimento ativo; adaptação às alterações climáticas e obras e empreitadas, etc. A este nível, importa também aprofundar o trabalho que estamos a realizar juntamente com a CIRA, destacando-se vários projetos em curso liderados e promovidos por esta entidade onde o Município de Ílhavo é entidade parceira e que têm impacte na capacitação do Município de Ílhavo em várias áreas. Relativamente à preparação para o novo quadro de financiamentos da União Europeia 2030, destacamos já o trabalho de prospeção e levantamento de oportunidades em curso, bem como o alinhamento de novos projetos para o desenvolvimento do Município de Ílhavo que possam vir a ser financiados nesse âmbito;

Manter a grande aposta de aproveitamento de todas as oportunidades a nível nacional e europeu, com relevância estratégica e funcional para a Câmara Municipal e para os serviços, maximizando a obtenção direta e indireta de valor para o Município;

Dar apoio às Associações e Entidades do Município com menor experiência no âmbito da candidatura a fundos comunitários, seja em questões gerais, seja no melhor encaminhamento em projetos financiados que pretendam vir a desenvolver;

Quanto à sociedade “Polis Ria de Aveiro, S. A.”, continuaremos a assumir os nossos compromissos, mantendo a expectativa numa solução com futuro, que já teve vários cenários, sendo a concretização da 3.ª fase do Reforço do Cordão Dunar, e o desassoreamento da Ria (em execução) com a resolução também do desassoreamento dos Cais de Abrigo no Município, um dos grandes objetivos de continuidade;

Manter uma profunda, ativa e empenhada relação com a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA) e Associação de Municípios Carvoeiro-Vouga bem como todas as outras entidades de que somos associados como a Águas da Região de Aveiro (AdRA), Águas do Litoral, S.A., e Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP); O Porto de Aveiro e a Universidade de Aveiro, com quem trabalhamos em estreita colaboração; o Parque de Ciência e Inovação e a Comunidade Portuária entidades cujas mesas de Assembleia presidimos, assim como o Conselho Permanente do Conselho Regional da CCDR-Centro, do qual o nosso Município agora faz parte.

Manter e estimular a cooperação ativa e empenhada, no processo de desenvolvimento do projeto da CIRA para a construção do Centro Intermunicipal de Recolha de Animais de Companhia, assim como a concretização da expansão do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia de Ílhavo (CROACI) de forma a assegurar a qualidade do serviço prestado e o bem-estar animal, dando assim cumprimento ao estipulado pela Lei n.º 27/2016 de 23 de agosto;

Em termos de comunicação e notoriedade do Município, aspetos que se revestem de capital importância na divulgação da atividade municipal, reforçaremos a afirmação do Município de Ílhavo, com o slogan “O Mar por Tradição”, consolidaremos a promoção e comunicação das marcas do nosso Município, continuaremos a realizar eventos com forte componente identitária e

diferenciadores a nível nacional, e por último, reforçaremos o trabalho de promoção junto dos que possam vir a residir, investir ou visitar o nosso Município, melhorando a atratividade e gerando valor acrescentado.

3.2 SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

Em 2021 haverá continuidade nas ações realizadas ao longo dos últimos anos no que se refere aos Planos Municipais de Emergência, da Formação e Sensibilização da população. No entanto, devido ao contexto de pandemia em que vivemos, e enquanto tal se mantiver, serão feitas algumas alterações de modo a ir ao encontro das condicionantes desta nova realidade.

Relativamente à Segurança em Edifícios CMI, pretende-se continuar a implementar a estrutura de Segurança, de modo a cumprir com a legislação, no que se refere à Segurança contra Incêndios em Edifícios.

No que diz respeito à área da proteção civil são várias as ações previstas para 2021 nomeadamente:

Planos de Emergência Municipais:

O PMEPC – Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil foi aprovado em Resolução n.º 4/2019, da Comissão Nacional de Proteção Civil, conforme deliberação ocorrida na sua reunião plenária de 23 de julho de 2019. Em 2020, o PMEPC de Ílhavo, foi ativado a 20 de março após a realização da reunião extraordinária da Comissão Municipal de Proteção Civil de Ílhavo, no âmbito das medidas de mitigação do surto pandémico da COVID-19. O Plano prevê o reforço operacional de forças e meios municipais, a articulação com diversas entidades relacionadas com a saúde, bombeiros e forças de segurança, e, principalmente, na ligação permanente e estreita com o Comando Distrital de Operações e Socorro (CDOS) de Aveiro, assegurando fluxo de informação constante.

O PEEExt Ílhavo – Plano de Emergência Externo de Ílhavo foi aprovado em Resolução n.º 5/2019, da Comissão Nacional de Proteção Civil, de 02 de outubro, com a recomendação de uma revisão intercalar após um ano da sua vigência, pelo que será feita a sua revisão até outubro de 2021. No âmbito deste Plano, pretende-se, por intermédio da CMPC, solicitar à APA – Agência Portuguesa do Ambiente, o levantamento de produtos perigosos nas indústrias não SEVESO que se encontram dentro dos limites do Porto de Aveiro, com o objetivo de melhorar a articulação entre estas e os Agentes de Proteção Civil na prevenção de acidentes graves com substâncias perigosas e na atuação de emergência, em caso de acidente grave com efeito dominó.

Plano de Contingência COVID-19: Pretende-se dar continuidade às regras e medidas de combate à pandemia da doença COVID-19 estabelecidas no Plano de Contingência COVID-19 acionado desde março 2020, com as devidas alterações e atualizações que se justificarem, por forma a garantir uma melhor proteção da saúde pública e a salvaguarda da saúde e segurança da população. Ainda na gestão da pandemia continuaremos a investir na aquisição de material de

proteção e desinfecção, na manutenção de locais de isolamento, na produção e aplicação de sinalética COVID-19, na implementação de medidas de planos de contingência em edifícios e na sensibilização da população através de material informativo.

Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC): A CMPC reúne ordinariamente duas vezes por ano, podendo ser convocada extraordinariamente em caso de emergência ou catástrofe ou na sua eminência. No contexto de pandemia, após ativação de PMEPC Ílhavo, foi criada a SubComissão COVID-19, no âmbito da CMPC de Ílhavo para recolha e tratamento de informação relativa aos casos em curso e monitorização da situação, que se manterá ativa enquanto a situação de pandemia persistir. Enquanto perdurar a situação de pandemia, serão publicados pontos de situação regulares para informação da CMPC e da população geral, através dos meios de comunicação digitais.

Realização de Simulacros / Exercícios de Evacuação: Em parceria com os Bombeiros Voluntários de Ílhavo e a GNR, assim como com outras entidades, a Câmara Municipal de Ílhavo pretende promover a realização de Simulacros e de Exercícios de Evacuação em Estabelecimentos de Ensino e Edifícios Municipais, com o objetivo de testar a operacionalidade dos seus Planos de Emergência e de sensibilizar toda a Comunidade, das crianças aos seniores, para a sua importância. Na sequência dos exercícios realizados no ano anterior, em 2021 continuar-se-á a realizar Exercícios de Evacuação em Edifícios Municipais.

Plano Integrado de Formação – Segurança e Proteção Civil nas Escolas: Pretende-se uma vez mais, levar a cabo no ano 2021, o Plano de Formação Integrada nas Escolas com a temática da Segurança e Proteção Civil, em parceria com os Agentes de Proteção Civil com o objetivo de promover e alargar a formação e o conhecimento dos elementos da Comunidade Escolar do Município de Ílhavo nestas temáticas. A Câmara Municipal propõe-se a servir como interlocutor entre as diversas entidades e os Estabelecimentos de Ensino, colaborando e participando na divulgação, programação e organização das ações de formação/sensibilização.

Sensibilização da população – Segurança e Proteção Civil: Pretende-se continuar a elaborar material informativo e de sensibilização (cartazes e folhetos para distribuição, e publicação nos meios de comunicação da CMI: site, Agenda Viver Em, e Boletim Municipal) direcionado para a população do Município, sobre vários temas de Segurança e Proteção Civil, dando destaque às medidas de proteção COVID-19, enquanto perdurar a situação de pandemia, e às Medidas de Autoproteção e atuação em caso de Acidente com Substâncias Perigosas, para dar cumprimento às obrigações legais da Diretiva SEVESO III.

Comemoração do Dia Internacional da Proteção Civil: com a finalidade de dar uma maior notoriedade e capacidade de intervenção a esta importante área, sensibilizando todos os Municípios para o seu papel vital na prevenção de situações de risco, integrando, desta forma, a sua equipa. Esta iniciativa decorre habitualmente ao longo do mês de março, com simulacros nos Estabelecimentos de Ensino do Município, e/ou em Edifícios Municipais. Também se reforçará a sensibilização à população no âmbito da temática Proteção Civil.

Dependendo da evolução da pandemia de COVID-19, e dos condicionalismos impostos, outras ações poderão ser realizadas em substituição das inicialmente propostas, substituindo-se as ações presenciais por meios de sensibilização através de plataformas digitais.

Plano de Ação da Vespa Velutina: Pretende-se dar continuidade ao Plano de Ação da Vespa Velutina, para que num esforço da Proteção Civil Municipal, se possa otimizar o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no controlo da espécie, com uma maior celeridade e eficácia na eliminação dos ninhos de difícil acesso, quando identificados.

Em 2021 continuaremos a realizar as ações previstas no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI) do Município de Ílhavo, assentes em quatro dos cinco eixos estratégicos de atuação emanados pelo Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (1.º Eixo Estratégico – Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais; 2.º Eixo Estratégico – Reduzir a incidência dos incêndios; 3.º Eixo Estratégico – Melhorar a eficácia do ataque e gestão de incêndios; 5.º Eixo estratégico – Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz).

Estas ações têm como objetivos promover a gestão florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas, educar e sensibilizar populações, onde se incluirão as ações como o *Woodwatch* – De Olho na Floresta, o Programa Vocação e o Programa Municipal de Ocupação de Tempos Livres, a articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1ª intervenção, a operacionalização da Comissão Municipal de Defesa da Floresta e a elaboração do Plano Operacional Municipal, que operacionaliza todos os dispositivos de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

No âmbito do PMDFCI, estão previstas para o ano de 2021 as seguintes ações:

A realização de Faixas e Gestão de Combustível (FGC) de responsabilidade da CMI, que a seguir se indicam: FGC de proteção à ZIM, num total de 35,82 ha, dos quais 4,45 ha foram intervencionados em 2020 pelo ICNF, e por este motivo será avaliada a necessidade de nova intervenção nesta parcela aquando do processo de adjudicação da obra e a FGC pela rede viária numa faixa lateral de terreno confinante numa largura de 10 m, num total de 3,25 ha para intervenção em 2021.

A promoção de ações de sensibilização junto da população escolar na comemoração do Dia Internacional das Florestas e da comemoração do Dia da Floresta Autóctone, com atividades a serem realizadas em espaço florestal, permitindo aos jovens uma abordagem das questões ligadas à conservação da floresta e à sua defesa contra os incêndios florestais, e fomentar uma série de conceitos, princípios, valores, comportamentos e atitudes que lhes permitam compreender melhor as funções e viver em harmonia com os espaços florestais e naturais.

A promoção de ações de sensibilização dirigidas à população em geral, agricultores e proprietários florestais de acordo com PMFCI. Dependendo da evolução da pandemia de COVID-

19, poderão ser realizadas ações de esclarecimento e sensibilização em espaço rural e não em sala.

A manutenção da vigilância dos espaços florestais através da presença de equipas móveis uma vez que constitui um forte fator de dissuasão e permite ainda uma rápida deteção dos focos de incêndio nas áreas definidas para cada equipa.

Manteremos o trabalho no âmbito do Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal da CIRA que tem, entre outros, os seguintes objetivos, o acompanhamento das políticas florestais e promover a articulação e compatibilização dos instrumentos de planeamento florestal de âmbito municipal e promover a articulação e funcionamento integrado dos GTF municipais.

Continuaremos a realizar o Conselho Municipal de Segurança de forma regular e promover uma estreita relação com a GNR, no sentido de aumentar a eficiência no combate à criminalidade. Promoveremos a realização de atividades conjuntas no âmbito da formação e sensibilização da população abrangendo diferentes faixas etárias abordando diversas temáticas no âmbito da segurança.

Manteremos o apoio à atividade regular da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ílhavo (AHBVI) através do Acordo de Cooperação realizado anualmente. Promoveremos um concurso de ideias para a conceção do Monumento ao Bombeiro e a consequente construção.

4 FUNÇÕES SOCIAIS

4.1 EDUCAÇÃO

O poder das Autarquias na área da Educação tem variado ao longo dos tempos. A crescente descentralização das competências centrais, para as locais, neste domínio, importa para os Municípios maiores responsabilidades e, subseqüentemente, o enraizar cada vez mais profundo do relacionamento com as escolas, docentes, não docentes, alunos e comunidade educativa em geral.

A Câmara Municipal de Ílhavo assumiu, a 1 de setembro de 2020, a transferência de competências na área da Educação. Às anteriores competências ao nível do pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico, juntaram-se agora os restantes ciclos, num assumir quer de recursos humanos, quer da componente edificada nas suas vertentes de gestão e manutenção. A responsabilidade da Câmara Municipal alarga-se agora também no âmbito do apoio alimentar com a responsabilidade na contratação e gestão do serviço de refeições escolares para os 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário, bem como na disponibilização de leite escolar para os alunos do ensino pré-escolar e 1.º ciclo de ensino básico. Ao nível da promoção das iguais oportunidades de acesso, o ano letivo 2020/2021 arrancou com a contratação de transporte dos denominados “circuitos especiais de transporte” destinados a crianças com necessidades específicas de saúde.

Sendo a Educação um pilar no desenvolvimento do território e das suas gentes, a Câmara Municipal encara esta área como um investimento no futuro do Município assumindo, claramente, a sua posição na construção um território inclusivo, consciente das suas potencialidades, dos seus recursos e da sua história. Com os olhos postos no futuro, não descurando, no entanto, o seu passado, assume uma postura construtiva perante os novos desafios que as nossas crianças e jovens terão que enfrentar contribuindo, de forma ativa, na estruturação dos seus saberes e competências.

A intervenção Municipal na área da Educação não se esgota nas competências agora delegadas e a ação da Câmara Municipal continuará a ser, como aliás se tem assumido ao longo dos anos, pautada pela promoção de iguais condições de acesso ao ensino e de momentos e oportunidades enriquecedoras dos currículos formais e não formais dos mais novos.

O ano de 2021, com todas as contingências que se farão sentir, será um ano de consolidação da relação com os Agrupamentos de Escolas, com as suas direções, os seus funcionários, e todos os que diariamente contribuem para o bom desenvolvimento das práticas educativas e pedagógicas.

A transferência de competências para o Município de Ílhavo não será, em momento algum, um instrumento para consubstanciar a criação de uma relação hierárquica. Pretende-se o trabalho em parceria, de colaboração entre as instituições e os demais parceiros. A gestão partilhada de espaços e equipamentos tem em vista a melhoria dos processos e a criação de melhores condições de desenvolvimento pedagógico, esse sim da esfera exclusiva das escolas.

O objetivo será sempre, em última instância, a criação de maiores e melhores condições para a promoção do desenvolvimento global das crianças e jovens do Município.

Importa, assim, gerir o edificado com vista à manutenção de um nível de conforto em conformidade com as práticas, promover o acompanhamento adequado ao dia-a-dia das escolas e continuar a apostar na valorização do capital humano.

Com esta premissa em mente, propomos o desenvolvimento das seguintes ações:

Estando já em pleno funcionamento a Escola Básica da Gafanha da Encarnação Sul, importa continuar a olhar para o edificado, ao nível da educação, desta freguesia, e avançar com o projeto de construção de uma estrutura de pré-escolar e 1.º ciclo de ensino básico na Gafanha da Encarnação, tendo como conceito um novo Centro Escolar do lado norte/centro da freguesia;

As melhorias nos espaços interiores e exteriores dos jardins-de-infância e escolas do 1.º ciclo de ensino básico estão praticamente concluídas. Importa agora reforçar, nestes estabelecimentos, a existência de alguns equipamentos lúdico/pedagógicos de promoção do fruir do espaço exterior;

A elaboração do projeto de requalificação na Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes ficará concluída de forma a que estejamos na primeira linha do próximo Quadro Comunitário de Apoio – Portugal 2030;

A remoção do remanescente amianto nas escolas identificadas pela DGEstE encontra-se já em fase de concurso.

Ao nível das respostas no apoio às famílias, reiteramos a confiança nas Associações de Pais no que à cogestão de Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e Componente de Apoio à Família (CAF) diz respeito, numa fase em que tão prontamente responderam às dificuldades acrescidas que a pandemia da COVID-19 trouxe. Consolidamos o apoio técnico e logístico a prestar na resolução das suas maiores dificuldades e nas inerências das novas dinâmicas reforçando, também, as verbas atribuídas no âmbito do Protocolo de Cooperação para o ano letivo 2020/2021.

No que às Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) diz respeito, os Agrupamentos de Escolas do Município reconhecem a qualidade das propostas e projetos desenvolvidos ao longo dos anos e indicaram a Câmara Municipal, uma vez mais, como entidade promotora, responsável pela contratação dos técnicos bem como pelos investimentos necessários à aquisição de bens materiais ou outros que promovam o desenvolvimento das atividades em contexto escolar e/ou das atividades a desenvolver fora dos estabelecimentos de ensino. O ano de 2021 trará consigo o reforço do material pedagógico utilizado na promoção do desenvolvimento, de forma segura e sustentada, as atividades das várias áreas;

A aposta na promoção das Ciências e da Literacia Digital revelou-se um sucesso e com a abertura do Estaleiro – Estação Científica de Ílhavo (eci.), estamos em condições para promover o desenvolvimento das competências do futuro no espaço próprio criado para o efeito, dotado de tecnologia e recursos humanos habilitados para a promoção da experimentação, criatividade, pensamento crítico e inovação;

As parcerias com os diversos parceiros e as conquistas já alcançadas nomeadamente com o reconhecimento, por parte da Fundação Calouste Gulbenkian, da qualidade da oferta, colocarão o Estaleiro, eci. nos lugares cimeiros do panorama regional e nacional dos equipamentos educativos;

As dinâmicas base de atuação Municipal ao nível da Educação estarão em 2021, eventualmente, condicionadas pelo desenvolvimento da situação pandémica no país, no entanto importa manter a promoção dos momentos de raiz, com a máxima segurança. O apoio a projetos das Escolas e a oferta educativa no âmbito do SEMI nos diferentes equipamentos municipais estarão desde logo garantidos. As grandes atividades de foco nas festividades serão executadas, assim as condições de saúde o permitam;

Na área da promoção de estilos de vida saudáveis importa manter e reforçar a promoção do Desporto em contexto Escolar, promovendo a prática de diferentes modalidades e o conhecimento de diferentes expressões físicas e motoras. Nesta premissa, o ano letivo de 2020/2021 arrancou com a implementação do projeto de coadjuvação de educação física na componente letiva do 1.º ciclo do ensino básico e mantemos a aposta na promoção da Atividade

Física e Desportiva e das Atividades Rítmicas e Expressivas no desenvolvimento das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC);

Na promoção das atividades náuticas, o Projeto “Vela para Todos”, iniciado no ano letivo 2019 para alunos de 2.º e 3.º ciclos, em parceria com Agrupamentos de Escolas e os clubes náuticos do concelho, alarga, em 2021, a sua atuação ao 1.º ciclo, muito em especial aos alunos de 4.º ano, durante o tempo letivo, com a dinamização deste Projeto piloto a uma turma de cada um dos Agrupamento de Escolas para a prática de Vela. O projeto, suspenso em 2020 fruto da interrupção da componente letiva presencial terá, em 2021, o seu regresso, no respeito pelas orientações emanadas pela DGS para a prática desportiva;

No âmbito da promoção das boas práticas ambientais reforçamos os apoios às nossas escolas para que desenvolvam os seus projetos Eco Escolas e de mobilidade sustentável, apoiando projetos que visem uma maior utilização da bicicleta como meio de transporte preferencial.

E porque os apoios aos percursos escolares dos nossos jovens são uma prioridade municipal, mantemos o auxílio a estudantes carenciados que prosseguem os seus estudos após o ensino secundário obrigatório, incentivando o mérito e tendo como contrapartida o trabalho para a Comunidade e o enriquecimento pessoal, através do Programa Municipal de Bolsas de Estudo;

Na promoção da transição para a vida ativa o Programa Municipal de Bolsas e Estágios de Trabalho (PMBET) continuará a promover a formação humana, cívica e académica dos jovens do Município através de estágios remunerados, com uma duração de doze meses consecutivos que decorrerão na Câmara Municipal, em áreas e serviços a indicar anualmente.

As competências delegadas na área da educação serão executadas na sua totalidade.

4.2 SAÚDE

A Câmara Municipal de Ílhavo manterá a sua aposta numa readaptação da melhoria das condições de prestação de cuidados à população e num melhor acesso à saúde, face aos condicionalismos provocados pela pandemia da COVID-19, a Autarquia continuará disponível para, em conjunto com a Administração Regional de Saúde do Centro, ser parceira na resolução e melhoria das instalações de serviços de saúde no Município, especialmente das Unidades de Saúde Familiar da Gafanha da Nazaré, que, nas condições atuais não apresenta, como instituição prestadora de cuidados de saúde, a dignidade que a população merece, neste caso, entendemos que a ARS deve promover esta Unidade como prioritária para ser elegível no próximo Quadro Comunitário Portugal 2030.

Também neste domínio, fruto das dificuldades financeiras do Ministério da Saúde, firmámos um protocolo com a ACeS Baixo Vouga, para que seja a Câmara Municipal a proceder a obras de beneficiação do Centro de Saúde de Ílhavo, a 1.ª fase foi já executada, e a 2.ª está prevista para 2021, tendo como objetivo a melhoria das condições de prestação de serviços e assistência médica à população. Ainda neste âmbito, e inserida na remodelação do Salão Cultural da

Gafanha da Encarnação, a Câmara Municipal irá assumir o projeto de ampliação da Extensão de Saúde.

Face às grandes transformações sociais e à concentração dos serviços de saúde primária, será mantida uma atitude atenta, na defesa da qualidade e proximidade dos serviços de saúde aos cidadãos do nosso Município. Neste enquadramento, retomaremos a “Feira da Saúde e da Família”. Dado o sucesso desta iniciativa no ano de 2019 e do revés do seu cancelamento no ano de 2020, pretende-se em 2021 promover uma nova edição, com a realização de atividades pedagógicas no âmbito da promoção da saúde, que envolvam de novo as crianças mais novas, a Caminhada Solidária em família, envolvendo uma vez mais as entidades promotoras da saúde do Município, dando a oportunidade a todos de fazer exercício físico, rastreios e avaliações, bem como criar novamente um espaço de debate sobre temáticas relacionadas com a vida saudável e bem-estar.

A aposta na promoção da saúde e prevenção da doença, continuará presente na gestão da Saúde no Município, nessa medida continuaremos a realizar ações de sensibilização à população, sobretudo a mais idosa, através de parcerias com outras entidades, como é o caso a Unidade de Cuidados na Comunidade “Laços de Mar e Ria”, a Associação Alzheimer Portugal e outros parceiros que conosco colaboram na área do envelhecimento ativo.

As questões da deficiência merecerão também a nossa atenção e, nessa medida, pretendemos continuar a dinamizar o banco de produtos de apoio, bem como sensibilizar a comunidade, promovendo momentos de reflexão e colaborando na organização de seminários sobre o tema.

No contexto de pandemia que país atravessa, a Câmara Municipal continuará a dar apoio logístico e de material a todas as Unidades de Saúde do Município.

4.3 SEGURANÇA E AÇÃO SOCIAL

4.3.1 Ação Social

A Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde tem como atribuições assegurar a realização da política e dos objetivos definidos nos domínios da Maioridade e Envelhecimento Ativo, Ação e Integração Social, da Família e Igualdade de Género, Saúde e Inclusão Habitacional.

Nesta medida, pretende-se promover o desenvolvimento e a intervenção social integrada em estreita articulação com todas as entidades parceiras do Conselho Local de Ação Social, atuando ao nível das vulnerabilidades e aproveitando as potencialidades locais na execução de medidas, estratégias e planos que atuem ao nível da infância, juventude e idosos e em especial, na proteção de grupos especialmente vulneráveis, ou em risco de pobreza e exclusão social, com vista à melhoria da qualidade de vida dos seus utentes.

Tendo em conta a importância dos instrumentos estratégicos de planeamento social concelhios, o Diagnóstico Social e o Plano de Desenvolvimento Social atualizados, serviram e servem para manter uma linha estratégica de intervenção que vai encontro das necessidades locais.

Ao nível da Ação e Integração Social pretende-se a reflexão sobre novas áreas, através das seguintes intervenções, que se nomeiam: o alargamento da intervenção proporcionado pela revisão do Regulamento do Fundo Municipal para Famílias e Indivíduos Carenciados (FMAFIC) ocorrida no último trimestre de 2020, o que significa, entre outras dimensões, uma maior cobertura às famílias afetadas pela pandemia; a manutenção da linha de apoio à COVID-19; o investimento na educação cívica da população; a readaptação da aposta nas famílias numerosas, com uma alteração do Cartão Família, com vista a propiciar ainda mais o fortalecimento da família no seu ciclo vital; o redimensionamento do Gabinete de Apoio à Família, por forma a ajustá-lo ainda mais às necessidades das famílias; apoio aos munícipes com dificuldade de mobilidade (portadores de deficiência) e ainda na verdadeira assunção da igualdade de género; e, por fim, dar continuidade ao atendimento social das famílias, bem como ao acolhimento de diversas instituições que utilizam as instalações municipais para dinamizar os seus atendimentos.

A Rede Social surge como uma plataforma de entendimento entre todas as instituições públicas e privadas do Município, de onde emergiu em 2008, o Atendimento Social Integrado (ASI), que se afigura como um instrumento privilegiado de intervenção, encontra-se consolidado.

O Plano de Ação do ASI afigura-se como uma linha orientadora, no qual se encontram consignadas diversas ações para o universo de utentes em acompanhamento, que se consubstanciam em diferentes eixos, agora reorientados segundo os sustentáculos definidos no Plano de Desenvolvimento Social.

Finda a Rede Local de Inserção Social (RLIS) em fevereiro de 2020, determinada pela tutela do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, sucedeu-se a passagem por período de resposta limitada até à constituição do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) em junho de 2020, dinamizado pelo CASCI, que acabou por também integrar o paradigma e a metodologia já existente, do ASI. Pretende-se que esta nova figura continue a consolidar a sua intervenção em 2021.

Com a já abordada revisão do Regulamento do FMAFIC, este reforça a sua importância e inovação enquanto instrumento de apoio aos nossos cidadãos mais fragilizados económica e socialmente, designadamente através da comparticipação nos apoios em renda e empréstimo bancário para aquisição de casa, as comparticipações nas faturas da água, saneamento e resíduos sólidos, comparticipação no acesso aos equipamentos culturais e desportivos, os auxílios económicos da Ação Social Escolar, e ainda a disponibilização de produtos de apoio.

Na continuidade do trabalho realizado no âmbito da Rede Social, reitera-se a especial atenção prestada às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), promovendo a auscultação ativa, com assentimento das necessidades, das ações anuais prioritárias e na construção e

execução de projetos específicos na constituição de Acordos de Cooperação entre a Câmara Municipal e estas.

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, cuja presidência é assumida pela Câmara Municipal desde 2007, renova a sua relevância na prossecução da prestação de meios humanos, logísticos e de coordenação, na procura última de um agir com qualidade num meio de grande vulnerabilidade, relacionando dinâmicas envolventes às crianças/jovens, famílias, escolas e comunidade geral. Com a aprovação do Plano Local de Promoção dos Direitos de Proteção das Crianças e Jovens (PLPDPCJ) de Ílhavo – 2019-2020, fruto do trabalho desenvolvido no Projeto “Tecer a Prevenção”, promovido pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, prevê-se que no ano de 2021 este volte a reincidir face a determinadas ações que ficaram suspensas face à pandemia. Este plano constitui um instrumento de planeamento estratégico das ações preventivas a desenvolver no Município de Ílhavo, que congrega o contributo de diferentes representantes entidades da comunidade relativamente aos fatores de risco, fatores de proteção e aos recursos de prevenção e intervenção existentes no Município de Ílhavo, que na comunidade, afetam as crianças e jovens, os seus direitos e interesses, bem-estar e desenvolvimento integral.

Por fim, a área da empregabilidade, do apoio na formação, na procura do primeiro ou de novo emprego, tem constituído uma aposta forte do Município de Ílhavo, que se concretiza com ações regulares que passam pelas sessões de procura de emprego, lançamento semanal de ofertas de trabalho, inscrição no próprio serviço, espaço de apoio diverso ao desempregado, Feira Vocacional e do Emprego, entre outros, assumindo-se ainda como um espaço de formação diversa.

4.3.2 *Maior Idade*

Na área da maioridade e envelhecimento ativo o objetivo será continuar a planear, desenvolver e implementar iniciativas e projetos que visem o bem-estar, o desenvolvimento e a manutenção da capacidade funcional da população mais idosa do Município, melhorando sempre a sua qualidade de vida.

O centro das preocupações, neste período temporal marcado pela pandemia, pauta-se pela manutenção das condições de segurança, o que leva a alterações significativas nas atividades desenvolvidas junto de uma população mais vulnerável do que a restante.

A acuidade para com a população mais velha torna-se ainda de maior relevância porque já por si é também muitas vezes discriminada em razão da idade, desfavorecida, desprotegida e excluída, especialmente porque dispõe, em geral, de baixos recursos, o que a torna dependente do custo de acesso a habitação, saúde e transportes. Neste sentido, a melhoria da qualidade de vida da população mais velha passa, necessariamente, pelo combate ao isolamento e acesso ao conhecimento, cultura e lazer.

A criação, em 2021, do novo Centro de Investigação, Criatividade e de Aprendizagem sobre Envelhecimento do Município de Ílhavo (CICAE) reverterá, em termos de instalações e de paradigma, os Espaços da Maioridade de Ílhavo. Localizado na freguesia de S. Salvador será um motor na promoção da qualidade da vida sénior, adquirindo um papel fundamental na reinserção do sénior na sociedade, no incentivo à participação na vida social e no desempenho e reativação dos papéis sociais. Nesta perspetiva, o CICAE dividir-se-á em três áreas: Informação e Monitorização; Criação e Desenvolvimento; Investigação e Conhecimento. Trata-se de uma resposta inovadora na área do envelhecimento, materializada através da articulação desenvolvida com diferentes parceiros.

Com reajustes necessários a esta fase de maior complexidade serão retomados programas como o “Movimento Maior”, os “Espaços Maior Idade”, o “Teatralidades”, os “Figurinos d’Ouro”, “Ser Velho é Mau?”, “Tomarias Tu Ser Velho”, “Idolíadas”, programas de estimulação cognitiva e o “Festival Cabelos Brancos”, como exemplos de medidas/projetos a prosseguir e aprofundar.

Os objetivos gerais passam por reajustar os projetos até agora desenvolvidos no âmbito do Pelouro da Maior Idade, procurar novos públicos e diversificar atividades, inovando na oferta e promovendo a intergeracionalidade. Criar formas, espaços de diálogo e de troca de experiências entre gerações que favoreçam o enriquecimento mútuo, implementar melhorias no trabalho desenvolvido e propondo novas intervenções.

Reforçar o acompanhamento do funcionamento das respostas sociais como as Estruturas Residenciais para Pessoas idosas e Centros de Dia, entre outras do município, vocacionadas para a pessoa idosa, focando em duas estratégias. Por um lado, continuar a promover iniciativas que possibilitam a sua participação ativa nas ações propostas e por outro, promover seminários/conferências sobre o Envelhecimento Ativo e Saudável para técnicos e entidades com competência nesta área, como forma de disseminação de boas práticas, do qual se sublinha o Encontro Anual de Políticas Públicas sobre o Envelhecimento.

4.4 HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLETIVOS

4.4.1 Habitação

As políticas de habitação a par com as políticas sociais onde as mesmas se inserem, têm tido no nosso Município uma dinâmica que tem conseguido reforçar as respostas sociais integradas com respostas habitacionais.

Este trabalho tem sido desenvolvido numa perspetiva inovadora em rede com um conjunto de entidades do setor privado e público de índole social cuja esfera de atuação também contempla as comunidades desfavorecidas de Ílhavo, tendo por base o diagnóstico das necessidades e dos problemas da população, problemas estes que pela sua natureza, exigem uma intervenção continuada, global e integrada. Apoia assim indivíduos e famílias em dificuldades na prevenção ou mesmo na resolução de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão social.

Conjugados todos estes fatores e tendo em conta o conhecimento das comunidades desfavorecidas, dos espaços urbanos e residenciais e das situações concretas no concelho, elegeram-se a Habitação Social do Bebedouro como a principal das prioridades a intervir no âmbito do Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD) integrado no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) e como tal financiado através do aprovado pelo Centro2020, que terá a sua execução em 2021 uma vez que o concurso para a empreitada foi já realizado.

De igual modo continuaremos a apostar para 2021 na utilização de uma estratégia de resiliência na integração social das famílias arrendatárias em habitação social, nomeadamente no que toca ao seu acompanhamento social e na aplicação do enquadramento legal em vigência desde 2015, com a instituição do regime de arrendamento apoiado bem como na ocupação dos fogos devolutos inseridos no património municipal, através dos respetivos concursos, fazendo simultaneamente a gestão técnica e técnico-social dos fogos da Autarquia, nomeadamente no que respeita à manutenção dos edifícios e ao acompanhamento das famílias, com a realização de obras de conservação e manutenção como é caso acima referenciado da Habitação Social do Bebedouro, entre outras.

Continuaremos também a promover junto dos respetivos proprietários a sensibilização necessária para a realização das intervenções de qualificação urbana de habitações degradadas, ou sempre que se justifique da sua demolição quando de facto técnica e economicamente não for possível a sua qualificação, numa lógica operativa concertada e/ou conjugada com as intervenções de Regeneração Urbana do Centro Histórico de Ílhavo através de vários projetos e obras que têm vindo a decorrer, nomeadamente de requalificação do espaço público. Também nesta área o PEDU e todas as ações nele inseridas, poderão certamente potenciar a qualificação urbana acima referenciada e tão desejada por todos nós.

4.4.2 Ordenamento do Território

A qualificação dos espaços urbanos e das suas centralidades, a defesa intransigente dos valores associados ao património natural, histórico, cultural e económico, bem como o aprofundamento da mobilidade sustentável e a melhoria das condições de atratividade urbana capazes de responder às necessidades dos Municípios, do comércio, da restauração e de gerar melhor emprego, ocupam uma centralidade inequívoca no trabalho que nos propomos desenvolver durante o presente mandato.

Em complemento, as opções de desenvolvimento urbano do Município cuja renovação e reafirmação constam no Plano Estratégico do Município de Ílhavo (PEMI) assumem Ílhavo *“como um espaço de qualidade residencial e vivencial dotado de uma forte referência e identidade histórico-cultural”*. Esta identidade assente em especial no valor arquitetónico, histórico e cultural dos edifícios e sua singularidade refletem de forma marcante o que foi o modo de vida dos ilhavenses que merece ser preservado e adaptado. A revitalização do edificado, assim como dos

espaços públicos, nomeadamente dos mais centrais em cada freguesia, das suas acessibilidades, do seu comércio e restauração, como locais com forte impacto na geração de emprego e inovação, pressupõe a forte intervenção municipal ao nível das nossas freguesias.

Por outro lado, o elevado número de projetos aprovados no âmbito do PEDU cujas obras se encontram em execução ou já contratualizadas, permitem antever as melhores perspectivas de continuarmos num caminho em que a melhoria da qualidade de vida, a sustentabilidade ambiental, a inclusão social, a atratividade económica e geração de emprego serão fatores decisivos que nos impelem, motivam e justificam a adoção do caminho até agora seguido. Nesse sentido, durante o ano de 2021 prevemos:

Concluir a obra de “Requalificação dos Acessos e Zona Verde junto ao “CIEMar”, em fase final de execução.

Concluir a obra de “Requalificação do Bairro dos Pescadores” cuja obra, pese embora as suas especificidades próprias, se encontra em adiantado da sua execução.

Concluir a obra de “Requalificação da Área Urbana Central das Cidade de Ílhavo” incluindo o Jardim Central da cidade de Ílhavo, a Requalificação da ligação entre as Avenidas Mário Sacramento e 25 de Abril bem como do denominado “Largo do Bispo”, a par com a empreitada de “Reabilitação do antigo Quartel dos Bombeiros Voluntários de Ílhavo cuja obra se encontra na sua fase final e que associada à intervenção de requalificação do edifício da Igreja Matriz de S. Salvador a executar através da respetiva Paróquia e à Requalificação da denominada “Esplanada ILLIABUM” igualmente se traduzirá numa mais valia que, assim o esperamos, permitirá trazer para o centro da cidade de Ílhavo, a vitalidade que todos desejamos.

Executar a obra de Requalificação da envolvente ao Cruzeiro da Gafanha da Nazaré no entroncamento das Ruas Sacadura Cabral e Gago Coutinho na Gafanha da Nazaré, cujo projeto se encontra concluído.

Continuar a apostar a promoção da mobilidade urbana sustentável sustentada no uso da bicicleta e nas deslocações a pé como contraponto com a atual cultura da mobilidade, ainda fortemente baseada no automóvel e nas deslocações motorizadas. Para o efeito nomeadamente no âmbito da implementação das “Boas Práticas de Acessibilidade para Todos” continuaremos a dar importância à acessibilidade aos espaços urbanos, aos equipamentos públicos, sensibilizando igualmente os privados para a adoção gradual de boas práticas nos seus espaços;

Continuar a construção e requalificação de passeios e pracetas com nova sinalização, de forma faseada e sustentável, em todo o Município, designadamente na sequência da implementação das obras de saneamento e águas pluviais em todo o território municipal com especial prioridade para a Freguesia da Gafanha da Nazaré, dando primazia à ligação viária principal entre as nossas Gafanhas através da Rua São Francisco de Xavier.

Continuar na elaboração, adequação e/ou renovação dos “Estudos Urbanísticos” no sentido de compatibilizar soluções de desenho urbano mais adequadas a cada área, como forma de melhor gerir o espaço urbano em cumprimento do definido no Plano Diretor Municipal (PDM);

Executar a obra referente à criação do novo Centro Cívico da Gafanha do Carmo, cujo projeto se encontra concluído, após a decisão da Câmara em proceder à compra dos terrenos necessários para esse efeito, faltando apenas celebrar a respetiva escritura.

Continuação dos trabalhos de adaptação do Plano Diretor Municipal (PDM) à nova legislação, em especial a decorrente da aplicação dos novos Diplomas Legislativos relativos aos Instrumentos de Gestão Territorial bem como à Reserva Ecológica Nacional, nomeadamente a alteração do PDM de Ílhavo, por força da entrada em vigor do Programa da Orla Costeira Ovar-Marinha Grande (POC OMG); alteração do Plano Diretor Municipal de Ílhavo (PDM), no âmbito do novo quadro legal (Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo / Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial) e reformulação dos Planos de Pormenor no âmbito da reavaliação das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) do PDM de Ílhavo, não esquecendo todas as demais alterações resultantes das dinâmicas associadas ao desenvolvimento económico e social do concelho e que justificam alterações pontuais naquele importante instrumento de gestão territorial.

Insistir com a Tutela, apesar de nos últimos anos, não ter havido qualquer avanço no processo, na necessidade de dar continuidade ao desenvolvimento do Plano de Pormenor da Senhora dos Campos de acordo com a decisão emanada pelo Ministério da Agricultura, aproveitando se e tanto quanto possível, a implementação do Decreto-lei n.º 106/2018, de 29 de Novembro que prevê a transferência de competências no âmbito da gestão de bens imóveis, rústicos ou urbanos, sem atividade, devolutos ou abandonados, por um período não inferior a 3 anos consecutivos, localizados no território respetivo que integrem o domínio privado e/ou público do Estado ou o domínio privado dos Institutos Públicos.

Continuar a incentivar a adesão a programas de apoio à reabilitação urbana do edificado, designadamente dos que representam um interesse patrimonial e histórico, através dos programas municipais (Ex: RECUPERA Ílhavo) ou de índole nacional (Ex.: Instrumento Financeiro de Reabilitação e Revitalização Urbana - IFRRU) que possam apoiar as iniciativas dos particulares para esse efeito e desenvolvendo em simultâneo e sempre que se justifique, ações de sensibilização com vista à melhor execução dos objetivos constantes na Área de Reabilitação Urbana (ARU) e na respetiva Operação de Reabilitação Urbana – ORU e nesta sequência a uma melhor promoção e divulgação dos incentivos fiscais e financeiros à reabilitação urbana, sem prejuízo de outros benefícios e incentivos relativos ao património cultural.

Implementação do concurso de “Eficiência Energética” para toda a rede de iluminação pública (IP) do Município, com a colocação de luminárias tipo LED de baixo consumo energético.

Apoiar a iniciativa empresarial e a captação de investimentos dando continuidade aos processos de requalificação da Zona Industrial da Mota e da programação da sua ampliação.

4.4.3 Saneamento

Reforçando as políticas ambientais seguidas nos últimos anos pela Câmara Municipal de Ílhavo, importa consolidar os ganhos obtidos, apostando em simultâneo na Educação Ambiental e na Requalificação dos Espaços Urbanos que a construção do saneamento poderá permitir.

É na expansão das redes de saneamento básico de forma a permitir um grau de cobertura muito próximo dos 100% que se encontra definida a principal prioridade e o principal objetivo dos investimentos que em conjunto com a AdRA, Águas da Região de Aveiro, S. A. (AdRA) se pretendem executar. Aqui assenta a principal prioridade e o objetivo primordial dos investimentos da empresa AdRA para os próximos anos e para os quais seremos parceiros de corpo inteiro, atentos, intervenientes e solidários.

De facto, a especificidade do nosso Município, a que não é alheia, a necessidade de uma resposta objetiva e concreta às alterações climáticas já sentidas por todos nós, justifica a necessidade de, em simultâneo com as obras de saneamento da responsabilidade da AdRA, se proceder à drenagem das águas pluviais das zonas envolvidas e a consequente pavimentação global dos arruamentos com vista à sua posterior requalificação urbana, o que representa um esforço acrescido da responsabilidade direta e exclusiva do Município. Tal desiderato que nos norteia desde a primeira hora, seja na conjugação de esforços com a AdRA para esse efeito, seja no direcionamento do investimento municipal para que tal se concretize, pese embora as dificuldades sentidas, continua a constituir a grande prioridade da intervenção municipal neste domínio

Assim e no que respeita às redes de saneamento, assim como às redes de águas pluviais que no “Portugal 2020” não têm, infelizmente condições de elegibilidade, acompanharemos em conjunto com a AdRA, as oportunidades de financiamento proporcionadas pelo Quadro Comunitário vigente ou por outras formas de financiamento das obras a executar, de forma a darmos seguimento às nossas pretensões e à realização das nossas propostas. Destacamos, na Freguesia de S. Salvador, a obra em curso na Gafanha de Aquém que abrangerá a requalificação dos arruamentos intervencionados, a finalização das obras relativas às redes de saneamento e drenagem de águas pluviais no Bairro dos Pescadores, na envolvente ao CIEMar) e na Rua João Carlos Gomes, bem como o lançamento da obra de remodelação/requalificação da rede de drenagem unitária ainda existente na Rua das Cancelas, tornando-a separativa, aproveitando este facto para se proceder à requalificação e ordenamento urbano do referido arruamento.

Para a Freguesia da Gafanha da Nazaré, insistir-se-á com a AdRA, no aproveitamento da garantia das obras executadas e ainda existente, de forma a que através do respetivo Empreiteiro se proceda à resolução e correção das anomalias existentes nas redes de saneamento e de drenagem das águas pluviais, em especial naquelas onde se verificam deficiências nas caixas de

visita e respetivas tampas, que tanto têm afetado as populações, em especial todos aqueles que vivem junto aos arruamentos onde tais anomalias se verificam e se sentem com mais intensidade.

Na Freguesia da Gafanha da Encarnação, acompanharemos a execução da obra referente à denominada zona da Gafanha da Encarnação Sul que se encontra em curso. De igual modo e estando finalmente concluído o projeto para a denominada zona da Gafanha da Encarnação Norte, proceder-se-á em articulação com a AdRA, ao lançamento do concurso para a sua execução de forma a alcançar também nesta Freguesia, um nível de cobertura muito próximo dos 100%.

Finalmente e no que concerne à Freguesia da Gafanha do Carmo envidaremos todos os esforços para, em igualmente conjunto com a AdRA, se proceder à conclusão da 2.ª fase do projeto da zona sul da Freguesia ainda não servida por rede de saneamento, sendo que igual desiderato se desenvolverá, conforme foi estabelecido com aquela entidade, para o caso da Gafanha da Boavista.

4.4.4 Abastecimento de Água

Neste domínio proceder-se-á ao acompanhamento das empreitadas de renovação e reforço das redes de abastecimento de água da responsabilidade da AdRA em todas as Freguesias do Concelho, sem esquecer a nossa presença ativa na Associação de Municípios do Carvoeiro-Vouga.

Continuaremos conjuntamente com a AdRA e com a Associação de Municípios do Carvoeiro, a desenvolver esforços para a constituição da Reserva Estratégica de Águas do Cretácico da Região de Aveiro que tão mais pertinente se justifica, quanto maior se torna a consciencialização cívica para as alterações climáticas.

4.4.5 Resíduos Sólidos Urbanos

Atento o procedimento por Prévia Qualificação para a **“Prestação de Serviços de Recolha e transporte a destino final adequado de Resíduos Urbanos, Fornecimento, manutenção e lavagem de equipamento, Limpeza Pública e Gestão do Ecocentro no Município de Ílhavo”** concretizado pelo **Contrato N.º 22/2020**, que entrou em vigor em setembro/2020 contemplando um conjunto de novas valências e serviços nas áreas de ação do sistema de recolha de resíduos urbanos (RU), gestão do Ecocentro e limpeza pública, e que consubstancia uma melhoria substantiva da qualidade dos citados serviços, destacando-se pela sua assinalável importância/impacte positivo junto da população e residentes locais, entre outros os seguintes:

- A renovação integral do parque de contentores de superfície e de papeleiras, em todo o território concelhio;
- A renovação integral da frota das viaturas de recolha de RSU, de lavagem e higienização do parque de toda a contentorização instalada e, de igual modo, as viaturas associadas às intervenções de limpeza urbana;

- A ampliação e o reforço das áreas de limpeza pública em todas as freguesias com inclusão de novos circuitos de varredura com frequências de intervenção quinzenal e mensal;
- A introdução do serviço de recolha e transporte de Resíduos Verdes (por prévia marcação) a realizar quinzenalmente e intensificação da frequência de recolha de Monos/Monstros no Município, e também,
- O alargamento do horário de funcionamento do Ecocentro, que passará a funcionar de Segunda-feira a Sábado (exceto feriados).

Realça-se neste domínio o previsível impacto decorrente do agravamento da TGR (Taxa de Gestão de Resíduos) que em 2020 é de 11,00€/ton e que, em 2021, passa para um valor de 22,00€ (por tonelada de resíduos urbano tratado em aterro/UTMB) que associado aos custos decorrentes da entrada em vigor do novo Contrato acima referido, se traduzirá, porventura, num possível agravamento da tarifa de resíduos sólidos urbanos.

Contudo e de forma a podermos atenuar os impactos acima referidos e porque ambientalmente se torna importante evitar o aumento da produção de RSU, ou mesmo diminuir a sua produção, prosseguiremos, no âmbito das Políticas Ambientais de gestão de resíduos, com o reforço das ações inseridas na “Semana Europeia de Prevenção de Resíduos”, tendo como mote os “Resíduos invisíveis” e procurando alertar para a necessidade de mantermos a aposta na adoção dos princípios que nortearam a Campanha “Menos Lixo, Mais Poupança!” sensibilizando toda a população para a necessidade de prevenção e redução da produção de resíduos sólidos urbanos, já que todos beneficiamos das vantagens individuais e financeiras que tais comportamentos poderão proporcionar, incentivando a adotar uma gestão sustentável dos recursos naturais, potenciando a conservação e a preservação do Ambiente [Os mais de 21.000 sacos de compras reutilizáveis já distribuídos em 10 anos são um ótimo exemplo de concretização prática das políticas setoriais], sendo certo que a própria Câmara Municipal, e todos quanto nela desempenham funções, porque se torna importante manter-se como exemplo maior nestas matérias para a população gera, continuará a desenvolver campanhas internas como as “Não te metas nos copos, bebe com o Teu!” (com a qual terminámos com o recurso a copos de uso único/descartáveis em todos os serviços e edifícios municipais) ou “és fresco, és” (que visou a distribuição de um saco de compras reutilizável a cada funcionário municipal).

Desta forma e tendo em vista uma melhor concretização da tarefa coletiva de fazermos mais e melhor pela qualidade de vida da nossa terra, tornando-a uma terra de eleição, continuaremos de forma ativa e participativa a acompanhar e a dinamizar os nossos Parceiros nas seguintes campanhas:

- “Brigada Verde – Limpeza Ambiental na Comunidade” & “Brigada Verde - Limpeza Florestal” resultante dos Protocolos de colaboração assinados entre a CMI e a CERCIAV;
- “Eco Associações” – com o acompanhamento das iniciativas das Associações do Concelho quer mais se destaquem no desenvolvimento de projetos ou ações no domínio

ambiental nas quais se destaca a participação destas no “Festival do Bacalhau” – e com elas continuar este trabalho conjunto de fazer de cada evento municipal um “Eco Evento”;

- “Não dê uma tampa a esta campanha... dê muitas!” - projeto desenvolvido em parceria e que prevê a entrega das ajudas técnicas por troca com a quantidade de “tampinhas” de plástico;
- "A tua roupa... ainda tem pano para mangas" – projeto desenvolvido em parceria com a empresa responsável no território municipal pela recolha de roupa usada;
- “Menos Lixo, Mais Poupança” e “o futuro do planeta não é reciclável” – com a dinamização de campanhas que visam a redução do uso do saco plástico “vulgar” por substituição pelo saco de compras reutilizável, extensível sempre que possível aos mercados e comércio tradicional, e a pugnar junto da ERSUC pelo reforço dos meios (ecopontos, fortalecimento da frequência na recolha, ou outros) que, em conjunto com os já existentes e com o Ecocentro Municipal permitirão a potenciação da redução da produção e simultaneamente potenciarão a sua recolha seletiva e assim melhor contribuirão para uma gestão ambiental e de recursos sustentável que sempre esteve nos nossos propósitos.
- "Dê uma nova chama à sua vela" – projeto desenvolvido em estreita colaboração com todas as Juntas de Freguesia do nosso Concelho com vista à recolha de velas usadas nos cemitérios sob a sua responsabilidade.

Do mesmo modo que acompanharemos e apoiaremos (na medida do possível) o desenvolvimento no Município das ações que nesta matéria são pensadas, materializadas e gizadas pelas nossas Juntas de Freguesia, de que o programa “Eco Freguesias” é exemplo mais recente.

4.4.6 Proteção do Meio Ambiente e Proteção da Natureza

4.4.6.1 JARDINS, PARQUES E ESPAÇOS VERDES

Neste domínio é de salientar a conclusão da Obra de Requalificação do Jardim Henriqueta Maia inserida no âmbito do Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) que, para além de contemplar um conjunto de intervenções que preservam a identidade histórica deste espaço, projetam igualmente o uso do espaço público com novas propostas culturais e de lazer, ampliam a mancha verde e o conjunto arbóreo existente e promovem uma melhor mobilidade, reduzindo a área de circulação automóvel, alargando as áreas pedonais com ligação preferencial à zona da Malhada.

Para o efeito e para além da criação de novas áreas arborizadas onde tal se justificar e for possível, proceder-se-á à requalificação das existentes, assim como à substituição de árvores em passeios estreitos que pelo seu posicionamento possam dificultar a mobilidade das pessoas ou,

quigá onde os efeitos das suas raízes possam afetar as infraestruturas existentes nas proximidades.

Continuam também a merecer a nossa atenção, a promoção, a manutenção e a valorização dos jardins, parques e espaços verdes existentes, assim como, o acompanhamento e controlo da manutenção do Jardim Público do Parque Urbano da Senhora do Pranto, da responsabilidade da empresa PREDILUGAR no âmbito do Protocolo/Acordo estabelecido para a construção da Superfície Comercial que ali se encontra instalada.

Procurar-se-á igualmente e tanto quanto possível com o apoio das Juntas de Freguesia, incentivar os proprietários de terrenos incultos e/ou abandonados, com vista à sua limpeza, desenvolvendo um conjunto de ações sensibilizadoras para esta problemática.

Do mesmo modo, procurar-se-á dar continuidade à requalificação e valorização da Rede Municipal de Percursos Pedestres e Cicláveis como ativo municipal para o turismo e o lazer com destaque especial à implementação do acordo já estabelecido e assinado com a Agência Portuguesa do Ambiente, com o concurso já realizado, que visa a construção do passadiço a instalar no nosso litoral entre as Praias da Barra e da Costa Nova, promovendo em simultâneo a requalificação dos passadiços existentes nestas mesmas Praias (sendo que se encara com enorme expectativa a ligação entre praias, que queremos ver em ampla dinâmica na época balnear 2021) e reativar os percursos pedestres que infelizmente hoje se encontram um pouco esquecidos das nossas populações

Por fim e como aspeto igualmente importante para a valorização destes espaços, procurar-se-á proceder à qualificação dos parques infantis existentes com especial relevância para o parque infantil instalado junto ao Pavilhão Municipal Capitão Adriano Nordeste inserido na intervenção de requalificação do Jardim Henriqueta Maia, assim como os do Jardim Oudinot, os parques geriátricos do Município e demais espaços verdes requalificando, na medida do possível e de forma global, todos estes espaços. Também se realça a intervenção no denominado Parque de Merendas da Costa Nova confinante com a Avenida Nossa Senhora da Saúde e integrado na obra de requalificação deste importante eixo viário a iniciar ainda em 2020.

4.4.6.2 PROTEÇÃO DO MEIO-AMBIENTE

Neste âmbito, continuar-se-á a privilegiar o reforço nas políticas ambientais seguidas nos últimos anos pela CMI e os fortes investimentos nas componentes ambientais e de qualificação do espaço urbano já efetuados ou igualmente previstos, numa aposta clara na preservação e valorização deste património natural e urbano valioso, importa consolidar os ganhos obtidos, apostando na Educação Ambiental, na Requalificação dos Espaços Urbanos, no Turismo Ambiental, na Promoção das Energias alternativas e na Prevenção, Defesa e Adaptação do território às Alterações Climáticas cada vez mais presentes no nosso dia-a-dia, apostando forte na construção do “Edifício” do nosso Desenvolvimento Sustentado.

A Bandeira Azul que já vai na 33.^a edição no nosso Município, é prova evidente que as nossas Praias da Barra e da Costa Nova continuam a merecer a atribuição de tal galardão, que em conjunto com o da Praia Acessível impõem, quanto mais não seja, que honremos os compromissos assumidos que nos permitiram alcançar a qualidade desejada para os merecermos. Como tal e para além do acompanhamento constante e sistemático das campanhas de avaliação da qualidade balnear e do desempenho das nossas Praias, estas continuarão a receber uma atenção especial e forte por parte da CMI, preservando a sua identidade, os seus valores naturais, urbanos e culturais, e em simultâneo procurando dotá-las de condições de maior e melhor acessibilidade a todos, por forma a reforçar assim a sua projeção pelo Mundo.

Justificam destaque a este nível, a possibilidade de virmos a alargar o número de praias com Bandeira Azul e acessíveis, pois a nova divisão das áreas balneares imposta pelo Ministério do Ambiente, devidamente enquadradas no Programa da Orla Costeira Ovar – Marinha Grande (POC-OMG) e a transferência de competências ao abrigo do Decreto-lei n.º 97/2018, de 27 de novembro, poderão proporcionar as condições para que tal suceda.

Ainda o abrigo do acima referido Decreto-lei, procurar-se-á, em devida articulação com todas as entidades intervenientes nas quais destacamos a Capitania do Porto de Aveiro e os nossos Concessionários de Praia, assegurar a gestão dos equipamentos e apoios de praia, a assistência a banhistas e caso necessário, concessionar, e/ou licenciar seja o fornecimento de bens e serviços bem como a prática de atividades recreativas e desportivas nas nossas Praias, seja os apoios ou equipamentos de praia definidos e enquadrados no Programa da Orla Costeira Ovar – Marinha Grande (POC-OMG).

Assim, e de acordo com os princípios e objetivos anunciados, esperamos e desejamos retomar algumas das propostas que constituem as peças necessárias para a prossecução da estratégia nos domínios acima visados:

Campanha “Praia Limpa tem mais Pinta”: inserida na Candidatura do Município de Ílhavo e das suas Praias, àquele importante galardão de reconhecimento da qualidade a vários níveis na qual a campanha referenciada tem como objetivo estimular os mais jovens utentes das Praias, e a partir destes os próprios Pais e/ou Famílias, para os benefícios decorrentes em se encontrar uma Praia ou areal, devidamente limpos, para o que são disponibilizadas uma série de atividades que conjuguem a componente educacional com a componente lúdica. Destaque maior para a possibilidade de alargarmos a campanha “praias com etiqueta” a projeto piloto de recolha “porta-a-porta” de resíduos urbanos recicláveis junto das Unidades Balneares das nossas duas praias, numa ação para a qual procuraremos o apoio da ERSUC e com o enquadramento que a nova campanha nacional “o futuro do planeta não é reciclável” lhe configura.

Em estreita articulação com os Pelouros da Educação e Formação, Juventude, Desporto e Vida Saudável, Maior Idade, Inclusão e Cidadania, continuaremos a implementar o Programa Educativo para o Ambiente 2020/2021 (que passa a incluir uma importante expressão de

investimento em equipamentos para o espaço público), que constitui uma importante e inovadora aposta da Câmara Municipal, redefinindo e estabelecendo novos compromissos na construção de uma dinâmica educativa municipal ainda mais forte e coesa, na perspetiva de melhor se poder ir ao encontro das necessidades reais do Município e de toda a Comunidade e no qual se destacam desde logo projetos como o “Eco Escolas” (onde nos queremos manter entre os Eco Municípios Nacionais com 100% dos Estabelecimentos de Ensino Público e Privado (IPSS) com o símbolo da Bandeira Verde do Programa Eco Escolas) e o “*Coastwatch Europe*”, despertando o gosto pela observação e preservação da Natureza e do património natural do Município, e pela adoção de comportamentos mais preocupados em defender aquilo que é de cada um e de todos e em simultâneo – a nossa Terra. Do mesmo modo, continuaremos a potenciar a nossa participação no Programa Nacional de Monitorização do Lixo Marinho, que segue a convenção de OSPAR e está sob coordenação nacional da Agência Portuguesa do Ambiente, com o objetivo de reforçar e sensibilizar para posturas de cidadania mais atentas, ativas, cuidadas e preocupadas, numa área que consideramos prioritária (Em 2016 o Município de Ílhavo foi um dos municípios nacionais que assinou e assim se comprometeu com a Carta Compromisso de Redução do Lixo Marinho). Destaque a este nível para a possibilidade de a Câmara Municipal vir a integrar o **Pacto Português para os Plásticos**, que procura trabalhar uma visão global da nova economia para os plásticos (economia circular).

Integram ainda esta ampla oferta educativa a Semana Europeia de Prevenção dos Resíduos, ou a dinamização, numa linha de continuidade, as Campanhas “Educação Ambiental Precisa-se” e “Um Aluno um Ecoponto” cujos objetivos passam pelo acompanhamento diário aos Estabelecimentos de Ensino, no que à dinamização das boas práticas ambientais e pelo envolvimento de todas as atividades e temáticas ambientais diz respeito.

Continuar-se-á a apoiar a realização do Acampamento Municipal de Escuteiros (ACAMUN) que não obstante não se ter realizado em 2020 na sequência da Pandemia relacionada com a COVID-19 que ainda nos atinge, espera-se que o mesmo seja possível em 2021, com a definição de um tema específico que envolva a comunidade escutista e a cative para o real conhecimento e a defesa do património natural, cultural e edificado, e para as principais problemáticas associadas ao Ambiente sempre numa perspetiva conjunta de abordagem e desenho de possíveis soluções, face pública mais visível dos Protocolos a estabelecer com os Agrupamentos de Escuteiros do Município no âmbito do apoio prestado a estas Associações, com vista à prossecução de todas as suas atividades, em especial todas as que vão no sentido da formação de uma maior consciência cívica e solidária, das crianças e jovens.

Continuação do acompanhamento e Monitorização da Qualidade da Água Balnear na Praia do Jardim Oudinot e manutenção da qualidade do espaço envolvente tendo sempre como objetivo futuro a dotação nesta Praia da Bandeira Azul, bem como da Monitorização da Qualidade (já iniciada em 2018 pela CMI conforme requerido pela APA/ARH-C) das novas águas balneares “Barra Sul” e “Costa Nova Sul” que, atento o Anexo I do Regulamento de Gestão das Praias

Marítimas do troço Ovar-Marinha Grande (cfr. Aviso n.º 11506/2017, de 29 de setembro), e de acordo o POC-OMG (aprovado na RCM n.º 112/2017, de 10 de agosto), foram entretanto criadas.

4.4.6.3 ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

A importância dada a esta matéria e a envolvimento que ela suscita, a inserção e/ou adesão do nosso Município à Rede Nacional de Municípios para a Adaptação às Alterações Climáticas da qual é um dos membros fundadores, que justificou a criação do **Núcleo de Ambiente e Alterações Climáticas** afeto à Divisão de Obras, Investimentos e Ambiente, na perspectiva de melhor concretizar e aprofundar os novos desafios e projetos que neste âmbito, que cada vez mais requerem maior intervenção e afetação de recursos, no sentido de implementar o Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, no qual se encontram já definidas as 10 ações prioritárias de atuação.

Pugnaremos, por isso, junto do Ministério do Ambiente pela defesa do nosso litoral e pela intervenção estrutural que urge desenvolver e levar a cabo no nosso Concelho e na nossa Região, para fazer face às alterações climáticas e ao avanço do mar que, infelizmente e pese embora as intervenções havidas, se continua, e continuará, a verificar. Tem por isso particular relevância nesta matéria, a aprovação do Plano Municipal acima citado que certamente nos permitirá no próximo Quadro de Apoio Comunitário estarmos melhor apetrechados para encontrar os meios (financeiros/investimento) que nos permitam, finalmente, olhar para as zonas costeiras, nas quais se inclui toda a orla marginal à Ria de Aveiro, de forma integrada e sustentável, tendo em linha também as projeções climáticas já conhecidas, e naquela que é também uma área que o Governo da Nação já elegera como prioritária.

As 10 ações prioritárias de atuação das quais destacamos o Reforço do cordão dunar Barra – Costa Nova; a Alimentação artificial das praias; o Sistema de monitorização da linha de costa; Recuperação da margem da Ria de Aveiro no troço Costa Nova – Vagueira; a Recuperação da margem da Ria de Aveiro no troço Riamar – Praia da Barra; a Recuperação da margem da Ria de Aveiro no troço Cais dos Bacalhoeiros – Gafanha da Nazaré aguardando o projeto a executar pela Administração do Porto de Aveiro (APA); a Recuperação da margem da Ria de Aveiro no troço Rua do Sul (da Gafanha de Aquém à Gafanha da Boavista e o Regime de salvaguarda ao uso e ocupação do solo em zonas de risco climático elevado e nas quais continuamos a trabalhar e a pugnar para que de facto possam vir enquadrar e melhor justificar projetos específicos passíveis, assim o esperamos, de financiamento comunitário constituem exemplos que a que urge dar corpo.

Manteremos ainda a nossa participação ativa na Assembleia Geral da Rede de Municípios para a Adaptação às Alterações Climáticas e procuraremos conforme o previsto no plano acima citado e de forma consistente e determinada, promover a sensibilização da população para as conclusões e medidas nele propostas, não esquecendo ainda todo um conjunto de medidas mitigadoras ao nível das emissões dos denominados Gases com Efeito de Estufa e a consolidação, requalificação e valorização da Rede Municipal de Percursos Pedestres e Cicláveis como ativo

municipal para o turismo e o lazer, sem esquecer também a sua importância como incentivo e reforço à adoção das boas práticas de mobilidade, privilegiando, sempre que possível, os modos suaves.

4.5 SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS

4.5.1 Cultura

Terra que tem o Mar por Tradição, Ílhavo é um Município com uma notável história e cultura, derivada, em grande medida, da sua tradição maruja, da omnipresença do mar e da ria, da sua abertura ao mundo, da sua capacidade de ultrapassar desafios e da sua quase autossuficiência, cuja consolidação tem ocorrido ao longo dos séculos.

O “23 Milhas – A Cultura do Dia-a-Dia”, projeto centrado no conteúdo cultural afirma-se como um elemento de união, de qualificação e de referência nacional do Município de Ílhavo nas áreas da cultura e da criatividade.

No contexto cultural do Município, procuramos estimular o envolvimento de todos, honrando e valorizando o nosso passado, com os olhos postos no futuro, valorizando parcerias, a formação artística e o potencial da cultura e da criatividade para a economia local, criação de emprego e atração de visitantes.

O contexto de pandemia que o país atravessa trouxe alguns constrangimentos e desafios ao desenvolvimento da atividade cultural, o que levou, por um lado à implementação de medidas de mitigação para garantir a segurança do público, artistas e colaboradores, por outro, à procura de novos meios, novas plataformas para transmitir cultura. Assim, e dentro do possível, propomos desenvolver as seguintes ações nos diferentes domínios:

O renovado Museu Marítimo de Ílhavo (MMI), e o nosso também renovado Navio Museu Santo André (NMSA), continuarão a ser a pedra basilar da cultura Ilhavense pela sua história, de um passado que tanto nos orgulha e prestigia. O constante aumento de públicos, abalado pela pandemia, traz responsabilidades e obrigações acrescidas, que impõem uma redefinição e reforço estratégico de forma a darmos melhor resposta a estes novos desafios, nomeadamente:

- Maior afirmação no plano nacional e internacional da singularidade patrimonial do Museu, naquilo que o distingue e posiciona, sendo que, nesta nova realidade, o NMSA também se distinguirá pelo novo circuito expositivo que relatará a nova epopeia da pesca do bacalhau da década de 70 do século passado;
- Reavaliação do património do MMI e atribuição clara de prioridade às suas coleções;
- Consolidação de públicos através da maior qualificação dos serviços, renovação das exposições acessibilidade e novo modelo comunicacional;
- Reforço da liderança patrimonial do Museu na área da cultura do mar e da pesca do bacalhau;

- Construção da nova receção do NMSA que lhe dará maior dignidade e conforto, tanto a quem lá trabalha, como a quem nos visita.

Na Biblioteca Municipal de Ílhavo (BMI), alicerçou a sua ação com o claro propósito de promover o livro, a leitura, o acesso gratuito à informação e ao conhecimento, aberta à comunidade e num diálogo constante com autores, ilustradores e promotores da cultura. Neste contexto e no seguimento do que tem sido a sua linha de ação, o aumento de públicos e de utilização dos seus serviços impõe um reforço estratégico para dar melhor resposta aos novos desafios, entre eles:

- a promoção dos clubes de leitura para Pais e Filhos e Comunidade;
- o espaço de criatividade multifacetado com o *Makerspace* "Juntos Fazemos!" Impressão 3D, construção de marionetas, criação de várias manualidades no âmbito da costura, do papel, lãs e linhas, reutilização de materiais recicláveis, etc.;
- o apoio às Bibliotecas Escolares e Coordenação da Rede de Bibliotecas de Ílhavo, com um Programa anual de Promoção do Livro e da Leitura;
- os Encontros com Escritores, Ilustradores e outros Mediadores da Leitura;
- as exposições de Ilustração e Feiras do Livro;
- a integração na Rede de Bibliotecas da Cira, com atividades itinerantes, atividades de formação de RH, partilha do catálogo e empréstimo inter-bibliotecas, entre outras.
- as oficinas criativas "Saberes com sabor" na área da culinária e dicas de vida saudável.
- o acesso à Leitura presencial a todo o tipo de suporte: livro, DVD, CD, Publicação periódica e jogos, aceitando a cada dia novos desafios da Comunidade;
- o Empréstimo domiciliário de livros, DVDs e CDs, dando continuidade à constante aquisição de documentos, mantendo-se o fundo sempre atualizado.

No âmbito da consolidação do Projeto 23 Milhas, e tendo presente eventuais constrangimentos por via do controlo da pandemia, procuraremos manter a programação complementar e em rede nos vários equipamentos, nomeadamente:

- Dar continuidade à realização dos eventos anuais de forte componente identitária, designadamente: Festival do Bacalhau, Rádio Faneca, Ilustração à Vista, Mar Film Festival, Rota das Padeiras, Milha, Festival de Música e dos Músicos de Ílhavo, Festival Gastronomia de Bordo, e o Leme, com a preocupação constante da inovação e cumprimento das normas de segurança;
- Reforçar e privilegiar o envolvimento comunitário nos eventos culturais e criativos;
- Promover o encontro da oferta e procura de cultura e criatividade no Município de Ílhavo, melhorando, as condições para o desenvolvimento de projetos colaborativos;

- Apoiar iniciativas que visem o surgimento e a promoção de novos talentos e de talentos menos conhecidos, designadamente nas áreas da música, pintura, literatura e artesanato;
- Apoiar o Carnaval de Vale de Ílhavo, assim como a atividade dos Cardadores, em parceria com a Associação “Os Baldas” e com a Associação “Os Cardadores de Ílhavo”;
- Apoiar as residências artísticas de companhias nacionais e internacionais no Município, visando também a partilha do seu trabalho, com a comunidade e com as nossas companhias;
- Promover as comemorações do Feriado Municipal e do 1.º de Maio e eventos populares como a Festa do Colono, as Marchas Sanjoaninas, entre outras;
- Dar continuidade ao projeto para elaboração do Guia da Toponímia, bem como da Carta Arqueológica e da Carta Gastronómica do Município, de forma gradual e sustentável;
- Prosseguir e aprofundar o estudo do inesgotável passado do nosso Município, através do projeto “Ílhavo Terra Milenar”, tendo como polos de dinamização o Centro de Documentação de Ílhavo e o CIEMar.

Território rico em História, Festas e Romarias, Artesanato, Património, Gastronomia, Sol e Mar, Lazer, em Ílhavo a cultura vive-se intensamente, todos os dias, enfrentando a cada dia novos desafios e compromissos.

4.5.2 Desporto, Recreio e Lazer

Ílhavo afirma-se como um Município de mar e ria, com uma topografia essencialmente plana e com forte componente associativa apresentando-se, assim, como um território privilegiado para a promoção de práticas desportivas diferenciadas.

O desenvolvimento físico e motor dos Munícipes e a promoção de boas práticas conducentes a estilos de vida saudáveis, apresentam-se como um dos grandes desafios da Câmara Municipal.

Importa, por isso, apostar na promoção não só de momentos competitivos, mas também de momentos lúdicos de aproximação quer a modalidades coletivas, quer a modalidades individuais.

O Município de Ílhavo, pretende continuar a promover e a criar oportunidades com base na prática de Atividade Física, enquanto fator promotor de saúde, cumprindo todos os pressupostos inerentes às atuais orientações emitidas pela Direção-Geral da Saúde, com o objetivo de garantir o máximo de segurança a todos os participantes.

O apoio aos clubes, seja na sua sustentabilidade financeira, seja ao nível do acompanhamento e apoio formativo das suas atividades permanecerá como uma prioridade através dos Acordos de Cooperação e Contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo. Não obstante, a promoção de uma componente desportiva de âmbito e atuação alargada será o foco. Assim, propomos:

O reforço das ofertas desportivas já consolidadas no âmbito da educação, como o desenvolvimento das suas áreas no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), através da expansão das práticas pedagógicas no tempo letivo do 1.º ciclo de ensino básico com recurso à coadjuvação;

Criar momentos de articulação entre os diferentes Clubes com vista à criação de sinergias conducentes à disponibilização de novas práticas e modalidades e/ou criação de novos escalões formativos nas modalidades existentes;

Fomentar a participação em formações, eventos, encontros ou workshops sobre diversas temáticas desportivas, explorando a componente formativa e a promoção de valores fundamentais no desporto como o *fair play* e a ética desportiva;

Apoiar a divulgação das diferentes práticas pelos mais jovens do Município fomentando, desde cedo, o gosto pelo Desporto e por estilos de vida ativos e saudáveis;

Articular a oferta do Desporto Escolar dos Agrupamentos de Escolas e das AEC com as modalidades desenvolvidas pelas nossas Associações e Clubes, muito em especial com a ligação à promoção das atividades náuticas através do projeto Vela para Todos, e à aproximação às modalidades desenvolvidas no concelho;

Promover e incentivar posturas de tolerância desportiva com recurso às boas práticas de ética desportiva;

Continuar a dotar o Município e as suas instalações desportivas com condições condignas, de acordo com as reais necessidades e perspetivas de evolução dos clubes e modalidades;

Apoiar eventos desportivos e lúdicos das Associações e Clubes do Município, associados à promoção de estilos de vida saudável;

Realizar eventos desportivos no máximo respeito pelas condições de saúde, tendo em consideração as orientações da Direção Geral de Saúde para a prática desportiva, dos quais se destacam a 7.ª Corrida Popular da Costa Nova, a IV Meia Maratona de Ílhavo, a XIII Travessia da Ria a Nado e VIII Aquatlo e a 7.ª Minimaratona do Museu Marítimo;

Retomar as atividades e modalidades de cariz desportivo para seniores no âmbito da Maioridade com oferta ao nível das Piscinas Municipais cobertas (modalidades aquáticas – natação e hidroginástica) e em diferentes espaços Municipais com técnicas de relaxamento, exercícios de manutenção, boccia, dança e zumba (modalidades terrestres) assim que as recomendações da Direção-Geral de Saúde o permitam;

Manutenção e reforço do posicionamento de Ílhavo como “Município Amigo do Desporto”.

4.5.3 Outras Atividades Cívicas e Religiosas

4.5.3.1 JUVENTUDE E TEMPOS LIVRES

Ao Município cabe a missão de apoiar e fazer da Juventude sua parceira, aumentando a sua eficácia e eficiência, potenciando o seu crescimento.

Com a recente criação do Conselho Municipal da Juventude de Ílhavo, a Câmara Municipal pretende consolidar a intervenção ao nível da Juventude, em parceria com os jovens e as suas estruturas associativas, dinamizando iniciativas que concretizem, sempre que possível, os anseios, necessidades cívicas e de formação dos mesmos.

As diferentes fases de vida em que este grupo de alargada faixa etária se encontra, a situação excepcional do país que nos obriga a um conjunto de novos desafios e novas prioridades são, manifestamente, desafios para a atuação municipal.

Importa, por isso, encontrar algumas respostas, medidas, ideias e ações que apoiem os jovens e as suas associações a criar oportunidades e potencialidades, em ambientes seguros, desenvolvendo atividades e eventos que mantenham os jovens ativos, motivados e integrados.

Desta forma, propomos um conjunto de ações a desenvolver para a juventude, que estão incluídas, de forma mais direta ou indireta, em múltiplas secções das Grandes Opções do Plano.

Com o objetivo de complementar as várias ofertas desenvolvidas pelas outras áreas, indicamos as seguintes ações que mais se adaptam à realidade do concelho de Ílhavo:

Dinamizar o Conselho Municipal da Juventude;

Reforçar a aposta na parceria desenvolvida com os Agrupamentos de Escolas do Município, no projeto Parlamento dos Jovens, para estudantes do ensino básico e secundário;

Manutenção dos Programas Municipais de Ocupação dos Tempos Livres (Programa Vocação e PMOTL) reforçando as condições de execução das mesmas, introduzindo a possibilidade de explorar novos espaços, reforçando as bolsas atribuídas e complementando as necessidades de formação dos jovens;

Estimular a participação no Programa Municipal de Bolsas de Estágio de Trabalho (PMBET) com o contacto privilegiado ao mundo do trabalho;

Criar uma bolsa de voluntariado jovem dando oportunidade dos jovens se envolverem mais ativamente em áreas que lhes possam parecer mais atrativas, tendo um contacto mais próximo com as realidades, propiciando um leque mais alargado de novas experiências;

Atribuir uma bolsa de mérito, premiando os melhores alunos dos vários ciclos de ensino dos Agrupamentos de Escolas do Município, estimulando a motivação e o sucesso académico, combatendo ainda o absentismo escolar;

Realizar um intercâmbio, fomentando a mobilidade dos jovens, na procura de fortalecer o seu crescimento pessoal e académico, através de troca de experiências com diferentes comunidades de outro município do território nacional, promovendo uma maior coesão social e cidadania ativa;

Face ao sucesso alcançado e consolidado desde o seu lançamento, manter a aposta, dando notas de inovação, nas seguintes iniciativas: Encontro de Dança (em substituição do Concurso de *Hip Hop Dance*), Marolas, Corrida Mais Louca da Ria, entre outras.

Estimular a adesão de novos parceiros e promover o Cartão Jovem Municipal.

4.5.3.2 OUTRAS ATIVIDADES

Durante o ano de 2021 manteremos o acompanhamento da gestão das “Capelas Mortuárias” cedidas às Juntas de Freguesia da Gafanha de Nazaré, Gafanha da Encarnação e Gafanha do Carmo.

5 FUNÇÕES ECONÓMICAS

5.1 ESTRUTURAS DE APOIO À ATIVIDADE DOS PESCADORES

Continuaremos a apoiar os nossos investidores nas suas justas reivindicações junto do Governo da Nação no que concerne essencialmente à revisão da área máxima de construção admissível associada à instalação de apoios e infraestruturas para acondicionamento de material e serviços afetos às explorações aquícolas e ao desenvolvimento de uma política de simplificação do quadro jurídico no que concerne, em especial, à simplificação dos procedimentos relativos à emissão de licenças de utilização para o desenvolvimento das suas atividades.

Acompanharemos no âmbito da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA), e da Associação “Fórum Mar Centro” entidade gestora do “Cluster do Mar”, a aplicação da DLBC Costeira (Desenvolvimento Local de base Comunitária), reforçando por um lado o trabalho desenvolvido até ao momento junto das Comunidades Piscatórias, e por outro a promoção do território e dos produtos da Ria de Aveiro assim como as atividades económicas ligadas ao Mar, à qualificação e valorização da Ria de Aveiro e ao apoio às suas importantes atividades tradicionais como a pesca, em ligação direta com o desenvolvimento turístico no Município.

Continuaremos a desenvolver esforços e ações junto das entidades competentes para a construção do Cais de Abrigo da Gafanha da Nazaré (a norte da EPA).

Continuaremos a proceder à requalificação e restauro dos nossos Cais dos Pescadores da Costa Nova e da Bruxa na Gafanha da Encarnação, tendo em vista, numa 1.^a fase, o desassoreamento Cais dos Pescadores da Costa Nova cujo projeto está a ser finalizado e numa 2.^a fase, a requalificação das suas infraestruturas de amarração e suporte, bem como e em articulação com a Sociedade POLIS Litoral Ria de Aveiro e com o seu apoio, procurar-se-á igualmente proceder ao desassoreamento dos canais de acesso não só dos cais acima referidos,

mas também de todos os demais, incluindo os adstritos às Associações Náuticas sediadas no nosso Concelho.

Continuaremos também junto da Agência Portuguesa do Ambiente/Administração da Região Hidrográfica do Centro a pugnar no controlo e erradicação das descargas poluentes, em especial as verificadas no Canal de Mira da Ria de Aveiro na área das explorações ostrícolas existentes na zona, colaborando sempre que necessário, em devida articulação com a Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação, nas ações que porventura forem definidas para cumprimento daquele desiderato.

5.2 ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS LIGADOS AO ABASTECIMENTO

O Município de Ílhavo apresenta hoje uma economia moderna e diversificada com níveis relevantes de sustentabilidade e de inovação, apresentando uma qualidade de especialização e de tecnologia, num número já considerável de casos, de referência nacional e internacional. Não obstante a maturidade e qualidade das nossas empresas, entendemos que, também ao nível da economia, compete ao Município de Ílhavo desempenhar um papel ativo e estruturante. Apostaremos também nas áreas de acolhimento e inovação empresarial para a localização de novas e inovadoras empresas e aumentaremos as ações pró-ativas de captação de investimento e de emprego qualificado para o nosso Município.

De forma mais concreta propomo-nos desenvolver as ações que a seguir se apresentam:

Dinamizar a Área de Acolhimento Empresarial e de Inovação da Gafanha de Aquém de forma a permitir o acolhimento das Empresas naquela área.

Proceder ao Estudo Prévio da Expansão da Zona Industrial da Mota conforme o definido no Plano Diretor Municipal o que supõe a prévia negociação, sempre difícil, da permuta da aquisição de terrenos para permuta com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF);

Promover e incentivar a realização de ações de sensibilização e de discussão do impacte e desenvolvimento da Indústria 4.0 Digitalização da Economia no Município de Ílhavo, visando a adoção destas tecnologias pelas nossas empresas, bem como a fixação de empresas produtoras de tecnologias e sistemas inovadores para esta área, aproveitando as capacidades geradoras das empresas sedeadas no nosso Parque de Ciência e Inovação (PCI);

Reforçar o apoio ao empreendedorismo no Município através da nossa Incubadora de Empresas;

Cooperar no aprofundamento da Rede de Incubadoras da Região de Aveiro (Rede IERA);

Ser uma referência ao nível da Responsabilidade Social Científica, consolidando competências internas para estabelecer pontes e apoiar, nas fases iniciais, as relações entre as empresas e instituições sedeadas no Município com as entidades do sistema científico e tecnológico.

Continuar a estimular a parceria com o “Laboratório de Ciência Oceanográfica – ECOMARE”, liderada pela Universidade de Aveiro, localizado junto ao Jardim Oudinot, sendo a Câmara

Municipal, esperamos num futuro próximo, responsável pelo controlo e gestão das visitas em parceria e em rede com o Museu Marítimo de Ílhavo e Museu da Vista Alegre, agora prejudicada pelo momento pandémico que atravessamos;

Prestar especial atenção às fileiras do mar e da ria no Município, apoiando iniciativas que visem promover a qualificação, designadamente, nas fileiras do bacalhau e da aquacultura, em parceria com as associações setoriais;

Apoiar a reabilitação do edifício da antiga Depuradora de Bivalves no Porto de Pesca Costeiro para sede do CITAQUA – Centro de Inovação e Tecnologia em Aquacultura;

Desenvolver um trabalho de fundo ao nível do apoio aos empresários e da captação de investimentos, tendo como objetivo mais emprego qualificado e mais empresas inovadoras;

Continuar a realizar a Feira de Emprego e Formação Profissional e consolidar o seu modelo inovador.

5.3 TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

5.3.1 Rede Viária e Sinalização

A qualificação dos espaços urbanos, a sua centralidade, os valores associados ao património material, histórico, cultural e económico, bem como a melhoria da mobilidade sustentável que seja capaz de responder às necessidades dos Municípios e de gerar melhor emprego, são objetivos bem definidos naquilo que entendemos como uma mais-valia para a melhoria da qualidade de vida da sustentabilidade ambiental e da atratividade económica.

Assim, propomo-nos a levar a cabo as ações que a seguir apresentamos:

Continuar a desenvolver um trabalho de sinalização vertical e horizontal dos arruamentos de Município, com reforço nos locais mais críticos em especial nas zonas de maior tráfego pedonal, sobretudo de crianças, implementando, sempre que necessário, zonas de acalmia de trânsito;

Implementar um Plano de repavimentações de arruamentos, becos e travessas do Município e de melhoria da respetiva sinalização, onde tal se justifique, dando preferência às vias com infraestruturas já instaladas;

Continuar com o, complicado e difícil, processo de aquisição de terrenos para a futura construção da ligação à Zona Industrial das Ervasas a partir do acesso à A17 (projeto já finalizado);

Projetar a abertura de novos arruamentos em áreas urbanas do Município onde tal se justifique.

Prever a constituição de zonas de coexistência entre peões e viaturas, com prioridade ao peão, aproveitando a alteração ao Regulamento de sinalização previsto efetuar, privilegiando em especial as zonas das nossas Praias onde tal se justifique, incluindo nestas uma atenção muito especial para os lugares de estacionamento a destinar a pessoas portadoras de deficiência motora.

5.3.2 Transportes (Mobilidade)

Estudar a implementação do Observatório da Mobilidade Municipal com a disponibilização de informação (indicadores).

Continuar com a execução do Plano da Rede de vias cicláveis municipal, promovendo a utilização da bicicleta como modo de transporte quotidiano e de lazer e com a construção de novas pistas no âmbito do Programa de Ação do PAMUS.

Continuidade do apoio na execução dos trabalhos desenvolvidos com a CIRA, no âmbito da Autoridade Regional de Transportes e na implementação dos projetos de infraestruturação, monitorização e gestão integrada dos traçados estruturantes da Grande Rota da Ria de Aveiro.

Desenvolvimento de projetos no âmbito do Portugal Ciclável 2030 – Programa Nacional para a interconexão das redes cicláveis municipais, para a estruturação entre redes contíguas e para a promoção de redes isoladas.

Dinamizar ações de promoção da mobilidade urbana sustentável, privilegiando os modos suaves de deslocação.

Acompanhar e monitorizar o serviço de transporte público de passageiros (atual concessão da rede regular e o serviço do “Ílhavo IN” - desenvolvendo propostas de reajustamentos que assegurem uma adequada resposta às necessidades de mobilidade da população.

Acompanhar a Revisão do PIMTRA - Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro.

5.4 COMÉRCIO E TURISMO

5.4.1 Mercados e Feiras

Pese embora a Pandemia que a todos afeta e as dificuldades que a mesma impõe na utilização destas infraestruturas, procuraremos manter a boa gestão dos Mercados Municipais da Costa Nova e da Barra, na qual se inclui, à semelhança do que tem vindo a ser feito, a sua melhor divulgação e manutenção da qualidade do seu funcionamento.

Nesta sequência releva-se, pela sua importância, a continuidade na aplicação das medidas decorrentes da candidatura aprovada no âmbito do Programa “Logística descarbonizada e economia circular para mercados tradicionais e frescos”, com a qual se pretende reunir um conjunto de condições para aprofundamento da política ambiental do Município na área da descarbonização, reciclagem e reutilização de embalagens nos mercados municipais.

Manter a boa gestão da Venda Ambulante na área do Município, em especial nas zonas balneares, promovendo o melhor ajustamento e adaptação às exigências relacionadas com o

denominado “Licenciamento Zero” e conseqüentemente com o definido no “Regulamento das Atividades Económicas do Município de Ílhavo”.

Manter o acompanhamento da gestão do denominado “Edifício das Faturas” da Costa Nova realizando para o efeito as medidas tendentes à sua preservação e manutenção, bem como dos restantes Mercados do Município (S. Salvador e Gafanha da Nazaré) em estreita articulação com as Juntas de Freguesia de São Salvador e da Gafanha da Nazaré e de acordo com o proposto no Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril.

Finalmente e nesta importante área da vida municipal, pretende-se também concentrar a ação no seguinte:

Apoiar a projetos inovadores e comunitários para a dinamização do comércio tradicional no Município e em particular o desenvolvimento de iniciativas tendentes à promoção da economia circular em parceria com outras entidades, sempre que justificável;

Continuar a apostar na oportunidade da criação de uma Associação do Comércio Local do Município de Ílhavo.

5.4.2 Turismo

2021 será, sem dúvida, um ano atípico para a atividade económica do turismo por força dos constrangimentos associados à disseminação da COVID-19. No entanto, este setor desde sempre tem demonstrado uma enorme resiliência e capacidade de recuperação ao longo dos tempos.

Assim sendo, no que se refere ao turismo municipal, integrado nos destinos “Portugal”, “Centro de Portugal” e “Ria de Aveiro”, importa continuar a aposta no reforço da notoriedade da oferta instalada e no aperfeiçoamento do serviço, consolidando as apostas que têm vindo a ser realizadas ao longo dos últimos anos.

Serão apostas de 2021:

- o estabelecimento de redes colaborativas entre agentes económicos do turismo e a inserção em redes colaborativas nacionais e internacionais
- a aposta na disseminação de informação turística municipal atualizada
- o Turismo Gastronómico;
- o Turismo Náutico e de Natureza;
- o *Touring* Cultural e Paisagístico.

O turismo gastronómico continuará a valorizar o Bacalhau e a “Gastronomia de Bordo” associada à pesca longínqua, bem como a pesca costeira da sardinha, mas iniciará um ciclo de reforço da capacitação da iniciativa privada local em torno das ostras e dos outros bivalves localmente produzidos e/ou apanhados. Os roteiros turísticos alimentares continuarão a ser marca de

referência qualitativa e de inovação para a qualificação da atividade turística no Município de Ílhavo, incentivando-se a adoção destas práticas qualificadas pelas empresas de animação turística e pelos operadores marítimo-turísticos.

A náutica deverá ver também consolidada a rede de prestadores de serviços locais, e a estruturação da oferta turística, numa altura em que, no plano nacional, haverá grande destaque para esta temática no âmbito do turismo. A loja de turismo da Costa Nova, simultaneamente sede da Estação Náutica do Município de Ílhavo, será revista e requalificada. Preveem-se também a ativação de oferta de roteiros cicláveis e pedonais regionais, integrados na oferta turística nacional.

A valorização da oferta museológica instalada no território, e da atividade cultural localmente produzida, instalada ou ainda inspirada no território ilhavense, e que são já grandes referências também turísticas para Ílhavo, continuarão a ser o eixo motor e central da dinamização turística local. O concurso fotográfico “Olhos sobre o Mar” será revitalizado e renovado, como forma de valorizar o património local. Será também dado especial ênfase às questões da acessibilidade (não apenas física) aos equipamentos culturais e aos locais mais emblemáticos para a atividade turística, melhorando-se a oferta existente neste domínio.

O aprofundamento e a melhoria dos processos de comunicação com os visitantes que se encontram no território e dos visitantes potenciais, e ainda entre e com os agentes económicos do turismo com atuação local é um dos maiores desafios, em que se continuará a apostar, de forma a poderem ser conquistadas cada vez maior notoriedade territorial, competitividade empresarial, estabilidade no emprego dos munícipes e rentabilização dos investimentos realizados no turismo quer pelos privados quer pela Câmara Municipal. A estratégia para melhor conseguir chegar a estes potenciais visitantes, passa pelo reforço das parcerias e pela aposta na colaboração com as entidades nacionais e regionais com competências para a promoção turística.

6 OUTRAS FUNÇÕES

6.1 JUNTAS DE FREGUESIA

Durante o ano de 2021, para além da continuidade que iremos dar às parcerias com as Juntas de Freguesia, negociando e concretizando em estreita articulação com as Juntas de Freguesia, o cumprimento do definido na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e nesta sequência, a aplicação do estabelecido no Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, que concretiza a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias, prosseguiremos com a concretização dos denominados Protocolos de Concessão de Apoio Financeiro às Juntas de Freguesia tendo como objetivo o financiamento das suas competências próprias, materializadas

num conjunto de investimentos que não poderão ser adequadamente desenvolvidos sem um significativo reforço das condições financeiras para que tal suceda

Desta forma estamos em crer que a consolidação da relação existente com as Juntas de Freguesia sairá reforçada, já que a mesma terá sempre como elemento central a criação de melhores condições para todos quantos vivem e trabalham em cada freguesia.

7 ANÁLISE ORÇAMENTAL E FINANCEIRA

Os documentos previsionais, que correspondem ao orçamento e às Grandes Opções do Plano para 2021, visam complementar a informação de carácter financeiro prestada, com a devida ponderação sobre as diferentes variáveis que suportaram a sua elaboração e fundamentando assim a atividade programada para o ano a que os documentos se reportam.

O referido orçamento reproduz, com objetividade e transparência, as linhas de orientação estratégicas definidas para o mandato autárquico em curso, em prol do desenvolvimento do concelho.

Em linhas gerais, a previsão das receitas e das despesas para o próximo período económico ascende a 33.800.000 euros, expressando a programação de atividades, e manifesta não só o cumprimento de um imperativo legal como também a necessidade de definir prioridades tendo em consideração os recursos disponíveis.

Em tempos verdadeiramente excepcionais, pela presença do surto do COVID-19, classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde, em 11 de março de 2020, chegou a Portugal com a declaração do Estado de Emergência, durante a segunda quinzena do mesmo mês.

O efeito provocado por esta pandemia, transversal ao território nacional e mundial, teve um já visível e expressivo impacto social e económico, mas ainda de elevado grau de incerteza.

Neste contexto, no decorrer de 2020, o Município de Ílhavo foi forçado ao cancelamento de vários eventos culturais, entre outros, sendo que parte do erário público foi e continuará a ser redirecionando para aquisição de bens e serviços que procurem mitigar os efeitos de propagação do vírus.

Antevê-se, pois, que a atividade económica em 2021 continuará a ser preocupantemente afetada de forma francamente negativa, promovendo ao agravamento da recessão da economia mundial, e, por consequência, em Portugal. No atual momento, em função da incerteza presente, quer quanto à durabilidade, quer quanto à dimensão do surto de COVID-19, não é possível quantificar os potenciais impactos sobre a atividade municipal, dependendo, em muito, de como evolui a realidade nacional e também, em particular, a local.

Decerto continuar-se-á a testemunhar a uma emergente volatilidade, culminando em impactos significativos no relato financeiro do município, que afetem, por um lado, a arrecadação de receitas respeitantes a impostos e taxas municipais e, por outro, fomentem o aumento de despesa contabilizada com o combate aos efeitos da pandemia, e cuja avaliação futura se revela difícil com a informação atualmente disponível, pois não dispomos ainda de elementos que permitam avaliar a profundidade dos impactos, e como já referido, nem mesmo a sua duração.

Contudo, o Município de Ílhavo, neste cenário adverso, procura manter as suas linhas estratégicas já determinadas, especialmente no que concerne no apoio às entidades que compõem o tecido associativo do concelho, assim como às freguesias e famílias, com o objetivo de minorar os efeitos da pandemia, em tempos atípicos, que se antecipam de inúmeras dificuldades para os vários agentes económicos.

Outro fator de mudança, e após algumas prorrogações, pela aprovação do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, passou a vigorar, desde o dia 01 de janeiro de 2020, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), que veio uniformizar os procedimentos entre os diversos setores da administração pública, e que revoga, entre outros diplomas, o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL). Por conseguinte, a atual proposta de orçamento para 2021 é, assim, pela primeira vez alicerçada de acordo com as novas orientações, o que implica ajustamentos dos documentos previsionais instituídos de acordo com o anterior normativo (POCAL), e determina adaptações aos processos de registo e relato financeiro consequentes das normas preconizadas pelo referido decreto, obrigando a significativas alterações às regras e procedimentos entretanto em vigor, bem como nas demonstrações financeiras, processo orçamental e, por fim, nas normas de controlo interno.

O referido normativo, SNC-AP, regulamentado pela Portaria n.º 189/2016 e pela Portaria n.º 218/2016, assim como a publicação do manual de implementação, permitiu ao Município de Ílhavo antever, acautelar e encetar um conjunto de tarefas e procedimentos que possibilitaram uma adaptação ao novo referencial contabilístico, processo que terá a sua evolução dada a sua complexidade e alteração em algumas áreas como seja da contabilização do património e dos apoios e financiamentos recebidos.

Não obstante, o citado Decreto-Lei não revoga o POCAL nos pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1, relativos, respetivamente, ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações do orçamento. Nesse sentido, a elaboração do orçamento para 2021 continua a obedecer às regras previsionais, determinadas pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, e assente no estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que constitui o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI), e suas alterações.

Refira-se ainda que durante o ano de 2020, e sob proposta do Fundo de Apoio Municipal (FAM), que possibilitava uma concessão de moratórias à realização de capital desta entidade, devido ao impacto causado pela pandemia (COVID-19), o Município de Ílhavo, em sentido inverso, utilizou a remuneração do capital social para liquidação das prestações em falta, realizando assim em

definitivo a totalidade do capital subscrito, que penalizou fortemente o município, forçado a contribuir com 743.593,50€.

O orçamento ora em discussão, encontra-se orientado com base numa política de distribuição de recursos, de acordo com critérios bem definidos na seleção e remoção de despesas que não se demonstrem absolutamente indispensáveis. Testemunha o produto da partilha das opções estratégicas e ações prioritárias espelhadas em projetos vertidos no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e nas Atividades Mais Relevantes (PAM) a desenvolver pela Câmara, direta ou indiretamente, com financiamento acautelado pelo respetivo Orçamento.

A atual proposta de orçamento municipal, tem em consideração o cumprimento do princípio de autonomia financeira das autarquias locais, que possibilita aos respetivos órgãos, poderes de elaboração, aprovação e modificação das opções do plano, orçamentos e outros documentos previsionais, respeitando o princípio da dependência das autarquias locais na conceção dos seus orçamentos, acautelando a sua autonomia financeira, com intrínseca capacidade a de arrecadar receitas e concretizar despesas assentes na conformidade legal e regularidade financeira. Por conseguinte, o presente relatório tem como intento a divulgação e a fundamentação da política orçamental, em conformidade com a legislação em vigor, proposta para o ano que se avizinha.

Entre outros, a elaboração do orçamento assegurou, também, a aplicação efetiva do princípio da prudência, na avaliação rigorosa, prudente e seletiva dos encargos indispensáveis consequência, designadamente, das despesas com o pessoal, gastos financeiros, compromissos assumidos com terceiros resultantes de contratos firmados em curso e protocolos fixados, subjacente a um absoluto controlo da dívida a fornecedores, sendo dada continuidade à redução exemplar dos níveis de endividamento.

O orçamento assume também as condicionantes determinadas para as autarquias locais, nomeadamente nos montantes a transferir para a autarquia, a saber FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro, FSM - Fundo Social Municipal, Participação no IRS e IVA e o recente quadro de transferência de competências para as autarquias locais, este último, de acordo com a Lei n.º 50/2018.

A aprovação da lei-quadro da transferência de competências (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto), tem vindo a influenciar o ano de 2020, e marcará indubitavelmente o próximo exercício económico, com a assunção das novas e variadas competências a transferir da administração central para a esfera de atuação das autarquias locais. Reconhecendo-se as autarquias locais como um pilar essencial para a gestão de serviços públicos numa dimensão de proximidade das populações, a referida lei, estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais, em reconhecimento do princípio da subsidiariedade e numa lógica de descentralização administrativa como base da Reforma do Estado, com o propósito de fortalecer a autonomia local. Nesta ótica, no âmbito da transferência de responsabilidades e competências, da Administração Central para as Autarquias, a Câmara Municipal de Ílhavo assume diversos compromissos contratuais que justificam o aumento verificado do lado da despesa,

designadamente, as despesas com o pessoal, assim como os encargos com a aquisição de bens e serviços, que aumentam de 2020 para 2021, respetivamente, de 6.681.700€ para 8.846.200€ e de 10.346.700€ para 11.929.900€.

O rigor e transparência na gestão e a correta e ponderada aplicação do erário público constituem os pilares basilares da política orçamental do Município de Ílhavo. A conservação de políticas de desenvolvimento sustentável, social, económico e cultural compõem, neste ciclo político, a orientação primária do orçamento municipal. Prosseguindo uma estratégia de manutenção da contenção da despesa, para reforço e consolidação das finanças municipais, dando continuidade aos projetos municipais em curso promovendo e fomentando o desenvolvimento de novos projetos, maximizando as oportunidades de cofinanciamento estabelecidas e materializadas para Portugal através do Acordo de Parceira (Portugal 2020), com o pressuposto sempre presente da melhoria da qualidade de vida dos seus munícipes.

Um desenvolvimento sustentável direcionado na promoção de uma economia eficiente no que respeita à aplicação de recursos, gradualmente mais ecológica e mais competitiva, bem como pelo crescimento inclusivo estimulado por uma economia de empregabilidade que assegure a coesão social e territorial do concelho.

A exatidão na execução da despesa pública; a incessante melhoria da gestão dos recursos do município; a prossecução e priorização de estratégias de investimento, revestem-se como importantes linhas estratégicas deste orçamento, e, por conseguinte, estabelecem o referencial essencial, enquadrador incontornável, nos métodos de planeamento dos investimentos e da ação municipal nos diferentes domínios do exercício das competências municipais.

A eficaz gestão dos recursos ao dispor do município, mormente financeiros e humanos, constituída por padrões de rigor e responsabilidade no curso de tomada de decisões, estabelece uma condição decisiva para a materialização dos compromissos deste mandato autárquico, no que respeita aos investimentos de qualificação urbanística e ulterior manutenção, de acrescimento da qualidade de vida dos munícipes, e tal como já citado, da promoção da coesão social e territorial do concelho.

Renovam-se e fortalecem-se os vínculos de solidariedade, de cooperação, de partilha de esforços e de compromisso entre a Câmara Municipal e as diversas entidades residentes no Concelho de Ílhavo, tais como as Freguesias, as Associações e as Coletividades, sendo prova desse espírito de colaboração os Contratos Programa para a Promoção do Desporto e Cultura, e os Acordos de Cooperação anuais realizados no âmbito do apoio à massa associativa do concelho, assim como os apoios atribuídos às famílias.

Expressa, de igual forma, um vínculo sério na melhoria continuada das políticas de reestruturação dos serviços municipais, dotando o município de recursos técnicos e humanos indispensáveis ao desempenho para a contribuição de um serviço público de excelência.

A sustentabilidade deve ser, fundamentalmente, orçamental. Este aspeto desencadeia uma avaliação meticulosa em termos de receita e despesa que se pretende disciplinada, o que requer a consolidação de programas nas atividades da coesão social, cultura, economia e em políticas moldadas na promoção para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes.

Neste capítulo, é pertinente realçar a sustentação financeira das Grandes Opções do Plano e do Orçamento 2021, de forma a podermos corroborar da responsabilidade das opções pretendidas, concorrendo assim para a garantia da sustentabilidade financeira, presente e futura, da Câmara Municipal.

Entretanto, aproveitando as oportunidades atuais, sem descurar na gestão das adversidades presentes, ativa e solidariamente prosseguimos de forma sustentada e com a mesma ambição, determinação e responsabilidade na gestão da Câmara Municipal, atendendo na materialização do importante ciclo de investimentos que continuamos a prosperar.

Em suma, o Orçamento para 2021 é na sua substância fundamental para o desenvolvimento do Concelho de Ílhavo, na medida que reúne a realização de inúmeros projetos estruturantes, alicerçados na desejável participação comunitária, que certamente irão influenciar o quotidiano dos cidadãos em anos vindouros.

Em traços gerais, as Grandes Opções do Plano 2021, documento que cumpre quer as regras da boa gestão quer as condicionantes impostas pela Lei das Finanças Locais ou ainda a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, e na senda de anos anteriores, continua a assumir um nível de investimento Municipal considerável, com um valor já definido de 16.492.900 euros, a que acrescerá um montante previsto na ordem de 2.800.000 euros, o qual será adicionado aquando da integração do saldo de gerência.

Este valor, constante das Grandes Opções do Plano para 2021 apresenta um aumento de 2,79%, com o valor de 16.492.900 euros se o compararmos com o valor inicial previsto para 2020, que se cifrava em 16.045.750 euros, o que demonstra a capacidade deste executivo potenciar o investimento municipal e na valorização da imagem dos produtos e serviços regionais, consolidando o reconhecimento do concelho no panorama nacional, tendo sempre em consideração a necessidade de só se poder assumir encargos desde que haja capacidade para os liquidar num prazo relativamente curto, inferior a 90 dias, sendo esta uma prerrogativa adotada desde há vários anos, revelando-se, assim, num comportamento rigoroso na regularização das obrigações assumidas.

Pese embora os circunstancialismos, o atual orçamento encontra-se habilitado para a Câmara Municipal comportar os principais investimentos que, sendo plurianuais, terão naturalmente implicações de gastos no decorrer do exercício subsequente.

O montante global do Orçamento da Câmara Municipal de Ílhavo para 2021 (investimento + despesas de funcionamento), assume o valor de 33.800.000 euros. Se comparado com o ano de

2020 verifica-se um acréscimo aproximado de 13%, onde o valor análogo foi de 29.800.000 euros, ambos sem saldo de gerência.

No que respeita à despesa de funcionamento (17.307.100,00€) uma nota para o aumento de cerca de 26%, em parte resultado da transferência de competência, em relação ao ano de 2020 (13.754.250,00€), representando 51,20% da globalidade do orçamento. Estes valores indicam um equilíbrio importante nas contas municipais e refletem a continuidade da contenção da despesa e da redução equilibrada da dívida e do cumprimento do respetivo serviço, mantendo a capacidade de assegurar um elevado nível de investimento no Plano que, para 2021, regista o valor total de 19.292.900,00€ (incluindo a previsão do saldo de 2020).

Apesar da instabilidade do quadro económico nacional e internacional, agravado pela pandemia, o documento aprovado não negligenciou a importância que envolve os Fundos Comunitários nesta fase do programa “Portugal2020”. O montante de 5,1M€ previstos, dos quais 2,0M€ transitarão deste ano, bem como o financiamento acrescido produto de novas e eventuais candidaturas, permitirá consolidar a estratégia definida para potenciar o desenvolvimento sustentado do município. Continuará a ser preocupação da Autarquia as potencialidades do quadro comunitário “Centro 2020”, sem descurar as oportunidades que possam surgir no próximo quadro (Portugal2030), bem como a valorização da participação do Município de Ílhavo no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Região de Aveiro (PDCTRA), no Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), Costeira e Rural, no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Sustentável (PEDU), entre outros.

A gestão das despesas de funcionamento vai continuar a ser pautada com contenção e rigor assente em critérios de equidade e transparência, apesar de promovida num contexto de conjuntura económica bastante adversa, produto da instabilidade económica e social impulsionada pela pandemia COVID-19, sem esquecer a imprevisibilidade das consequências da saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit), bem como pelas guerras comerciais instaladas nos mercados a nível global, sobretudo a que coloca em rutura os Estados Unidos da América e a China. Deste modo, a perceção das condicionantes externas assume uma preocupação adicional na elaboração dos presentes documentos previsionais.

O acréscimo verificado nas aquisições de bens e serviços com 11.929.900 euros contra os previstos 10.346.700 euros de 2020, demonstram a capacidade de manutenção dos serviços prestados, e que contemplam, entre outros, os contratos de fornecimentos e/ou serviços de execução contínua e onde já constam os assumidos em resultado da aceitação de transferência de competências. Em sentido inverso, embora pouco significativo, regista-se um decréscimo no valor das aquisições de bens de capital passando de 9.471.750 euros em 2020 para 9.261.100 euros em 2021, embora estes valores estejam sujeitos ao longo exercício à natural dinâmica orçamental.

A Câmara Municipal de Ílhavo pode ser considerada como modelo na forma como gere os seus próprios recursos, assumindo uma diminuição de dívida consistente ao longo dos últimos

exercícios, estando dotada atualmente de recursos muito sólidos para fazer face aos seus compromissos.

A execução orçamental projetada para 2021 desenvolver-se-á assim tendo em consideração um conjunto de condicionantes e restrições legais que acompanham as autarquias desde a introdução da Lei n.º 73/2013 (RFALEI).

A referida lei, determina que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes, acrescidas das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. A presente proposta de orçamento cumpre esta regra apresentando para 2021 uma previsão de uma margem orçamental de 2,7M€ euros, tal como se demonstra no quadro infra:

Descrição	Valor
(1) Receita corrente bruta prevista	25.782.397,00 euros
(2) Despesa corrente prevista	21.733.400,00 euros
(3) = (1) – (2) Saldo Corrente	4.048.997,00 euros
(4) Amortização média dos empréstimos MLP	1.291.827,90 euros
(5) = (3) – (4) Excedente Anual	2.757.169,10 euros

O indicador supracitado, permitirá suportar o investimento a realizar pelo município numa lógica de equilíbrio orçamental e equidade intergeracional, princípios centrais que devem regular a atividade financeira da Câmara Municipal.

Nos termos da Lei 73/2013, e de acordo com o artigo 52º, a dívida total de operações orçamentais do município não pode ultrapassar em 31 de dezembro de cada ano 1,5 vezes a receita corrente líquida cobrada nos três últimos exercícios.

Ora os valores previsionais apontam para que o valor do Município de Ílhavo, no final do próximo exercício, e mantendo a continuidade dos últimos exercícios, se consolide abaixo de $\frac{1}{3}$ do limite legal, o que se traduz num excelente indicador, sinónimo de uma sólida gestão autárquica.

De igual forma, e à semelhança do ocorrido em anos anteriores, o executivo pretende que a execução da sua receita se mantenha acima de 85%, cumprindo com o preconizado na Lei das Finanças Locais, tendo sido em 2017, 2018 e 2019, respetivamente, de 85,09%, 85,88% e 88,76%.

O Município de Ílhavo detém participações sociais no capital de quatro entidades, a saber Águas da Região de Aveiro (AdRA), Parque de Ciência e Inovação (PCI), Município e Águas do Centro Litoral (AdCL), cuja informação mais detalhada se encontra nos documentos que fazem parte integrante da última prestação de contas aprovada.

Os empréstimos contraídos por estas entidades e respetivo endividamento total (na respetiva proporção do capital social) concorrem para os limites ao endividamento das entidades participadas, no caso o Município de Ílhavo, em caso de incumprimento das regras para o equilíbrio das contas (em regra, o resultado líquido antes de impostos deve ser positivo).

Sem prejuízo do anteriormente referido, o município participa ainda num vasto conjunto de Associações e Entidades, pagando, em regra, a quota anual.

A discriminação das despesas e das receitas pode ser verificada nos mapas do Orçamento e das Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos + Plano de Atividades Municipal).

Financiamento das Grandes Opções do Plano (resumo):

Dotação total do plano	19.292.900 euros
Encargos de funcionamento	17.307.100 euros
Receitas orçamentadas	33.800.000 euros

8 ANEXOS

I. ORÇAMENTO

Tipo de Orçamento : DA RECEITA E DA DESPESA

Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO

Desagregar : S Euros

Rubrica	Designação	Períodos anteriores	Orçamento 2021		Plano orçamental plurianual			
			Período	Soma	2022	2023	2024	2025
09040101	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
09040102	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO		3.000,00	3.000,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00
09040103	OUTROS		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
09040199	OUTROS		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
09041001	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
09041002	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
09041003	OUTROS		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
R9	Transferências e subsídios de capital		6.860.127,00	6.860.127,00	4.710.127,00	3.210.127,00	1.210.127,00	900.127,00
R91	Transferências de capital		6.860.127,00	6.860.127,00	4.710.127,00	3.210.127,00	1.210.127,00	900.127,00
R911	Administrações Públicas		6.309.727,00	6.309.727,00	4.309.727,00	2.809.727,00	809.727,00	899.727,00
R9111	Administração Central - Estado Português		6.309.627,00	6.309.627,00	4.309.627,00	2.809.627,00	809.627,00	899.627,00
10030101	FUNDO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO		352.979,00	352.979,00	352.979,00	352.979,00	352.979,00	352.979,00
10030105	ART. 35.º, N.º 3 LEI N.º 73/2013		396.548,00	396.548,00	396.548,00	396.548,00	396.548,00	396.548,00
10030106	TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS - LEI 50/2018		10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	100.000,00
10030199	OUTROS		450.000,00	450.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
10030701	FEDER		5.100.000,00	5.100.000,00	3.500.000,00	2.000.000,00		
10030702	OUTROS		100,00	100,00	100,00		100,00	100,00
R9112	Administração Central - Outras entidades		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
10030801	TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS - LEI 50/2018		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
R9113	Segurança Social							
R9114	Administração Regional							
R9115	Administração Local							
R912	Exterior - U E							
R913	Outras		550.400,00	550.400,00	400.400,00	400.400,00	400.400,00	400,00
10010101	EMPRESAS PÚBLICAS		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
10010199	OUTRAS		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
100102	PRIVADAS		550.000,00	550.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00	
100701	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
100801	FAMÍLIAS		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
R92	Subsídios de capital							
R10	Outras receitas de capital		701.100,00	701.100,00	200,00	200,00	200,00	200,00
130101	INDEMNIZAÇÕES		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
130199	OUTRAS		701.000,00	701.000,00	100,00	100,00	100,00	100,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos		1.776,00	1.776,00	100,00	100,00	100,00	100,00
150101	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS		1.776,00	1.776,00	100,00	100,00	100,00	100,00
	Receita efetiva [1]		33.799.500,00	33.799.500,00	30.079.919,00	29.056.019,00	27.372.119,00	27.358.119,00
	Receita não efetiva [2]		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
R12	Receita com ativos financeiros							
R13	Receita com passivos financeiros		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
120502	SOCIEDADES FINANCEIRAS		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
120602	SOCIEDADES FINANCEIRAS		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
120603	ADMISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMNISTRAÇÃO CENTRAL- ESTADO		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
120604	ADMISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMNISTRAÇÃO CENTRAL- FUNDOS		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
120703	ADMISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMNISTRAÇÃO CENTRAL- ESTADO		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
R14	Saldo da Gerência Anterior - Operações Orçamentais							
	Receita total [3] = [1] + [2]		33.800.000,00	33.800.000,00	30.080.419,00	29.056.519,00	27.372.619,00	27.358.619,00
	Despesa corrente		21.733.400,00	21.733.400,00	19.214.450,00	19.105.450,00	18.445.950,00	18.231.950,00
D1	Despesas com o pessoal		8.846.200,00	8.846.200,00	8.844.700,00	8.982.200,00	9.025.200,00	9.126.200,00
D11	Remunerações Certas e Permanentes		6.902.500,00	6.902.500,00	6.885.000,00	7.010.000,00	7.035.000,00	7.150.000,00

Tipo de Orçamento : DA RECEITA E DA DESPESA

Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO

Desagregar : S Euros

Rubrica	Designação	Períodos anteriores	Orçamento 2021		Plano orçamental plurianual			
			Período	Soma	2022	2023	2024	2025
010101	TITULARES DE ORGÃOS DE SOBERANIA E MEMBROS DE ORGÃOS		135.000,00	135.000,00	135.000,00	135.000,00	135.000,00	135.000,00
01010401	PESSOAL EM FUNÇÕES		4.300.000,00	4.300.000,00	4.400.000,00	4.500.000,00	4.500.000,00	4.600.000,00
01010402	ALTERAÇÕES OBRIGATÓRIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO		90.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00
01010403	ALTERAÇÕES FACULTATIVAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO		42.500,00	42.500,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
01010404	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		250.000,00	250.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00
01010601	PESSOAL EM FUNÇÕES		370.000,00	370.000,00	380.000,00	380.000,00	380.000,00	380.000,00
01010604	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		5.000,00	5.000,00				
010107	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA		350.000,00	350.000,00	350.000,00	360.000,00	370.000,00	380.000,00
010108	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00
010109	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		135.000,00	135.000,00	135.000,00	135.000,00	135.000,00	135.000,00
010111	REPRESENTAÇÃO		52.500,00	52.500,00	52.500,00	52.500,00	52.500,00	52.500,00
010113	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		450.000,00	450.000,00	455.000,00	460.000,00	465.000,00	470.000,00
010114	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		620.000,00	620.000,00	620.000,00	630.000,00	640.000,00	640.000,00
010115	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
D12	Abonos Variáveis ou Eventuais		165.200,00	165.200,00	171.200,00	178.700,00	184.700,00	185.700,00
010202	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		75.000,00	75.000,00	80.000,00	85.000,00	90.000,00	90.000,00
010204	AJUDAS DE CUSTO		15.200,00	15.200,00	15.200,00	15.200,00	15.200,00	15.200,00
010205	ABONO PARA FALHAS		30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
010212	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES		18.000,00	18.000,00	19.000,00	20.000,00	21.000,00	22.000,00
01021302	OUTROS		27.000,00	27.000,00	27.000,00	28.500,00	28.500,00	28.500,00
D13	Segurança social		1.778.500,00	1.778.500,00	1.788.500,00	1.793.500,00	1.805.500,00	1.790.500,00
010301	ENCARGOS COM A SAÚDE		250.000,00	250.000,00	260.000,00	260.000,00	270.000,00	270.000,00
010303	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	21.000,00	21.000,00
010304	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES		10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	11.000,00	11.000,00
01030501	ASSISTÊNCIA NA DOENÇA DOS FUNCIONARIOS PÚBLICOS		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
0103050201	CAIXA GERAL APOSENTAÇÕES		680.000,00	680.000,00	670.000,00	660.000,00	650.000,00	630.000,00
0103050202	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL		740.000,00	740.000,00	750.000,00	760.000,00	770.000,00	770.000,00
01030503	OUTROS		2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00
01030901	SEGUROS DE ACIDENTES NO TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS		75.000,00	75.000,00	75.000,00	80.000,00	80.000,00	85.000,00
D2	Aquisição de bens e serviços		11.929.900,00	11.929.900,00	9.920.250,00	9.658.750,00	8.956.250,00	8.641.250,00
020101	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS		25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
02010201	GASOLINA		30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
02010202	GASÓLEO		75.000,00	75.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00
02010203	OUTROS		7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00
020104	LIMPEZA E HIGIENE		100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
020107	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
020108	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		60.100,00	60.100,00	60.100,00	60.100,00	60.100,00	60.100,00
020109	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
020110	PRODUTOS VENDIDOS NAS FARMÁCIAS		2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00
020112	MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS		12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00
020115	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		20.750,00	20.750,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
02011601	ÁGUA		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
02011603	OUTROS		60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00
020117	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		7.500,00	7.500,00	8.000,00	8.000,00	9.000,00	90.000,00
020118	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00
020119	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO		6.500,00	6.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00
020120	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		34.500,00	34.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00
020121	OUTROS BENS		464.450,00	464.450,00	401.100,00	400.100,00	400.100,00	400.100,00
020201	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		1.300.000,00	1.300.000,00	1.300.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00

Tipo de Orçamento : DA RECEITA E DA DESPESA

Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO

Desagregar : S Euros

Rubrica	Designação	Períodos anteriores	Orçamento 2021		Plano orçamental plurianual			
			Período	Soma	2022	2023	2024	2025
020202	LIMPEZA E HIGIENE		30.000,00	30.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00
020203	CONSERVAÇÃO DE BENS		350.000,00	350.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00
020204	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	10.000,00
020206	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE		12.500,00	12.500,00	22.500,00	22.500,00	10.000,00	10.000,00
020208	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS		141.500,00	141.500,00	30.500,00	27.500,00	25.000,00	25.000,00
020209	COMUNICAÇÕES		85.100,00	85.100,00	85.100,00	85.100,00	85.100,00	85.100,00
020210	TRANSPORTES		508.250,00	508.250,00	358.500,00	357.500,00	357.500,00	7.500,00
020211	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS		12.750,00	12.750,00	12.750,00	12.750,00	12.750,00	12.750,00
020212	SEGUROS		149.000,00	149.000,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00
020214	ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTADORIA		52.250,00	52.250,00	112.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00
020215	FORMAÇÃO		6.000,00	6.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00
020217	PUBLICIDADE		60.000,00	60.000,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00
020218	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA		251.500,00	251.500,00	275.000,00	275.000,00	275.000,00	275.000,00
020219	ASSISTÊNCIA TÉCNICA		130.000,00	130.000,00	130.000,00	140.000,00	140.000,00	140.000,00
020220	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		6.135.500,00	6.135.500,00	4.510.000,00	4.293.500,00	3.605.000,00	3.550.000,00
020224	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS		300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00
020225	OUTROS SERVIÇOS		1.445.250,00	1.445.250,00	1.350.200,00	1.300.200,00	1.300.200,00	1.300.200,00
D3	Juros e outros encargos		96.500,00	96.500,00	101.000,00	126.000,00	126.000,00	126.000,00
03010301	EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO		1.000,00	1.000,00	500,00	500,00	500,00	500,00
03010302	EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO		55.000,00	55.000,00	50.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00
03010602	EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
030502	OUTROS		40.000,00	40.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
D4	Transferências e subsídios correntes		655.900,00	655.900,00	146.000,00	136.000,00	136.000,00	136.000,00
D41	Transferências correntes		645.900,00	645.900,00	136.000,00	126.000,00	126.000,00	126.000,00
D411	Administrações Públicas		233.900,00	233.900,00	135.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00
D4111	Administração Central - Estado Português		15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
040301	ESTADO		15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
D4112	Administração Central - Outras entidades							
D4113	Segurança Social							
D4114	Administração Regional							
D4115	Administração Local		218.900,00	218.900,00	120.000,00	110.000,00	110.000,00	110.000,00
04050108	OUTROS		218.900,00	218.900,00	120.000,00	110.000,00	110.000,00	110.000,00
D412	Entidades do Setor Não Lucrativo		173.500,00	173.500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
040701	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		173.500,00	173.500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
D413	Famílias		238.500,00	238.500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
040802	OUTRAS		238.500,00	238.500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
D414	Outras							
D42	Subsídios Correntes		10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
05010102	Outras		10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
D5	Outras despesas correntes		204.900,00	204.900,00	202.500,00	202.500,00	202.500,00	202.500,00
060201	IMPOSTOS E TAXAS		100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
06020301	RESTITUIÇÕES		37.500,00	37.500,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00
06020302	IVA PAGO		17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00
06020304	SERVIÇOS BANCÁRIOS		4.900,00	4.900,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
06020305	IRC/QUOTAS		40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
06020306	OUTRAS		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
	Despesa de capital		10.535.350,00	10.535.350,00	7.077.000,00	2.986.000,00	1.430.000,00	100.000,00
D6	Aquisição de bens de capital		9.261.100,00	9.261.100,00	6.187.000,00	2.986.000,00	1.430.000,00	100.000,00
070101	TERRENOS		87.000,00	87.000,00				
07010203	REPARAÇÃO E BENEFICIAÇÃO		85.000,00	85.000,00				
07010301	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS		196.000,00	196.000,00	700.500,00	100.500,00	100.000,00	100.000,00
07010303	MERCADOS E INSTALAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA		30.000,00	30.000,00				
07010305	ESCOLAS		334.000,00	334.000,00	281.500,00	280.500,00		
07010307	OUTROS		473.500,00	473.500,00	300.000,00			
07010401	VIADUTOS, ARRUMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES		3.932.500,00	3.932.500,00	1.350.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00	

Tipo de Orçamento : DA RECEITA E DA DESPESA

Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO

Desagregar : S Euros

Rubrica	Designação	Períodos anteriores	Orçamento 2021		Plano orçamental plurianual			
			Período	Soma	2022	2023	2024	2025
07010402	SISTEMAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS E PLUVIAIS		1.310.000,00	1.310.000,00	2.950.000,00	1.200.000,00		
07010404	ILUMINAÇÃO PÚBLICA		115.000,00	115.000,00	350.000,00			
07010406	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		245.000,00	245.000,00				
07010407	CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA		1.000,00	1.000,00				
07010409	SINALIZAÇÃO E TRÂNSITO		107.500,00	107.500,00				
07010413	OUTROS		611.100,00	611.100,00				
07010602	OUTRO		60.000,00	60.000,00	75.000,00	75.000,00		
070107	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA		65.000,00	65.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	
070108	SOFTWARE INFORMÁTICO		30.000,00	30.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	
070109	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		11.000,00	11.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	
070110	EQUIPAMENTO BÁSICO		367.000,00	367.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	
070301	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS		35.000,00	35.000,00				
07030301	VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES		327.000,00	327.000,00				
07030305	PARQUES E JARDINS		136.000,00	136.000,00	50.000,00			
07030313	OUTROS		702.500,00	702.500,00				
D7	Transferências e subsídios de capital		1.274.250,00	1.274.250,00	890.000,00			
D71	Transferências de capital		1.274.250,00	1.274.250,00	890.000,00			
D711	Administrações Públicas		412.000,00	412.000,00				
D7111	Administração Central - Estado Português		45.000,00	45.000,00				
080301	ESTADO		45.000,00	45.000,00				
D7112	Administração Central - Outras entidades							
D7113	Segurança Social							
D7114	Administração Regional							
D7115	Administração Local		367.000,00	367.000,00				
08050102	FREGUESIAS		350.000,00	350.000,00				
08050108	OUTROS		17.000,00	17.000,00				
D712	Entidades do Setor não Lucrativo		852.000,00	852.000,00	890.000,00			
080701	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		852.000,00	852.000,00	890.000,00			
D713	Famílias		10.000,00	10.000,00				
080802	OUTRAS		10.000,00	10.000,00				
D714	Outras		250,00	250,00				
080102	PRIVADAS		250,00	250,00				
D72	Subsídios de capital							
D8	Outras despesas de capital							
	Despesa efetiva [4]		32.268.750,00	32.268.750,00	26.291.450,00	22.091.450,00	19.875.950,00	18.331.950,00
	Despesa não efetiva [5]		1.531.250,00	1.531.250,00	1.103.600,00	603.600,00	603.600,00	603.600,00
D9	Despesa com ativos financeiros		56.000,00	56.000,00				
090701	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS- PRIVADAS		35.000,00	35.000,00				
090802	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS- PÚB		21.000,00	21.000,00				
D10	Despesa com passivos financeiros		1.475.250,00	1.475.250,00	1.103.600,00	603.600,00	603.600,00	603.600,00
100503	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇ		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
100603	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES		1.470.000,00	1.470.000,00	1.100.000,00	600.000,00	600.000,00	600.000,00
100606	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS		5.000,00	5.000,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00
100705	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- ESTADO		150,00	150,00				
	Despesa total [6] = [4] + [5]		33.800.000,00	33.800.000,00	27.395.050,00	22.695.050,00	20.479.550,00	18.935.550,00
	Saldo total [3] - [6]				2.685.369,00	6.361.469,00	6.893.069,00	8.423.069,00
	Saldo global [1] - [4]		1.530.750,00	1.530.750,00	3.788.469,00	6.964.569,00	7.496.169,00	9.026.169,00

ÍLHAVO, / /2020

O ORGAO EXECUTIVO

ÍLHAVO, / /2020

O ORGAO DELIBERATIVO

Tipo de Orçamento : DA RECEITA

Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO

Desagregar : S Euros

Rubrica	Designação	Orçamento 2021		Plano orçamental plurianual				
		Períodos anteriores	Período	Soma	2022	2023	2024	2025
09040101	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
09040102	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO		3.000,00	3.000,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00
09040103	OUTROS		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
09040199	OUTROS		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
09041001	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
09041002	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
09041003	OUTROS		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
R9	Transferências e subsídios de capital		6.860.127,00	6.860.127,00	4.710.127,00	3.210.127,00	1.210.127,00	900.127,00
R91	Transferências de capital		6.860.127,00	6.860.127,00	4.710.127,00	3.210.127,00	1.210.127,00	900.127,00
R911	Administrações Públicas		6.309.727,00	6.309.727,00	4.309.727,00	2.809.727,00	809.727,00	899.727,00
R9111	Administração Central - Estado Português		6.309.627,00	6.309.627,00	4.309.627,00	2.809.627,00	809.627,00	899.627,00
10030101	FUNDO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO		352.979,00	352.979,00	352.979,00	352.979,00	352.979,00	352.979,00
10030105	ART. 35.º, N.º 3 LEI N.º 73/2013		396.548,00	396.548,00	396.548,00	396.548,00	396.548,00	396.548,00
10030106	TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS - LEI 50/2018		10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	100.000,00
10030199	OUTROS		450.000,00	450.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
10030701	FEDER		5.100.000,00	5.100.000,00	3.500.000,00	2.000.000,00		
10030702	OUTROS		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
R9112	Administração Central - Outras entidades		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
10030801	TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS - LEI 50/2018		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
R9113	Segurança Social							
R9114	Administração Regional							
R9115	Administração Local							
R912	Exterior - U E							
R913	Outras		550.400,00	550.400,00	400.400,00	400.400,00	400.400,00	400,00
10010101	EMPRESAS PÚBLICAS		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
10010199	OUTRAS		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
100102	PRIVADAS		550.000,00	550.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00	
100701	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
100801	FAMÍLIAS		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
R92	Subsídios de capital							
R10	Outras receitas de capital		701.100,00	701.100,00	200,00	200,00	200,00	200,00
130101	INDEMNIZAÇÕES		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
130199	OUTRAS		701.000,00	701.000,00	100,00	100,00	100,00	100,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos		1.776,00	1.776,00	100,00	100,00	100,00	100,00
150101	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS		1.776,00	1.776,00	100,00	100,00	100,00	100,00
	Receita efetiva [1]		33.799.500,00	33.799.500,00	30.079.919,00	29.056.019,00	27.372.119,00	27.358.119,00
	Receita não efetiva [2]		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
R12	Receita com ativos financeiros							
R13	Receita com passivos financeiros		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
120502	SOCIEDADES FINANCEIRAS		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
120602	SOCIEDADES FINANCEIRAS		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
120603	ADMISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMNISTRAÇÃO CENTRAL- ESTADO		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
120604	ADMISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMNISTRAÇÃO CENTRAL- FUNDOS		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
120703	ADMISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMNISTRAÇÃO CENTRAL- ESTADO		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
R14	Saldo da Gerência Anterior - Operações Orçamentais							
	Receita total [3] = [1] + [2]		33.800.000,00	33.800.000,00	30.080.419,00	29.056.519,00	27.372.619,00	27.358.619,00

ÍLHAVO, / /2020

O ORGAO EXECUTIVO

ÍLHAVO, / /2020

O ORGAO DELIBERATIVO

Tipo de Orçamento : DA DESPESA

Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO

Desagregar : S Euros

Rubrica	Designação	Orçamento 2021		Plano orçamental plurianual				
		Períodos anteriores	Período	Soma	2022	2023	2024	2025
	Despesa corrente		21.733.400,00	21.733.400,00	19.214.450,00	19.105.450,00	18.445.950,00	18.231.950,00
D1	Despesas com o pessoal		8.846.200,00	8.846.200,00	8.844.700,00	8.982.200,00	9.025.200,00	9.126.200,00
D11	Remunerações Certas e Permanentes		6.902.500,00	6.902.500,00	6.885.000,00	7.010.000,00	7.035.000,00	7.150.000,00
010101	TITULARES DE ORGÃOS DE SOBERANIA E MEMBROS DE ORGÃOS		135.000,00	135.000,00	135.000,00	135.000,00	135.000,00	135.000,00
01010401	PESSOAL EM FUNÇÕES		4.300.000,00	4.300.000,00	4.400.000,00	4.500.000,00	4.500.000,00	4.600.000,00
01010402	ALTERAÇÕES OBRIGATÓRIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO		90.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00
01010403	ALTERAÇÕES FACULTATIVAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO		42.500,00	42.500,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
01010404	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		250.000,00	250.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00
01010601	PESSOAL EM FUNÇÕES		370.000,00	370.000,00	380.000,00	380.000,00	380.000,00	380.000,00
01010604	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		5.000,00	5.000,00				
010107	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA		350.000,00	350.000,00	350.000,00	360.000,00	370.000,00	380.000,00
010108	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00
010109	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		135.000,00	135.000,00	135.000,00	135.000,00	135.000,00	135.000,00
010111	REPRESENTAÇÃO		52.500,00	52.500,00	52.500,00	52.500,00	52.500,00	52.500,00
010113	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		450.000,00	450.000,00	455.000,00	460.000,00	465.000,00	470.000,00
010114	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		620.000,00	620.000,00	620.000,00	630.000,00	640.000,00	640.000,00
010115	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
D12	Abonos Variáveis ou Eventuais		165.200,00	165.200,00	171.200,00	178.700,00	184.700,00	185.700,00
010202	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		75.000,00	75.000,00	80.000,00	85.000,00	90.000,00	90.000,00
010204	AJUDAS DE CUSTO		15.200,00	15.200,00	15.200,00	15.200,00	15.200,00	15.200,00
010205	ABONO PARA FALHAS		30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
010212	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES		18.000,00	18.000,00	19.000,00	20.000,00	21.000,00	22.000,00
01021302	OUTROS		27.000,00	27.000,00	27.000,00	28.500,00	28.500,00	28.500,00
D13	Segurança social		1.778.500,00	1.778.500,00	1.788.500,00	1.793.500,00	1.805.500,00	1.790.500,00
010301	ENCARGOS COM A SAÚDE		250.000,00	250.000,00	260.000,00	260.000,00	270.000,00	270.000,00
010303	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	21.000,00	21.000,00
010304	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES		10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	11.000,00	11.000,00
01030501	ASSISTÊNCIA NA DOENÇA DOS FUNCIONARIOS PÚBLICOS		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
0103050201	CAIXA GERAL APOSENTAÇÕES		680.000,00	680.000,00	670.000,00	660.000,00	650.000,00	630.000,00
0103050202	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL		740.000,00	740.000,00	750.000,00	760.000,00	770.000,00	770.000,00
01030503	OUTROS		2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00
01030901	SEGUROS DE ACIDENTES NO TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS		75.000,00	75.000,00	75.000,00	80.000,00	80.000,00	85.000,00
D2	Aquisição de bens e serviços		11.929.900,00	11.929.900,00	9.920.250,00	9.658.750,00	8.956.250,00	8.641.250,00
020101	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS		25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
02010201	GASOLINA		30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
02010202	GASÓLEO		75.000,00	75.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00
02010203	OUTROS		7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00
020104	LIMPEZA E HIGIENE		100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
020107	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
020108	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		60.100,00	60.100,00	60.100,00	60.100,00	60.100,00	60.100,00
020109	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
020110	PRODUTOS VENDIDOS NAS FARMÁCIAS		2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00
020112	MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS		12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00
020115	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		20.750,00	20.750,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
02011601	ÁGUA		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
02011603	OUTROS		60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00
020117	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		7.500,00	7.500,00	8.000,00	8.000,00	9.000,00	90.000,00
020118	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00
020119	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO		6.500,00	6.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00

Tipo de Orçamento : DA DESPESA

Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO

Desagregar : S Euros

Rubrica	Designação	Orçamento 2021			Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	Período	Soma	2022	2023	2024	2025
020120	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		34.500,00	34.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00
020121	OUTROS BENS		464.450,00	464.450,00	401.100,00	400.100,00	400.100,00	400.100,00
020201	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		1.300.000,00	1.300.000,00	1.300.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00
020202	LIMPEZA E HIGIENE		30.000,00	30.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00
020203	CONSERVAÇÃO DE BENS		350.000,00	350.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00
020204	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	10.000,00
020206	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE		12.500,00	12.500,00	22.500,00	22.500,00	10.000,00	10.000,00
020208	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS		141.500,00	141.500,00	30.500,00	27.500,00	25.000,00	25.000,00
020209	COMUNICAÇÕES		85.100,00	85.100,00	85.100,00	85.100,00	85.100,00	85.100,00
020210	TRANSPORTES		508.250,00	508.250,00	358.500,00	357.500,00	357.500,00	7.500,00
020211	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS		12.750,00	12.750,00	12.750,00	12.750,00	12.750,00	12.750,00
020212	SEGUROS		149.000,00	149.000,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00
020214	ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTADORIA		52.250,00	52.250,00	112.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00
020215	FORMAÇÃO		6.000,00	6.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00
020217	PUBLICIDADE		60.000,00	60.000,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00
020218	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA		251.500,00	251.500,00	275.000,00	275.000,00	275.000,00	275.000,00
020219	ASSISTÊNCIA TÉCNICA		130.000,00	130.000,00	130.000,00	140.000,00	140.000,00	140.000,00
020220	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		6.135.500,00	6.135.500,00	4.510.000,00	4.293.500,00	3.605.000,00	3.550.000,00
020224	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS		300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00
020225	OUTROS SERVIÇOS		1.445.250,00	1.445.250,00	1.350.200,00	1.300.200,00	1.300.200,00	1.300.200,00
D3	Juros e outros encargos		96.500,00	96.500,00	101.000,00	126.000,00	126.000,00	126.000,00
03010301	EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO		1.000,00	1.000,00	500,00	500,00	500,00	500,00
03010302	EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO		55.000,00	55.000,00	50.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00
03010602	EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
030502	OUTROS		40.000,00	40.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
D4	Transferências e subsídios correntes		655.900,00	655.900,00	146.000,00	136.000,00	136.000,00	136.000,00
D41	Transferências correntes		645.900,00	645.900,00	136.000,00	126.000,00	126.000,00	126.000,00
D411	Administrações Públicas		233.900,00	233.900,00	135.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00
D4111	Administração Central - Estado Português		15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
040301	ESTADO		15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
D4112	Administração Central - Outras entidades							
D4113	Segurança Social							
D4114	Administração Regional							
D4115	Administração Local		218.900,00	218.900,00	120.000,00	110.000,00	110.000,00	110.000,00
04050108	OUTROS		218.900,00	218.900,00	120.000,00	110.000,00	110.000,00	110.000,00
D412	Entidades do Setor Não Lucrativo		173.500,00	173.500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
040701	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		173.500,00	173.500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
D413	Famílias		238.500,00	238.500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
040802	OUTRAS		238.500,00	238.500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
D414	Outras							
D42	Subsídios Correntes		10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
05010102	Outras		10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
D5	Outras despesas correntes		204.900,00	204.900,00	202.500,00	202.500,00	202.500,00	202.500,00
060201	IMPOSTOS E TAXAS		100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
06020301	RESTITUIÇÕES		37.500,00	37.500,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00
06020302	IVA PAGO		17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00
06020304	SERVIÇOS BANCÁRIOS		4.900,00	4.900,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
06020305	IRC/QUOTAS		40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
06020306	OUTRAS		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
	Despesa de capital		10.535.350,00	10.535.350,00	7.077.000,00	2.986.000,00	1.430.000,00	100.000,00
D6	Aquisição de bens de capital		9.261.100,00	9.261.100,00	6.187.000,00	2.986.000,00	1.430.000,00	100.000,00
070101	TERRENOS		87.000,00	87.000,00				
07010203	REPARAÇÃO E BENEFICIAÇÃO		85.000,00	85.000,00				
07010301	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS		196.000,00	196.000,00	700.500,00	100.500,00	100.000,00	100.000,00
07010303	MERCADOS E INSTALAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA		30.000,00	30.000,00				
07010305	ESCOLAS		334.000,00	334.000,00	281.500,00	280.500,00		

Tipo de Orçamento : DA DESPESA

Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO

Desagregar : S Euros

Rubrica	Designação	Períodos anteriores	Orçamento 2021		Plano orçamental plurianual			
			Período	Soma	2022	2023	2024	2025
07010307	OUTROS		473.500,00	473.500,00	300.000,00			
07010401	VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES		3.932.500,00	3.932.500,00	1.350.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00	
07010402	SISTEMAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS E PLUVIAIS		1.310.000,00	1.310.000,00	2.950.000,00	1.200.000,00		
07010404	ILUMINAÇÃO PÚBLICA		115.000,00	115.000,00	350.000,00			
07010406	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		245.000,00	245.000,00				
07010407	CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA		1.000,00	1.000,00				
07010409	SINALIZAÇÃO E TRÂNSITO		107.500,00	107.500,00				
07010413	OUTROS		611.100,00	611.100,00				
07010602	OUTRO		60.000,00	60.000,00	75.000,00	75.000,00		
070107	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA		65.000,00	65.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	
070108	SOFTWARE INFORMÁTICO		30.000,00	30.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	
070109	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		11.000,00	11.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	
070110	EQUIPAMENTO BÁSICO		367.000,00	367.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	
070301	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS		35.000,00	35.000,00				
07030301	VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES		327.000,00	327.000,00				
07030305	PARQUES E JARDINS		136.000,00	136.000,00	50.000,00			
07030313	OUTROS		702.500,00	702.500,00				
D7	Transferências e subsídios de capital		1.274.250,00	1.274.250,00	890.000,00			
D71	Transferências de capital		1.274.250,00	1.274.250,00	890.000,00			
D711	Administrações Públicas		412.000,00	412.000,00				
D7111	Administração Central - Estado Português		45.000,00	45.000,00				
080301	ESTADO		45.000,00	45.000,00				
D7112	Administração Central - Outras entidades							
D7113	Segurança Social							
D7114	Administração Regional							
D7115	Administração Local		367.000,00	367.000,00				
08050102	FREGUESIAS		350.000,00	350.000,00				
08050108	OUTROS		17.000,00	17.000,00				
D712	Entidades do Setor não Lucrativo		852.000,00	852.000,00	890.000,00			
080701	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		852.000,00	852.000,00	890.000,00			
D713	Famílias		10.000,00	10.000,00				
080802	OUTRAS		10.000,00	10.000,00				
D714	Outras		250,00	250,00				
080102	PRIVADAS		250,00	250,00				
D72	Subsídios de capital							
D8	Outras despesas de capital							
	Despesa efetiva [4]		32.268.750,00	32.268.750,00	26.291.450,00	22.091.450,00	19.875.950,00	18.331.950,00
	Despesa não efetiva [5]		1.531.250,00	1.531.250,00	1.103.600,00	603.600,00	603.600,00	603.600,00
D9	Despesa com ativos financeiros		56.000,00	56.000,00				
090701	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS- PRIVADAS		35.000,00	35.000,00				
090802	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS- PÚB		21.000,00	21.000,00				
D10	Despesa com passivos financeiros		1.475.250,00	1.475.250,00	1.103.600,00	603.600,00	603.600,00	603.600,00
100503	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇ		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
100603	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES		1.470.000,00	1.470.000,00	1.100.000,00	600.000,00	600.000,00	600.000,00
100606	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL-SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS		5.000,00	5.000,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00
100705	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- ESTADO		150,00	150,00				
	Despesa total [6] = [4] + [5]		33.800.000,00	33.800.000,00	27.395.050,00	22.695.050,00	20.479.550,00	18.935.550,00

ÍLHAVO, / /2020

O ORGAO EXECUTIVO

ÍLHAVO, / /2020

O ORGAO DELIBERATIVO

II. GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAISTipo de Plano : GRANDES OPÇÕES DO PLANO
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/ECONÔMICAConsiderar em «Total Previsto» o valor
do Financiamento Não Definido : S

Euros

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica	Forma de realização	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de Execução	Pagamentos										Total previsto	
					R G	R P	U E	EMPR	Início	Fim		PAGAM. ATÉ	PAGAM. PREVISTO	2021 (Financ. Definido)	2021 (Financ. N./ Def.)	2021 (TOTAL)	Períodos seguintes						
																	2022	2023	2024	2025	Outros		
[1]	Código Ano Tipo Número	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	1-OUT-2020	DE OUT-DEE	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]=[13]+ ... [20]			
1.		FUNÇÕES GERAIS				1.338.285,00	3.083.615,00					2.644.295,92	1.479.227,73	4.421.900,00	700.000,00	5.121.900,00	2.876.000,00	671.000,00	580.000,00	450.000,00	2.150.000,00	15.972.423,65	
1.1.		SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				1.216.785,00	3.083.615,00					2.527.120,97	1.479.227,73	4.300.400,00	550.000,00	4.850.400,00	2.716.000,00	671.000,00	580.000,00	450.000,00	2.150.000,00	15.423.748,70	
1.1.1.		ADMINISTRAÇÃO GERAL				1.216.785,00	3.083.615,00					2.527.120,97	1.479.227,73	4.300.400,00	550.000,00	4.850.400,00	2.716.000,00	671.000,00	580.000,00	450.000,00	2.150.000,00	15.423.748,70	
1.1.1.1.		MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO				202.000,00						185.537,23	5.521,69	202.000,00	20.000,00	222.000,00	321.000,00	230.000,00	100.000,00			1.385.058,92	
1.1.1.1.1.	01 2015	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO				200.000,00						185.537,23	5.521,69	200.000,00	20.000,00	220.000,00	320.000,00	230.000,00	100.000,00			1.381.058,92	
1.1.1.1.1.1.	010101 2015 I 1	ADAPTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EDIFÍCIOS E INSTALAÇÕES MUNICIPAIS	0102/07010301	OUTRA		70.000,00			2020/01/01	2023/12/31	NÃO APLICÁVEL	42.332,04	251,15	70.000,00		70.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00			512.583,19
1.1.1.1.1.1.	010201 2015 I 2	AQUISIÇÃO E/OU REPARAÇÃO DE MAQUINARIA E EQUIPAMENTO E SOFTWARE		OUTRA					2019/01/01	2023/12/31	NÃO APLICÁVEL	26.101,23	5.156,16	65.000,00	20.000,00	85.000,00	130.000,00	130.000,00	130.000,00				506.257,39
1.1.1.1.1.1.	010201 2015 I 2					20.000,00			0102/070107														
1.1.1.1.1.1.	010201 2015 I 2					5.000,00			0102/070108														
1.1.1.1.1.1.	010201 2015 I 2					5.000,00			0102/070109														
1.1.1.1.1.1.	010201 2015 I 2					35.000,00			0102/070110														
1.1.1.1.1.1.	010301 2015 I 3	AQUISIÇÃO E GRANDES REPARAÇÕES DE VIATURAS	0102/07010602	OUTRA		60.000,00			2019/01/01	2023/12/31	NÃO APLICÁVEL	117.103,96	114,38	60.000,00		60.000,00	75.000,00	75.000,00					327.218,34
1.1.1.1.1.1.	010302 2015 A 1	ALUGUER DE VIATURAS		OUTRA					2021/01/01	2023/12/31	NÃO APLICÁVEL			5.000,00		5.000,00	15.000,00	15.000,00					35.000,00
1.1.1.1.1.1.	010302 2015 A 1					2.500,00			0102/020206														
1.1.1.1.1.1.	010302 2015 A 1					2.500,00			0102/020208														
1.1.1.1.1.1.	01 2019	TRANSFERÊNCIAS DE COMPETÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL				2.000,00								2.000,00		2.000,00	1.000,00	1.000,00					4.000,00
1.1.1.1.1.1.	0101 2019 I 1	TRANSFERÊNCIAS DE COMPETÊNCIAS		OUTRA					2019/07/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL			2.000,00		2.000,00	1.000,00	1.000,00					4.000,00
1.1.1.1.1.1.	0101 2019 I 1					1.000,00			0102/07010301														
1.1.1.1.1.1.	0101 2019 I 1					1.000,00			0102/07010305														
1.1.1.1.4.		ORGANIZAÇÃO INTERMUNICIPAL				714.785,00	3.083.615,00					2.336.048,74	1.473.706,04	3.798.400,00	530.000,00	4.328.400,00	1.945.000,00						10.083.154,78
1.1.1.1.4.	01 2009	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE AVEIRO				42.500,00						35.990,00		42.500,00		42.500,00							78.490,00
1.1.1.1.4.	0101 2009 A 1	DESPESAS DE FUNCIONAMENTO/QUOTA		OUTRA					2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	35.990,00		42.500,00		42.500,00							78.490,00
1.1.1.1.4.	0101 2009 A 1					40.000,00			0102/04050108														
1.1.1.1.4.	0101 2009 A 1					2.500,00			0102/08050108														
1.1.1.1.4.	09 2016	OPERAÇÕES FINANCEIRAS				30.000,00						12.559,09		30.000,00		30.000,00							42.559,09
1.1.1.1.4.	0901 2016 A 6	COMPARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS		OUTRA					2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	12.559,09		30.000,00		30.000,00							42.559,09
1.1.1.1.4.	0901 2016 A 6					25.000,00			0102/04050108														
1.1.1.1.4.	0901 2016 A 6					5.000,00			0102/08050108														
1.1.1.1.4.	01 2017	PEDU - PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO URBANO				436.000,00	2.414.000,00					1.371.781,99	1.336.819,50	2.850.000,00		2.850.000,00	850.000,00						6.408.601,49
1.1.1.1.4.	0101 2017	PARU - PLANO DE AÇÃO PARA A REGENERAÇÃO URBANA				284.500,00	1.555.500,00					1.371.781,99	1.256.819,50	1.840.000,00		1.840.000,00							4.468.601,49
1.1.1.1.4.	010104 2017 I 4	REQUALIFICAÇÃO DA RUA JOÃO CARLOS GOMES	0102/07010401	EMPREITADA		22.500,00	127.500,00		2019/10/01	2021/06/30	EXECUÇÃO FÍSICA ATÉ 25%		41.416,49	150.000,00		150.000,00							191.416,49
1.1.1.1.4.	010105 2017 I 5	CENTRO VALORIZAÇÃO E INTERPRETAÇÃO RELIGIOSIDADE MAR E LOJA SOCIAL		EMPREITADA					2019/01/01	2021/06/30	EXECUÇÃO FÍSICA ATÉ 50%	376.741,33	225.403,01	440.000,00		440.000,00							1.042.144,34
1.1.1.1.4.	010105 2017 I 5					64.500,00	365.500,00		0102/07010401														
1.1.1.1.4.	010105 2017 I 5					5.000,00			0102/070109														
1.1.1.1.4.	010105 2017 I 5					5.000,00			0102/070110														
1.1.1.1.4.	010106 2017 I 6	REQUALIFICAÇÃO ESPAÇO URBANO CENTRAL	0102/07010401	EMPREITADA		79.500,00	450.500,00		2019/01/01	2021/12/31	EXECUÇÃO FÍSICA ATÉ 50%	520.346,25	500.000,00	530.000,00		530.000,00							1.550.346,25
1.1.1.1.4.	010108 2017 I 8	REQUALIFICAÇÃO DO BAIRRO DOS PESCADORES	0102/07010401	EMPREITADA		30.000,00	170.000,00		2019/07/01	2020/12/31	EXECUÇÃO FÍSICA ATÉ 25%	215.446,20	200.000,00	200.000,00		200.000,00							615.446,20
1.1.1.1.4.	010109 2017 I 9	REQUALIFICAÇÃO ACESSOS E ZONA VERDE JUNTO AO CÍmar	0102/07010401	EMPREITADA		9.000,00	51.000,00		2019/07/01	2020/12/31	EXECUÇÃO FÍSICA ATÉ 75%	237.876,96	60.000,00	60.000,00		60.000,00							357.876,96
1.1.1.1.4.	010110 2017 I 10	REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DA MALHADA	0102/07010401	EMPREITADA		69.000,00	391.000,00		2019/07/01	2021/12/31	EXECUÇÃO FÍSICA ATÉ 25%	21.371,25	230.000,00	460.000,00		460.000,00							711.371,25
1.1.1.1.4.	0102 2017	PAMIS - PLANO DE AÇÃO PARA A MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL				124.500,00	705.500,00						80.000,00	830.000,00		830.000,00	600.000,00						1.510.000,00

Identificação do Objeto : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Plano : GRANDES OPÇÕES DO PLANO
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/ECONÔMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor
do Financiamento Não Definido : S

Euros

Objetivo	Número do projeto		Designação do projeto	Rubrica	Forma de realização	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de Execução	Pagamentos										Total previsto		
						R G	R P	U E	EMPR	Início	Fim		PAGAM. ATÉ	PAGAM. PREVISTO	2021 (Financ. Definido)	2021 (Financ. N./ Def.)	2021 (TOTAL)	Períodos seguintes							
																		2022	2023	2024	2025	Outros			
[1]	Código	Ano Tipo Número	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]=[13]+ ... [20]			
2.3.2.4.	0102	2014 A 3		0102/020210			20.000,00																		
2.3.2.4.	0102	2014 A 3		0102/020212			500,00																		
2.3.2.4.	0102	2014 A 3		0102/020220			30.000,00																		
2.3.2.4.	0102	2014 A 3		0102/020225			300,00																		
2.3.2.4.	0103	2014 A 4	OUTRAS ATIVIDADES (ESPAÇOS DA MAIORIDADE, MOVIMENTO MAIOR, BAILE, PROJETOS, ETC...)		OUTRA					2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	2.537,24		16.000,00			16.000,00						18.537,24	
2.3.2.4.	0103	2014 A 4		0102/020121			2.000,00																		
2.3.2.4.	0103	2014 A 4		0102/020208			500,00																		
2.3.2.4.	0103	2014 A 4		0102/020220			11.000,00																		
2.3.2.4.	0103	2014 A 4		0102/020225			2.500,00																		
2.3.2.5.			REDE SOCIAL				1.000,00								19,80	1.000,00			1.000,00					1.019,80	
2.3.2.5.	01	2009 A 2	ATENDIMENTO SOCIAL	0102/020225	OUTRA		1.000,00			2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	19,80		1.000,00			1.000,00						1.019,80	
2.4.			INTEGRADO/CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL																						
2.4.1.			HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLETIVOS				6.145.500,00								2.339.863,54	247.561,38	6.145.500,00	400.000,00	6.545.500,00	5.950.000,00	4.500.000,00	3.300.000,00	2.100.000,00	8.400.000,00	33.382.924,92
2.4.1.			HABITAÇÃO				90.000,00								746,86		90.000,00		90.000,00						90.746,86
2.4.1.	05	2002 I 64	CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE IMÓVEIS EXISTENTES		OUTRA					2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	746,86		90.000,00			90.000,00							90.746,86
2.4.1.	05	2002 I 64		0102/07010203			85.000,00																		
2.4.1.	05	2002 I 64		0102/070110			5.000,00																		
2.4.2.			ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO				1.458.000,00								127.287,29	9.733,92	1.458.000,00	200.000,00	1.658.000,00	850.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00			5.045.021,21
2.4.2.1.			PLANEJAMENTO URBANÍSTICO				43.000,00								1.820,81		43.000,00	50.000,00	93.000,00	100.000,00					194.820,81
2.4.2.1.	01	2002 A 55	PLANOS DE PORMENOR (UOPG), ETC	0102/020214	OUTRA		25.000,00			2021/01/01	2022/12/31	NÃO APLICÁVEL	1.820,81		25.000,00	50.000,00	75.000,00	100.000,00							176.820,81
2.4.2.1.	01	2014 A 17	PLANO DIRETOR MUNICIPAL	0102/020214	OUTRA		1.000,00			2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL			1.000,00			1.000,00							1.000,00
2.4.2.1.	01	2015 A 17	LEVANTAMENTOS AEROFOTOGRAMÉTRICOS	0102/020214	OUTRA		1.000,00			2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL			1.000,00			1.000,00							1.000,00
2.4.2.1.	02	2015 A 18	SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA - MANUTENÇÃO	0102/020214	OUTRA					2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL			16.000,00			16.000,00							16.000,00
2.4.2.1.	02	2015 A 18		0102/020220			10.000,00																		
2.4.2.1.	02	2015 A 18		0102/070107			1.000,00																		
2.4.2.1.	02	2015 A 18		0102/070108			5.000,00																		
2.4.2.2.			ILUMINAÇÃO PÚBLICA				95.000,00								13.066,15		95.000,00		95.000,00						108.066,15
2.4.2.2.	01	2003	Iluminação				95.000,00								13.066,15		95.000,00		95.000,00						108.066,15
2.4.2.2.	0102	2002 I 67	OUTROS REFORÇOS E/OU ALARGAMENTOS DA REDE	0102/07010404	OUTRA		95.000,00			2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	13.066,15		95.000,00			95.000,00							108.066,15
2.4.2.3.			URBANIZAÇÃO				1.305.000,00								112.400,33	9.733,92	1.305.000,00	150.000,00	1.455.000,00	750.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00			4.727.134,25
2.4.2.3.	01	2015 I 4	PROJETOS E ARRANJOS URBANÍSTICOS (CICLOVIAS, PASSEIOS, PRACETAS, ...)	0102/07010401	EMPREITADA		1.250.000,00			2021/01/01	2024/12/31		51.200,33	9.733,92	1.250.000,00			1.250.000,00	750.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00				4.460.934,25
2.4.2.3.	02	2015 I 5	AQUISIÇÃO DE TERRENOS / OUTRA		OUTRA					2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	61.200,00		35.000,00	150.000,00		185.000,00							246.200,00
2.4.2.3.	02	2015 I 5		0102/070101			5.000,00																		
2.4.2.3.	02	2015 I 5		0102/070301			30.000,00																		
2.4.2.3.	01	2016 I 7	PROJETO E CONSTRUÇÃO DA ESTÁTUVA DE HOMENAGEM AO BOMBEIRO	0102/07010401	OUTRA		20.000,00			2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL			20.000,00			20.000,00							20.000,00
2.4.2.7.			REGENERAÇÃO URBANA DE ILHAVO				15.000,00										15.000,00		15.000,00						15.000,00
2.4.2.7.	01	2014	REABILITAÇÃO URBANA				10.000,00										10.000,00		10.000,00						10.000,00
2.4.2.7.	0101	2014 I 6	PROGRAMA REABILITAÇÃO URBANA "REABILITA"	0102/080802	OUTRA		10.000,00			2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL			10.000,00			10.000,00							10.000,00
2.4.2.7.	01	2016 I 3	IMPLEMENTAÇÃO DA ARU		OUTRA					2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL			5.000,00			5.000,00							5.000,00
2.4.2.7.	01	2016 I 3		0102/07010401			2.500,00																		
2.4.2.7.	01	2016 I 3		0102/07030313			2.500,00																		
2.4.3.			SANEAMENTO				1.310.500,00								296.935,86	4.372,50	1.310.500,00	200.000,00	1.510.500,00	2.950.000,00	1.200.000,00				5.961.808,36
2.4.3.	01	2011 I 3	AQUISIÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTO	0102/070110	OUTRA		500,00			2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL			500,00			500,00							500,00
2.4.3.	01	2020	REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS E PLUVIAIS				1.300.000,00								296.935,86	4.372,50	1.300.000,00	200.000,00	1.500.000,00	1.750.000,00	1.000.000,00				4.551.308,36

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAISTipo de Plano : GRANDES OPÇÕES DO PLANO
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÔMICAConsiderar em «Total Previsto» o valor
do Financiamento Não Definido : S

Euros

Objetivo	Número do projeto		Designação do projeto	Rubrica	Forma de realização	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de Execução	Pagamentos										Total previsto	
						R G	R P	U E	EMPR	Início	Fim		PAGAM. ATÉ	PAGAM. PREVISTO	2021 (Financ. Definido)	2021 (Financ. N./ Def.)	2021 (TOTAL)	Períodos seguintes						
																		2022	2023	2024	2025	Outros		
[1]	Código	Ano Tipo Número	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	1-OUT-2020	DE OUT-DEB	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]=[13]+ ... [20]
2.4.3.	0101	2020 I 3	GAFANHA ENCARNAÇÃO/CARMO (PAR200-SUL;PAR012-NORTE)	0102/07010402	EMPREGADA		1.000.000,00				2020/01/01	2023/12/31	EXECUÇÃO FÍSICA ATÉ 25%		4.372,50	1.000.000,00		1.000.000,00	1.500.000,00	1.000.000,00				3.504.372,50
2.4.3.	0102	2020 I 4	GAFANHA DE AQUEM / BOAVISTA (PAR007 E PAR008)	0102/07010402			50.000,00				2019/07/01	2021/12/31	EXECUÇÃO FÍSICA ATÉ 75%	246.155,76		50.000,00	200.000,00	250.000,00						496.155,76
2.4.3.	0103	2020 I 5	OUTRAS REDES (CANCELAS E OUTRAS)	0102/07010402			250.000,00				2021/01/01	2022/12/31	NÃO APLICÁVEL	50.780,10		250.000,00		250.000,00	250.000,00					550.780,10
2.4.3.	01	2021	REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS E PLUVIAIS - 2021				10.000,00									10.000,00		10.000,00	1.200.000,00	200.000,00				1.410.000,00
2.4.3.	0101	2021 I 3	GAFANHA DO CARMO (PAR 013)	0102/07010402	EMPREGADA		10.000,00				2021/10/01	2022/12/31	NÃO APLICÁVEL			10.000,00		10.000,00	1.200.000,00	200.000,00				1.410.000,00
2.4.4.			ABASTECIMENTO DE ÁGUA				2.000,00									2.000,00		2.000,00						2.000,00
2.4.4.1.			ÁGUA				2.000,00									2.000,00		2.000,00						2.000,00
2.4.4.1.	01	2011 I 5	ALARGAMENTO, REMODELAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE, CONDUÍAS E CAPTAÇÕES	0102/07010407	OUTRA		1.000,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL			1.000,00		1.000,00						1.000,00
2.4.4.1.	02	2011 I 6	AQUISIÇÃO E REPARAÇÃO DE MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	0102/070110	OUTRA		1.000,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL			1.000,00		1.000,00						1.000,00
2.4.5.			RESÍDUOS SÓLIDOS				2.981.000,00							1.792.240,83	202.419,69	2.981.000,00		2.981.000,00	2.100.000,00	2.100.000,00	2.100.000,00	2.100.000,00	8.400.000,00	21.776.660,52
2.4.5.	01	2002 A 62	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE RSU	0102/020220	OUTRA		2.100.000,00				2020/09/01	2029/12/31	NÃO APLICÁVEL	1.159.264,88	139.951,67	2.100.000,00		2.100.000,00	2.100.000,00	2.100.000,00	2.100.000,00	2.100.000,00	8.400.000,00	20.199.216,55
2.4.5.	02	2002 I 92	AQUISIÇÃO / REPARAÇÃO DE MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	0102/070110	OUTRA		1.000,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	3.222,60		1.000,00		1.000,00						4.222,60
2.4.5.	05	2002 A 63	CUSTOS DERIVADOS DO CONTRATO DE ENTREGA, DE RECEÇÃO, RECOLHA SELETIVA E DESTINO FINAL DE RSU	0102/020220	OUTRA		880.000,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	629.753,35	63.468,02	880.000,00		880.000,00						1.573.221,37
2.4.6.			PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA				304.000,00							122.652,70	30.035,27	304.000,00		304.000,00	50.000,00					506.687,97
2.4.6.1.			JARDINS, PARQUES E ESPAÇOS VERDES				131.000,00							54.418,53		131.000,00		131.000,00	50.000,00					235.418,53
2.4.6.1.	02	2002	Arranjos de parques e jardins municipais				50.000,00							50.087,13		50.000,00		50.000,00	50.000,00					150.087,13
2.4.6.1.	0206	2002 I 162	CONSERVAÇÃO DE JARDINS MUNICIPAIS	0102/07030305	ADM. DIR.		50.000,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	50.087,13		50.000,00		50.000,00	50.000,00					150.087,13
2.4.6.1.	03	2002 I 163	PARQUES INFANTIS/GERIÁTRICOS	0102/07030305	ADM. DIR.		50.000,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	547,35		50.000,00		50.000,00						50.547,35
2.4.6.1.	05	2002 I 165	AQUISIÇÃO E/OU REPARAÇÃO DE MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	0102/070110	OUTRA		10.000,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	3.784,05		10.000,00		10.000,00						13.784,05
2.4.6.1.	01	2015 I 14	PROJETOS	0102/07030305	OUTRA		1.000,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL			1.000,00		1.000,00						1.000,00
2.4.6.1.	01	2016 A 4	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE VALAS HIDRAULICAS, OUDINOT E OUTRAS	0102/020220	ADM. DIR.		20.000,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL			20.000,00		20.000,00						20.000,00
2.4.6.2.			PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE				13.000,00							6.130,10		13.000,00		13.000,00						19.130,10
2.4.6.2.	01	2010 A 15	PROGRAMA EDUCATIVO PARA O AMBIENTE	0102/020121	OUTRA						2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	5.940,00		12.000,00		12.000,00						17.940,00
2.4.6.2.	01	2010 A 15					1.500,00																	
2.4.6.2.	01	2010 A 15		0102/020208			500,00																	
2.4.6.2.	01	2010 A 15		0102/020210			1.000,00																	
2.4.6.2.	01	2010 A 15		0102/020220			2.000,00																	
2.4.6.2.	01	2010 A 15		0102/020225			3.000,00																	
2.4.6.2.	01	2010 A 15		0102/04050108			3.000,00																	
2.4.6.2.	01	2010 A 15		0102/040701			1.000,00																	
2.4.6.2.	01	2017 A 2	PLANO ESTRATEGICO P/ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	0102/020220	OUTRA		1.000,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	190,10		1.000,00		1.000,00						1.190,10
2.4.6.3.			HIGIENE PÚBLICA				160.000,00							62.104,07	30.035,27	160.000,00		160.000,00	160.000,00					252.139,34
2.4.6.3.	01	2002 I 96	CONSTRUÇÃO E/OU CONSERVAÇÃO DE SANITÁRIOS	0102/07030305	OUTRA		35.000,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	1.937,25		35.000,00		35.000,00						36.937,25
2.4.6.3.	01	2011 A 2	LIMPEZA DE SANITÁRIOS DO MUNICÍPIO	0102/020220	OUTRA		125.000,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	60.166,82	30.035,27	125.000,00		125.000,00						215.202,09
2.5.			SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS				1.570.750,00							802.113,65	27.089,19	1.570.750,00		2.480.750,00	615.000,00	2.500,00				3.927.452,84
2.5.1.			CULTURA				869.500,00							440.417,78	22.733,58	869.500,00		555.000,00	1.424.500,00	120.000,00				2.007.651,36
2.5.1.	13	2002 A 27	AQUISIÇÃO E/OU RESTAURO DE OBRAS DE ARTE	0102/020120	OUTRA		10.000,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	4.543,94		10.000,00		150.000,00	160.000,00					164.543,94
2.5.1.	15	2002	Apoios a Instituições				26.000,00							65.416,50		26.000,00		90.000,00	116.000,00	120.000,00				301.416,50

Identificação do Objeto : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAISTipo de Plano : GRANDES OPÇÕES DO PLANO
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/ECONÔMICAConsiderar em «Total Previsto» o valor
do Financiamento Não Definido : S

Euros

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica	Forma de realização	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de Execução	Pagamentos										Total previsto	
					R G	R P	U E	EMPR	Início	Fim		PAGAM. ATÉ	PAGAM. PREVISTO	2021 (Financ. Definido)	2021 (Financ. N./ Def.)	2021 (TOTAL)	Períodos seguintes						
																	2022	2023	2024	2025	Outros		
[1]	Código Ano Tipo Número	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	1-OUT-2020	DE OUT-DEB	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]=[13]+ ... [20]			
2.5.1.	01 2015 1 12	PROJETO E CONSTRUÇÃO DA RECEÇÃO DO NAVIO MUSEU SANTO ANDRÉ	0102/07010413	EMPREITADA		200.000,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO INICIADA	5.473,50		200.000,00			200.000,00					205.473,50
2.5.1.	01 2016 A 5	PROJETO "ILHAVO TERRA MILENAR"		OUTRA						2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	244,05		4.000,00			4.000,00					4.244,05
2.5.1.	01 2016 A 5		0102/020121			500,00																	
2.5.1.	01 2016 A 5		0102/020212			500,00																	
2.5.1.	01 2016 A 5		0102/020220			2.000,00																	
2.5.1.	01 2016 A 5		0102/020225			1.000,00																	
2.5.2.		DESPORTO, RECREIO E LAZER				528.000,00							331.211,90	4.105,61	528.000,00	260.000,00	788.000,00	460.000,00				1.583.317,51	
2.5.2.	07 2002	Apoios à Instituições:				265.000,00							278.847,51		265.000,00	200.000,00	465.000,00	460.000,00				1.203.847,51	
2.5.2.	0701 2002 A 36	PROTÓTIPOS	0102/080701	OUTRA		260.000,00				2021/01/01	2022/12/31	NÃO APLICÁVEL	273.779,00		260.000,00	200.000,00	460.000,00	460.000,00				1.193.779,00	
2.5.2.	0702 2002 A 37	PONTAIS	0102/040701	OUTRA		5.000,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	5.068,51		5.000,00	5.000,00	5.000,00					10.068,51	
2.5.2.	01 2009 A 3	FORUM NAUTICO/OUTROS EVENTOS		OUTRA						2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL		1.000,00	8.000,00		8.000,00					9.000,00	
2.5.2.	01 2009 A 3		0102/020121			1.500,00																	
2.5.2.	01 2009 A 3		0102/020220			5.000,00																	
2.5.2.	01 2009 A 3		0102/020225			1.000,00																	
2.5.2.	01 2009 A 3		0102/040802			500,00																	
2.5.2.	01 2015 1 7	EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS DE DESPORTO E LAZER (PISCINAS, PAVILHÕES E POLIDESPORTIVOS, ETC)		OUTRA						2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	52.364,39	3.105,61	250.000,00	60.000,00	310.000,00						365.470,00
2.5.2.	01 2015 1 7		0102/07010406			240.000,00																	
2.5.2.	01 2015 1 7		0102/070110			10.000,00																	
2.5.2.	03 2015 1 9	OUTROS PROJETOS	0102/07010406	OUTRA		5.000,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL			5.000,00		5.000,00						5.000,00
2.5.3.		OUTRAS ATIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS				173.250,00							30.483,97	250,00	173.250,00	95.000,00	268.250,00	35.000,00	2.500,00			336.483,97	
2.5.3.1.		JUVENITUDE E TEMPOS LIVRES				153.250,00							30.483,97	250,00	153.250,00	45.000,00	198.250,00	35.000,00	2.500,00			266.483,97	
2.5.3.1.		Apoio a instituições:				30.500,00							12.796,52		30.500,00	30.500,00	30.000,00	30.000,00				73.296,52	
2.5.3.1.	0501 2002 A 43	PROTÓTIPOS	0102/080701	OUTRA		30.000,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	12.796,52		30.000,00	30.000,00	30.000,00					72.796,52	
2.5.3.1.	0502 2002 A 46	PONTAIS	0102/040701	OUTRA		500,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL			500,00		500,00					500,00	
2.5.3.1.	01 2004 A 8	SERVIÇO DE APOIO A FORMAÇÃO E EMPREGO (SAFE)		OUTRA						2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL			2.250,00		2.250,00						2.250,00
2.5.3.1.	01 2004 A 8		0102/020121			500,00																	
2.5.3.1.	01 2004 A 8		0102/020210			750,00																	
2.5.3.1.	01 2004 A 8		0102/020225			1.000,00																	
2.5.3.1.	01 2009 A 8	FERIAS DIVERTIDAS		OUTRA						2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	654,56		11.500,00		11.500,00	5.000,00	2.500,00				19.654,56
2.5.3.1.	01 2009 A 8		0102/020121			500,00																	
2.5.3.1.	01 2009 A 8		0102/020210			1.000,00																	
2.5.3.1.	01 2009 A 8		0102/020220			7.500,00																	
2.5.3.1.	01 2009 A 8		0102/020225			2.500,00																	
2.5.3.1.	01 2014 A 14	Ocupação de Tempos Livres (PMOTL, VOCACÃO, ...)		OUTRA						2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	7.025,00		35.000,00		35.000,00						42.025,00
2.5.3.1.	01 2014 A 14		0102/020121			500,00																	
2.5.3.1.	01 2014 A 14		0102/020208			2.500,00																	
2.5.3.1.	01 2014 A 14		0102/020220			5.000,00																	
2.5.3.1.	01 2014 A 14		0102/020225			2.000,00																	
2.5.3.1.	01 2014 A 14		0102/040802			25.000,00																	
2.5.3.1.	02 2014 A 15	OUTRAS AÇÕES		OUTRA						2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	2.041,60	250,00	13.000,00		13.000,00						15.291,60
2.5.3.1.	02 2014 A 15		0102/020115			3.000,00																	
2.5.3.1.	02 2014 A 15		0102/020121			1.000,00																	
2.5.3.1.	02 2014 A 15		0102/020208			1.000,00																	
2.5.3.1.	02 2014 A 15		0102/020210			500,00																	
2.5.3.1.	02 2014 A 15		0102/020212			500,00																	
2.5.3.1.	02 2014 A 15		0102/020220			3.000,00																	
2.5.3.1.	02 2014 A 15		0102/020225			1.000,00																	
2.5.3.1.	02 2014 A 15		0102/040701			500,00																	
2.5.3.1.	02 2014 A 15		0102/040802			2.500,00																	
2.5.3.1.	01 2015 A 21	VERÃO JUVEN/MAROLAS		OUTRA						2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	7.240,59		50.000,00	45.000,00	95.000,00						102.240,59

Identificação do Objeto : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAISTipo de Plano : GRANDES OPÇÕES DO PLANO
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÔMICAConsiderar em «Total Previsto» o valor
do Financiamento Não Definido : S

Euros

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica	Forma de realização	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de Execução	Pagamentos										Total previsto		
					R G	R P	U E	EMPR	Início	Fim		PAGAM. ATÉ	PAGAM. PREVISTO	2021 (Financ. Definido)	2021 (Financ. N./ Def.)	2021 (TOTAL)	Períodos seguintes							
																	2022	2023	2024	2025	Outros			
[1]	Código Ano Tipo Número	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]=[13]+ ... [20]				
3.3.1.1.	13	2002 I 148	VIAS MUNICIPAIS - CONSERVAÇÃO E ABERTURA DE NOVAS	0102/07030301	ADM. DIR.	300.000,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	161.919,30		300.000,00	80.000,00	380.000,00						541.919,30	
3.3.1.1.	15	2002 I 150	SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA/SEMÁFOROS	0102/07010409	OUTRA	107.500,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	9.800,37	1.150,05	107.500,00		107.500,00						118.450,42	
3.3.1.1.	16	2002 I 151	AQUISIÇÃO E/OU REPARAÇÃO DE OUTRA MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	0102/070110	OUTRA	20.000,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	5.344,35	4.116,61	20.000,00		20.000,00						29.460,96	
3.3.1.1.	01	2015 I 15	CONSTRUÇÃO DE VIAS ESTRUTURANTES	0102/07030301	EMPREITADA	1.000,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL			1.000,00		1.000,00						1.000,00	
3.3.1.2.			ESTACIONAMENTO			5.000,00							5.473,50	5.000,00	5.000,00		5.000,00						10.473,50	
3.3.1.2.	02	2002 I 155	AQUISIÇÃO E/OU MANUTENÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS	0102/07010413	OUTRA	5.000,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	5.473,50		5.000,00		5.000,00						10.473,50	
3.3.1.3.			TRANSPORTES			63.000,00							21.968,52	3.661,42	63.000,00		63.000,00						88.629,94	
3.3.1.3.	02	2002 A 85	PLANO MUNICIPAL DE MOBILIDADE	0102/020214	OUTRA	250,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL			250,00		250,00						250,00	
3.3.1.3.	01	2016 A 7	PROGRAMA "ILHAVO IM"	0102/020220	OUTRA	60.000,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	21.968,52	3.661,42	60.000,00		60.000,00						85.629,94	
3.3.1.3.	01	2017 A 3	OUTRAS INICIATIVAS	0102/020210	OUTRA	250,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL			2.750,00		2.750,00						2.750,00	
3.3.1.3.	01	2017 A 3		0102/020220		2.500,00																		
3.4.			COMÉRCIO E TURISMO			297.000,00							108.749,99	9.978,51	297.000,00	360.000,00	657.000,00						775.728,50	
3.4.1.			MERCADOS E FEIRAS			35.000,00							3.444,00	9.808,21	35.000,00	35.000,00	48.252,21						48.252,21	
3.4.1.	05	2002 I 123	CONSERVAÇÃO E/OU REPARAÇÃO DE MERCADOS MUNICIPAIS	0102/07010303	ADM. DIR.	30.000,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL		8.283,44	30.000,00		30.000,00						38.283,44	
3.4.1.	07	2002 I 125	AQUISIÇÃO E/OU REPARAÇÃO DE MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	0102/070110	OUTRA	5.000,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	3.444,00	1.524,77	5.000,00		5.000,00						9.968,77	
3.4.2.			TURISMO			262.000,00							105.305,99	170,30	262.000,00	360.000,00	622.000,00						727.476,29	
3.4.2.	02	2002 A 65	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE REPRESENTAÇÃO	0102/020115	OUTRA	4.000,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	3.199,11		6.000,00		6.000,00						9.199,11	
3.4.2.	02	2002 A 65		0102/020119		2.000,00																		
3.4.2.	03	2002 A 66	DIVULGAÇÃO, PROMOÇÃO E ANIMAÇÃO TURÍSTICA	0102/020121	OUTRA	2.000,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	94.511,01	35,00	120.000,00	70.000,00	190.000,00							284.546,01
3.4.2.	03	2002 A 66		0102/020208		30.000,00																		
3.4.2.	03	2002 A 66		0102/020217		10.000,00																		
3.4.2.	03	2002 A 66		0102/020220		70.000,00																		
3.4.2.	03	2002 A 66		0102/020225		6.000,00																		
3.4.2.	03	2002 A 66		0102/040802		2.000,00																		
3.4.2.	04	2002 A 67	MAR AGOSTO / FESTAS DO MUNICÍPIO	0102/020115	OUTRA	1.000,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	7.227,87	135,30	70.000,00	250.000,00	320.000,00							327.363,17
3.4.2.	04	2002 A 67		0102/020121		10.000,00																		
3.4.2.	04	2002 A 67		0102/020208		10.000,00																		
3.4.2.	04	2002 A 67		0102/020210		2.000,00																		
3.4.2.	04	2002 A 67		0102/020212		500,00																		
3.4.2.	04	2002 A 67		0102/020217		10.000,00																		
3.4.2.	04	2002 A 67		0102/020220		20.000,00																		
3.4.2.	04	2002 A 67		0102/020225		15.000,00																		
3.4.2.	04	2002 A 67		0102/040802		1.500,00																		
3.4.2.	05	2002 I 116	AQUISIÇÃO E/OU REPARAÇÃO DE MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	0102/070110	OUTRA	2.500,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	368,00		2.500,00		2.500,00						2.868,00	
3.4.2.			Apoio a Instituições			1.000,00									1.000,00		1.000,00						1.000,00	
3.4.2.	0802	2006 A 3	PONTAIS	0102/040701	OUTRA	1.000,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL			1.000,00		1.000,00						1.000,00	
3.4.2.	01	2011 I 2	QUALIFICAÇÃO DOS ACESSOS / PASSADIÇOS DA BARRA E COSTA NOVA	0102/07010307	OUTRA	10.000,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL			55.000,00	40.000,00	95.000,00						95.000,00	
3.4.2.	01	2011 I 2		0102/080301		45.000,00																		
3.4.2.	01	2014 I 8	MANUTENÇÃO DA DOCA DO JARDIM OUDINOT	0102/07010413	ADM. DIR.	5.000,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL			5.000,00		5.000,00						5.000,00	
3.4.2.	01	2015 I 13	PROJETO DA LOJA DE TURISMO DA COSTA NOVA	0102/07010307	OUTRA	2.500,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL			2.500,00		2.500,00						2.500,00	

Identificação do Objeto : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Plano : GRANDES OPÇÕES DO PLANO
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor
do Financiamento Não Definido : S

Euros

Objetivo	Número do projeto		Designação do projeto	Rubrica	Forma de realização	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de Execução	Pagamentos										Total previsto
						R G	R P	U E	EMPR	Início	Fim		PAGAM. ATÉ	PAGAM. PREVISTO	2021 (Financ. Definido)	2021 (Financ. N./ Def.)	2021 (TOTAL)	Períodos seguintes					
																		2022	2023	2024	2025	Outros	
[1]	Código	Ano Tipo Número	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]=[13]+ ... [20]		
4.			OUTRAS FUNÇÕES				350.000,00						395.999,97		350.000,00	200.000,00	550.000,00					945.999,97	
4.2.			TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES				350.000,00						395.999,97		350.000,00	200.000,00	550.000,00					945.999,97	
4.2.1.			JUNTAS DE FREGUESIA				350.000,00						395.999,97		350.000,00	200.000,00	550.000,00					945.999,97	
4.2.1.1.			PROTÓCOLOS				350.000,00						395.999,97		350.000,00	200.000,00	550.000,00					945.999,97	
4.2.1.1.	01	2002	Protocolos				350.000,00						395.999,97		350.000,00	200.000,00	550.000,00					945.999,97	
4.2.1.1.	0101	2002 A 75	CAMARA MUNICIPAL DE ILHAVO/JUNTAS DE FREGUESIA	0102/08050102	OUTRA		350.000,00			2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	395.999,97		350.000,00	200.000,00	550.000,00					945.999,97	
Total :							13.409.285,00	3.083.615,00					8.063.608,49	1.848.648,36	16.492.900,00	2.800.000,00	19.292.900,00	11.117.000,00	6.544.500,00	4.285.000,00	2.550.000,00	10.550.000,00	64.251.656,85

O ORGÃO EXECUTIVO

Em ___ de _____ de ___

O ORGÃO DELIBERATIVO

Em ___ de _____ de ___

III. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Identificação do Objeto : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAISTipo de Plano : PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇÂNICA/ECONÓMICAConsiderar em «Total Previsto» o valor
do Financiamento Não Definido : S

Euros

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica	Forma de realização	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de Execução	Pagamentos										Total previsto
					R G	R P	U E	EMPR	Início	Fim		PAGAM. ATÉ	PAGAM. PREVISTO	2021 (Financ. Definido)	2021 (Financ. N./ Def.)	2021 (TOTAL)	Períodos seguintes					
																	2022	2023	2024	2025	Outros	
[1]	Código Ano Tipo Número [2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	1-OUT-2020 [13]	DE OUT-DEE [14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]=[13]+ ... [20]		
1.		FUNÇÕES GERAIS				783.050,00	2.670.450,00					2.423.934,94	1.473.803,35	3.453.500,00	550.000,00	4.003.500,00	2.156.000,00	306.000,00	230.000,00	100.000,00	100.000,00	10.693.238,29
1.1.		SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				783.050,00	2.670.450,00					2.423.934,94	1.473.803,35	3.453.500,00	550.000,00	4.003.500,00	2.156.000,00	306.000,00	230.000,00	100.000,00	100.000,00	10.693.238,29
1.1.1.		ADMINISTRAÇÃO GERAL				783.050,00	2.670.450,00					2.423.934,94	1.473.803,35	3.453.500,00	550.000,00	4.003.500,00	2.156.000,00	306.000,00	230.000,00	100.000,00	100.000,00	10.693.238,29
1.1.1.1.		MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO				197.000,00						185.537,23	5.521,69	197.000,00	20.000,00	217.000,00	306.000,00	306.000,00	230.000,00	100.000,00	100.000,00	1.350.058,92
1.1.1.1.1.	01 2015	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO				195.000,00						185.537,23	5.521,69	195.000,00	20.000,00	215.000,00	305.000,00	305.000,00	230.000,00	100.000,00	100.000,00	1.346.058,92
1.1.1.1.1.1.	010101 2015 I 1	ADAPTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EDIFÍCIOS E INSTALAÇÕES MUNICIPAIS	0102/07010301	OUTRA		70.000,00			2020/01/01	2023/12/31	NÃO APLICÁVEL	42.332,04	251,35	70.000,00		70.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00		512.583,19
1.1.1.1.1.1.	010201 2015 I 2	AQUISIÇÃO E/OU REPARAÇÃO DE MAQUINARIA E EQUIPAMENTO E SOFTWARE		OUTRA					2019/01/01	2023/12/31	NÃO APLICÁVEL	26.101,23	5.156,16	65.000,00	20.000,00	85.000,00	130.000,00	130.000,00	130.000,00			506.257,39
1.1.1.1.1.1.	010201 2015 I 2		0102/070107			20.000,00																
1.1.1.1.1.1.	010201 2015 I 2		0102/070108			5.000,00																
1.1.1.1.1.1.	010201 2015 I 2		0102/070109			5.000,00																
1.1.1.1.1.1.	010201 2015 I 2		0102/070110			35.000,00																
1.1.1.1.1.1.	010301 2015 I 3	AQUISIÇÃO E GRANDES REPARAÇÕES DE VIATURAS	0102/07010602	OUTRA		60.000,00			2019/01/01	2023/12/31	NÃO APLICÁVEL	117.103,96	114,38	60.000,00		60.000,00	75.000,00	75.000,00				327.218,34
1.1.1.1.1.	01 2019	TRANSFERÊNCIAS DE COMPETÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL				2.000,00								2.000,00		2.000,00	1.000,00	1.000,00				4.000,00
1.1.1.1.1.1.	0101 2019 I 1	TRANSFERÊNCIAS DE COMPETÊNCIAS		OUTRA					2019/07/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL			2.000,00		2.000,00	1.000,00	1.000,00				4.000,00
1.1.1.1.1.1.	0101 2019 I 1		0102/07010301			1.000,00																
1.1.1.1.1.1.	0101 2019 I 1		0102/07010305			1.000,00																
1.1.1.1.4.		ORGANIZAÇÃO INTERMUNICIPAL				536.050,00	2.670.450,00					2.238.397,71	1.468.281,66	3.206.500,00	530.000,00	3.736.500,00	1.800.000,00	850.000,00				9.243.179,37
1.1.1.1.4.	01 2017	PEDU - PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO URBANO				436.000,00	2.414.000,00					1.371.781,99	1.336.819,50	2.850.000,00		2.850.000,00	850.000,00				6.408.601,49	
1.1.1.1.4.	0101 2017	PARU - PLANO DE AÇÃO PARA A REGENERAÇÃO URBANA				284.500,00	1.555.500,00					1.371.781,99	1.256.819,50	1.840.000,00		1.840.000,00					4.468.601,49	
1.1.1.1.4.	010104 2017 I 4	REQUALIFICAÇÃO DA RUA JOÃO CARLOS GOMES	0102/07010401	EMPREITADA		22.500,00	127.500,00		2019/10/01	2021/06/30	EXECUÇÃO FÍSICA ATÉ 25%		41.416,49	150.000,00		150.000,00						191.416,49
1.1.1.1.4.	010105 2017 I 5	CENTRO VALORIZAÇÃO E INTERPRETAÇÃO RELIGIOSIDADE MAR E LOJA SOCIAL		EMPREITADA					2019/01/01	2021/06/30	EXECUÇÃO FÍSICA ATÉ 50%	376.741,33	225.403,01	440.000,00		440.000,00						1.042.144,34
1.1.1.1.4.	010105 2017 I 5		0102/07010401			64.500,00	365.500,00															
1.1.1.1.4.	010105 2017 I 5		0102/070109			5.000,00																
1.1.1.1.4.	010105 2017 I 5		0102/070110			5.000,00																
1.1.1.1.4.	010106 2017 I 6	REQUALIFICAÇÃO ESPAÇO URBANO CENTRAL	0102/07010401	EMPREITADA		79.500,00	450.500,00		2019/01/01	2021/12/31	EXECUÇÃO FÍSICA ATÉ 50%	520.346,25	500.000,00	530.000,00		530.000,00						1.550.346,25
1.1.1.1.4.	010108 2017 I 8	REQUALIFICAÇÃO DO BAIRRO DOS PESCADORES	0102/07010401	EMPREITADA		30.000,00	170.000,00		2019/07/01	2020/12/31	EXECUÇÃO FÍSICA ATÉ 25%	215.446,20	200.000,00	200.000,00		200.000,00						615.446,20
1.1.1.1.4.	010109 2017 I 9	REQUALIFICAÇÃO ACESSOS E ZONA VERDE JUNTO AO CIEmar	0102/07010401	EMPREITADA		9.000,00	51.000,00		2019/07/01	2020/12/31	EXECUÇÃO FÍSICA ATÉ 75%	237.876,96	60.000,00	60.000,00		60.000,00						357.876,96
1.1.1.1.4.	010110 2017 I 10	REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DA MALHADA	0102/07010401	EMPREITADA		69.000,00	391.000,00		2019/07/01	2021/12/31	EXECUÇÃO FÍSICA ATÉ 25%	21.371,25	230.000,00	460.000,00		460.000,00						711.371,25
1.1.1.1.4.	0102 2017	FAMUS - PLANO DE AÇÃO PARA A MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL				124.500,00	705.500,00						80.000,00	830.000,00		830.000,00	600.000,00				1.510.000,00	
1.1.1.1.4.	010202 2017 I 12	AVENIDA DOS BACALHOEIROS (NÓ) - ENTRADA DA PONTE DA BARRA	0102/07010401	EMPREITADA		1.500,00	8.500,00		2020/07/01	2022/12/31	COM PROJECTO TÉCNICO			10.000,00		10.000,00	300.000,00					310.000,00
1.1.1.1.4.	010204 2017 I 14	AVENIDA MARGINAL - PORTO DE AVEIRO - FERRO/ENTRADA DA PONTE DA BARRA	0102/07010401	EMPREITADA		1.500,00	8.500,00		2021/10/01	2022/12/31	COM PROJECTO TÉCNICO			10.000,00		10.000,00	300.000,00					310.000,00
1.1.1.1.4.	010205 2017 I 15	ZONA INDUSTRIAL DA MOTA - LARGO DA BROVA	0102/07010401	EMPREITADA		7.500,00	42.500,00		2021/01/01	2021/12/31	EXECUÇÃO FÍSICA ATÉ 25%			50.000,00		50.000,00						50.000,00
1.1.1.1.4.	010206 2017 I 16	CENTRO DE ÍLHAVO - ZONA INDUSTRIAL DA MOTA	0102/07010401	EMPREITADA		36.000,00	204.000,00		2021/07/01	2021/12/31	ADJUDICADA			240.000,00		240.000,00						240.000,00
1.1.1.1.4.	010207 2017 I 17	CENTRO DE ÍLHAVO - AVENIDA DOS BACALHOEIROS (NÓ)	0102/07010401	EMPREITADA		30.000,00	170.000,00		2021/01/01	2021/12/31	ADJUDICADA		80.000,00	200.000,00		200.000,00						280.000,00
1.1.1.1.4.	010212 2017 I 22	ZONA INDUSTRIAL DA MOTA - GAFANHA DA NAZARÉ (PERCURSO 11)	0102/07010401	EMPREITADA		48.000,00	272.000,00		2021/01/01	2021/12/31	ADJUDICADA			320.000,00		320.000,00						320.000,00

Identificação do Objeto : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAISTipo de Plano : PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/ECONÔMICAConsiderar em «Total Previsto» o valor
do Financiamento Não Definido : S

Euros

Objetivo	Número do projeto		Designação do projeto	Rubrica	Forma de realização	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de Execução	Pagamentos										Total previsto
						R G	R P	U E	EMPR	Início	Fim		PAGAM. ATÉ	PAGAM. PREVISTO	2021 (Financ. Definido)	2021 (Financ. N./ Def.)	2021 (TOTAL)	Períodos seguintes					
																		2022	2023	2024	2025	Outros	
[1]	Código	Ano Tipo Número	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]=[13]+ ... [20]		
2.5.1.	0103	2014 I 3		0102/070110			2.500,00																
2.5.1.	01	2015 I 12	PROJETO E CONSTRUÇÃO DA RECEÇÃO DO NAVIO MUSEU SANTO ANDRÉ	0102/07010413	EMPREITADA		200.000,00			2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	5.473,50		200.000,00			200.000,00					205.473,50
2.5.2.			DESPORTO, RECREIO E LAZER			255.000,00							52.364,39	3.105,61	255.000,00	60.000,00	315.000,00					370.470,00	
2.5.2.	01	2015 I 7	EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS DE DESPORTO E LAZER (PISCINAS, PAVILHÕES E POLIDESPORTIVOS, ETC)		OUTRA					2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	52.364,39	3.105,61	250.000,00	60.000,00	310.000,00					365.470,00	
2.5.2.	01	2015 I 7		0102/07010406		240.000,00																	
2.5.2.	01	2015 I 7		0102/070110		10.000,00																	
2.5.2.	03	2015 I 9	OUTROS PROJETOS	0102/07010406	OUTRA	5.000,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL			5.000,00		5.000,00					5.000,00	
2.5.3.			OUTRAS ATIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS			1.000,00									1.000,00		1.000,00					1.000,00	
2.5.3.1.			JUVENUDE E TEMOS LIVRES			1.000,00									1.000,00		1.000,00					1.000,00	
2.5.3.1.	01	2016 I 5	AQUISIÇÃO E/OU REPARAÇÃO DE MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	0102/070110	OUTRA	1.000,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL			1.000,00		1.000,00					1.000,00	
3.			FUNÇÕES ECONÓMICAS			910.500,00							349.482,66	15.074,87	910.500,00	170.000,00	1.080.500,00					1.445.057,53	
3.1.			AGRICULTURA, Pecuária, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA			250.000,00							16.965,14		250.000,00		250.000,00					266.965,14	
3.1.1.			ESTRUTURAS DE APOIO A ATIVIDADES DOS PESCADORES			250.000,00							16.965,14		250.000,00		250.000,00					266.965,14	
3.1.1.1.	01	2010 I 7	MANUTENÇÃO DOS CAIS DO MUNICÍPIO	0102/07010413	OUTRA	250.000,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	16.965,14		250.000,00		250.000,00					266.965,14	
3.2.			INDÚSTRIA E ENERGIA			95.000,00							146.168,00		95.000,00	50.000,00	145.000,00					291.168,00	
3.2.1.			ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS LIGADOS AO ABASTECIMENTO			95.000,00							146.168,00		95.000,00	50.000,00	145.000,00					291.168,00	
3.2.1.	02	2002	Execução da Zona Industrial da Mota			70.000,00							124.968,00		70.000,00		70.000,00					194.968,00	
3.2.1.	0205	2002 I 181	REVERSÃO DE LOTES DE TERRENOS NA E.I.M.	0102/070101	OUTRA	70.000,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	124.968,00		70.000,00		70.000,00					194.968,00	
3.2.1.	01	2014 I 1	OUTROS ALARGAMENTOS E INFRAESTRUTURAS	0102/07010413	OUTRA	5.000,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	21.200,00		5.000,00		5.000,00					26.200,00	
3.2.1.	01	2015 I 10	MANUTENÇÃO E ALARGAMENTO DAS ZONAS INDUSTRIAIS DO MUNICÍPIO	0102/07010413	ADM. DIR.	10.000,00				2018/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL			10.000,00		10.000,00					10.000,00	
3.2.1.	01	2018 I 2	AQUISIÇÃO DE TERRENOS	0102/070101	OUTRA	10.000,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL			10.000,00	50.000,00	60.000,00					60.000,00	
3.3.			TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES			465.500,00							182.537,52	5.266,66	465.500,00	80.000,00	545.500,00					733.304,18	
3.3.1.			TRANSPORTES RODOVIÁRIOS			465.500,00							182.537,52	5.266,66	465.500,00	80.000,00	545.500,00					733.304,18	
3.3.1.1.			REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO			460.500,00							177.064,02	5.266,66	460.500,00	80.000,00	540.500,00					722.830,68	
3.3.1.1.	01	2002	Projetos			1.000,00									1.000,00		1.000,00					1.000,00	
3.3.1.1.1.	0101	2002 I 137	VIAS ESTRUTURANTES E OUTROS	0102/07030301	OUTRA	1.000,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL			1.000,00		1.000,00					1.000,00	
3.3.1.1.1.	02	2002 I 138	AQUISIÇÃO DE TERRENOS / OUTRA		OUTRA					2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL			6.000,00		6.000,00					6.000,00	
3.3.1.1.1.	02	2002 I 138		0102/070101		1.000,00																	
3.3.1.1.1.	02	2002 I 138		0102/070301		5.000,00																	
3.3.1.1.1.	12	2002 I 147	PONTES E PROJETOS - CONSERVAÇÃO E/OU REPARAÇÃO	0102/07030301	ADM. DIR.	25.000,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL			25.000,00		25.000,00					25.000,00	
3.3.1.1.1.	13	2002 I 148	VIAS MUNICIPAIS - CONSERVAÇÃO E ABERTURA DE NOVAS	0102/07030301	ADM. DIR.	300.000,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	161.919,30		300.000,00	80.000,00	380.000,00					541.919,30	
3.3.1.1.1.	15	2002 I 150	SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA/SEMÁFOROS	0102/07010409	OUTRA	107.500,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	9.800,37	1.150,05	107.500,00		107.500,00					118.450,42	
3.3.1.1.1.	16	2002 I 151	AQUISIÇÃO E/OU REPARAÇÃO DE OUTRA MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	0102/070110	OUTRA	20.000,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	5.344,35	4.116,61	20.000,00		20.000,00					29.460,96	
3.3.1.1.1.	01	2015 I 15	CONSTRUÇÃO DE VIAS ESTRUTURANTES	0102/07030301	EMPREITADA	1.000,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL			1.000,00		1.000,00					1.000,00	
3.3.1.1.2.			ESTACIONAMENTO			5.000,00							5.473,50		5.000,00		5.000,00					10.473,50	
3.3.1.1.2.	02	2002 I 155	AQUISIÇÃO E/OU MANUTENÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS	0102/07010413	OUTRA	5.000,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	5.473,50		5.000,00		5.000,00					10.473,50	
3.4.			COMÉRCIO E TURISMO			100.000,00							3.812,00	9.808,21	100.000,00	40.000,00	140.000,00					153.620,21	
3.4.1.			MERCADOS E FEIRAS			35.000,00							3.444,00	9.808,21	35.000,00		35.000,00					48.252,21	
3.4.1.	05	2002 I 123	CONSERVAÇÃO E OU REPARAÇÃO DE MERCADOS MUNICIPAIS	0102/07010303	ADM. DIR.	30.000,00				2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL			30.000,00		30.000,00					38.283,44	

Identificação do Objeto : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Plano : PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÔMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor
do Financiamento Não Definido : S

Euros

Objetivo	Número do projeto		Designação do projeto	Rubrica	Forma de realização	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de Execução	Pagamentos										Total previsto
						R G	R P	U E	EMPR	Início	Fim		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2020	PAGAM. PREVISTO DE OUT-DEZ	2021 (Financ. Definido)	2021 (Financ. N./ Def.)	2021 (TOTAL)	Períodos seguintes					
																		2022	2023	2024	2025	Outros	
[1]	Código	Ano Tipo Número	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]=[13]+ ... [20]		
3.4.1.	07	2002 I 125	AQUISIÇÃO E/OU REPARAÇÃO DE MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	0102/070110	OUTRA		5.000,00			2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	3.444,00	1.524,77	5.000,00							9.968,77	
3.4.2.			TURISMO				65.000,00						368,00		65.000,00	40.000,00	105.000,00				105.368,00		
3.4.2.	05	2002 I 116	AQUISIÇÃO E OU REPARAÇÃO DE MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	0102/070110	OUTRA		2.500,00			2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	368,00		2.500,00							2.868,00	
3.4.2.	01	2011 I 2	QUALIFICAÇÃO DOS ACESSOS / PASSADIÇOS DA BARRA E COSTA NOVA		OUTRA					2021/01/01	2021/12/31				55.000,00	40.000,00	95.000,00					95.000,00	
3.4.2.	01	2011 I 2		0102/07010307			10.000,00																
3.4.2.	01	2011 I 2		0102/080301			45.000,00																
3.4.2.	01	2014 I 8	MANUTENÇÃO DA DOCA DO JARDIM OUDINOI	0102/07010413	ADM. DIR.		5.000,00			2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL			5.000,00							5.000,00	
3.4.2.	01	2015 I 13	PROJETO DA LOJA DE TURISMO DA COSTA NOVA	0102/07010307	OUTRA		2.500,00			2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL			2.500,00							2.500,00	
Total :							5.789.050,00	2.670.450,00					3.781.884,50	1.524.632,03	8.459.500,00	1.280.000,00	9.739.500,00	6.187.000,00	2.986.000,00	1.430.000,00	100.000,00	25.749.016,53	

O ORGÃO EXECUTIVO
Em __ de _____ de ____

O ORGÃO DELIBERATIVO
Em __ de _____ de ____

IV. PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAISTipo de Plano : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇÂNICA/ECONÓMICAConsiderar em «Total Previsto» o valor
do Financiamento Não Definido : S

Euros

Objetivo	Número do projeto		Designação do projeto	Rubrica	Forma de realização	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de Execução	Pagamentos										Total previsto
						R G	R P	U E	EMPR	Início	Fim		PAGAM. ATÉ	PAGAM. PREVISTO	2021 (Financ. Definido)	2021 (Financ. N./ Def.)	2021 (TOTAL)	Períodos seguintes					
																		2022	2023	2024	2025	Outros	
[1]	Código	Ano Tipo Número	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]=[13]+ ... [20]		
1.1.1.4.	0501	2018 A 10	OUTROS PROJETOS	0102/070110	OUTRA		18.750,00	56.250,00															
1.1.1.4.	09	2019						12.000,00	68.000,00					2.818,77		80.000,00		80.000,00					107.818,77
1.1.1.4.	0909	2019 A 3		OUTROS PROJETOS (MUNICÍPIO DE ILHAVO: DESTINO TURISTICO ACESSÍVEL,...)							2019/09/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL		2.818,77	80.000,00		80.000,00					
1.1.1.4.	0909	2019 A 3	DLRC - DINAMICAS LOCAIS DE BASE COMUNITÁRIA - COSTEIRA	0102/020220			7.500,00	42.500,00															
1.1.1.4.	0909	2019 A 3					4.500,00	25.500,00															
1.1.1.4.	02	2020		VELA PARA TODOS	0102/070110			15.750,00	69.250,00					620,00	5.304,38	85.000,00		85.000,00					105.924,38
1.1.1.4.	0201	2020 A 2	NOTORIEDADE DAS OSTRAS				450,00	2.550,00		2020/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL			40.000,00		40.000,00					55.000,00	
1.1.1.4.	0201	2020 A 2					600,00	3.400,00															
1.1.1.4.	0201	2020 A 2					450,00	2.550,00															
1.1.1.4.	0201	2020 A 2	FACTO 2020 OUTROS	0102/020220			7.500,00	22.500,00															
1.1.1.4.	0202	2020 A 3					750,00	4.250,00		2020/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL		620,00	5.304,38	45.000,00		45.000,00				50.924,38	
1.1.1.4.	0202	2020 A 3					6.000,00	34.000,00															
1.1.1.4.	04	2020	PROJETOS MUNICIPAIS 2020	0102/020220			2.500,00	2.500,00															
1.1.1.4.	0401	2020 A 10					2.500,00	2.500,00		2020/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL			5.000,00		5.000,00					5.000,00	
1.1.1.4.	01	2021		CADASTRO SIMPLIFICADO	0102/04050108			6.000,00	34.000,00		2021/01/01	2022/12/31				40.000,00		40.000,00					65.000,00
1.1.1.4.	0101	2021 A 1	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL DAS SOCIEDADES	0102/020214			1.125,00	6.375,00															
1.1.1.4.	0101	2021 A 1					375,00	2.125,00															
1.1.1.4.	0101	2021 A 1					3.000,00	17.000,00															
1.1.1.4.	0101	2021 A 1	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	0102/070107			1.125,00	6.375,00															
1.1.1.4.	0101	2021 A 1					375,00	2.125,00															
1.1.1.4.	0101	2021 A 1					205.000,00	2.125,00						5.535,00		205.000,00		205.000,00					3.790.535,00
1.1.1.5.	01	2020	CONTRATO DE GESTÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	0102/020220			205.000,00	2.125,00		2021/01/01	2032/12/31	NÃO APLICÁVEL		5.535,00	205.000,00		205.000,00						
1.1.1.5.	0101	2020 A 8					205.000,00	2.125,00															
1.1.1.6.	01	2019		ORÇAMENTO PARTICIPATIVO				50.000,00	50.000,00														
1.1.1.6.	01	2019	ORÇAMENTO PARTICIPATIVO MUNICIPAL				50.000,00	50.000,00															
1.1.1.6.	0101	2019 A 1		INICIATIVAS CORRENTES	0102/020225	OUTRA		50.000,00	50.000,00		2021/07/01	2022/12/30	NÃO APLICÁVEL			50.000,00		50.000,00					100.000,00
1.2.				SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS				121.500,00	121.500,00														
1.2.1.			PROTEÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS				121.500,00	121.500,00															
1.2.1.	03	2002		SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL - DINAMIZAÇÃO DA ATIVIDADE				3.000,00	3.000,00														
1.2.1.	0301	2002 A 88		DINAMIZAÇÃO DA ATIVIDADE	0102/020220	OUTRA		1.500,00	1.500,00		2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL			3.000,00		3.000,00					3.000,00
1.2.1.	0301	2002 A 88	GABINETE TÉCNICO FLORESTAL/ATIVIDADE	0102/020225			1.500,00	1.500,00															
1.2.1.	0301	2002 A 88					1.500,00	1.500,00															
1.2.1.	01	2008 A 1						1.000,00	1.000,00		2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	147,60		1.500,00		1.500,00					1.647,60
1.2.1.	01	2008 A 1	BOMBEIROS	0102/020121			1.000,00	1.000,00															
1.2.1.	01	2008 A 1					500,00	500,00															
1.2.1.	01	2009		PROTOCOLO	0102/020225	OUTRA		87.000,00	87.000,00		2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	116.232,35		87.000,00	150.000,00	237.000,00		160.000,00			513.232,35
1.2.1.	0101	2009 A 5	SEGURO				1.000,00	1.000,00															
1.2.1.	0101	2009 A 5					10.000,00	10.000,00															
1.2.1.	0102	2009 A 6					35.000,00	35.000,00		2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	24.632,35		35.000,00		35.000,00						59.632,35
1.2.1.	0103	2009 A 7	EQUIPA DE INTERVENÇÃO PERMANENTE	0102/080701	OUTRA		40.000,00	40.000,00		2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	16.600,00		40.000,00		40.000,00					56.600,00	
1.2.1.	0104	2009 A 9	PLANO MUNICIPAL DE EMERGENCIA/CONTA ESPECIAL DE EMERGENCIA	0102/020225	OUTRA		1.000,00	1.000,00		2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL			1.000,00		1.000,00					1.000,00	
1.2.1.	01	2017	GESTÃO DE COMBUSTÍVEL				30.000,00	30.000,00															
1.2.1.	0101	2017 A 4		Faixas de Gestão de Combustível	0102/020220	OUTRA		30.000,00	30.000,00		2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	795,00		30.000,00		30.000,00					30.795,00

Identificação do Objeto : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAISTipo de Plano : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/ECONÔMICAConsiderar em «Total Previsto» o valor
do Financiamento Não Definido : S

Euros

Objetivo	Número do projeto		Designação do projeto	Rubrica	Forma de realização	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de Execução	Pagamentos										Total previsto
						R G	R P	U E	EMPR	Início	Fim		PAGAM. ATÉ	PAGAM. PREVISTO	2021 (Financ. Definido)	2021 (Financ. N./ Def.)	2021 (TOTAL)	Períodos seguintes					
																		2022	2023	2024	2025	Outros	
[1]	Código	Ano Tipo Número	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]=[13]+ ... [20]		
2.1.1.2. 2.2. 2.2.0. 2.2.0.0.	0103	2020 A 7	FORNECIMENTO DE LEITE ESCOLAR SAÚDE SERVIÇOS COLETIVOS DE SAÚDE INICIATIVAS E EVENTOS	0102/020220	OUTRA		55.000,00 3.000,00 3.000,00 3.000,00			2020/09/01	2023/06/30	NÃO APLICÁVEL	8.661,96		55.000,00 3.000,00 3.000,00 3.000,00		55.000,00 3.000,00 3.000,00 3.000,00					228.661,96 3.117,45 3.117,45 3.117,45	
2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.3. 2.3.2. 2.3.2.3.	02	2015 A 10	FEIRA DA SAÚDE E OUTRA	0102/020115	OUTRA		250,00			2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL		117,45	3.000,00		3.000,00					3.117,45	
2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.3. 2.3.2. 2.3.2.3.	02	2015 A 10		0102/020121			250,00																
2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.3. 2.3.2. 2.3.2.3.	02	2015 A 10		0102/020210			500,00																
2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.3. 2.3.2. 2.3.2.3.	02	2015 A 10		0102/020220			2.000,00																
2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.3. 2.3.2. 2.3.2.3.	02	2015 A 10		0102/020220			441.500,00						254.143,52	35.459,49	441.500,00	100.000,00	541.500,00	120.000,00				951.103,01	
2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.3. 2.3.2. 2.3.2.3.	01	2002 A 50	PROTÓTIPOS	0102/080701	OUTRA		20.000,00			2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL		67.255,00	20.000,00	100.000,00	120.000,00	120.000,00				307.255,00	
2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.3. 2.3.2. 2.3.2.3.	02	2002 A 51	PONTUAIS	0102/040701	OUTRA		40.000,00			2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL		75.970,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00					115.970,00	
2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.3. 2.3.2. 2.3.2.3.	02	2010 A 12	PROGRAMA MUNICIPAL DE BOLSAS DE ESTUDO	0102/040802	OUTRA		45.000,00			2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL		32.159,58	45.000,00	45.000,00	45.000,00					77.159,58	
2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.3. 2.3.2. 2.3.2.3.	01	2015 A 11	FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMILIAS E INDIVIDUOS CARENCIADOS	0102/020121	OUTRA		2.000,00			2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	69.457,00	35.459,49	249.500,00		249.500,00					354.416,49	
2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.3. 2.3.2. 2.3.2.3.	01	2015 A 11		0102/04050106			7.500,00																
2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.3. 2.3.2. 2.3.2.3.	01	2015 A 11		0102/040701			90.000,00																
2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.3. 2.3.2. 2.3.2.3.	01	2015 A 11		0102/040802			150.000,00																
2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.3. 2.3.2. 2.3.2.3.	06	2015 A 16	APOIOS À CONSTRUÇÃO DE LARES NO MUNICÍPIO	0102/080701	OUTRA		1.000,00			2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL			1.000,00		1.000,00					1.000,00	
2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.3. 2.3.2. 2.3.2.3.	01	2018 A 1	ATIVIDADES DIVERSAS	0102/020225	OUTRA		500,00			2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL			1.000,00		1.000,00					1.000,00	
2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.3. 2.3.2. 2.3.2.3.	01	2018 A 1		0102/040802			500,00																
2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.3. 2.3.2. 2.3.2.3.	01	2020 A 4	COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS (CPGJ) - ATIVIDADES	0102/020210	OUTRA		500,00			2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL			1.000,00		1.000,00					1.000,00	
2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.3. 2.3.2. 2.3.2.3.	01	2020 A 4		0102/020220			500,00																
2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.3. 2.3.2. 2.3.2.4.	01	2014	MAJORITY	0102/020210			83.000,00																
2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.3. 2.3.2. 2.3.2.4.	01	2014	MAJORITY	0102/020220			83.000,00																
2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.3. 2.3.2. 2.3.2.4.	0101	2014 A 2	FORUM MUNICIPAL DA MAJORITY	0102/020121	OUTRA		500,00			2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	450,55		7.000,00		7.000,00					7.450,55	
2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.3. 2.3.2. 2.3.2.4.	0101	2014 A 2		0102/020220			500,00																
2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.3. 2.3.2. 2.3.2.4.	0101	2014 A 2		0102/070110			6.000,00																
2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.3. 2.3.2. 2.3.2.4.	0102	2014 A 3	SEMANA DA MAJORITY / FESTIVAL CABELOS BRANCOS	0102/070110	OUTRA		6.000,00			2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	6.294,35		60.000,00		60.000,00					66.294,35	
2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.3. 2.3.2. 2.3.2.4.	0102	2014 A 3		0102/020121			1.200,00																
2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.3. 2.3.2. 2.3.2.4.	0102	2014 A 3		0102/020208			8.000,00																
2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.3. 2.3.2. 2.3.2.4.	0102	2014 A 3		0102/020210			20.000,00																
2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.3. 2.3.2. 2.3.2.4.	0102	2014 A 3		0102/020212			500,00																
2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.3. 2.3.2. 2.3.2.4.	0102	2014 A 3		0102/020220			30.000,00																
2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.3. 2.3.2. 2.3.2.4.	0102	2014 A 3		0102/020225			300,00																
2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.3. 2.3.2. 2.3.2.4.	0103	2014 A 4	OUTRAS ATIVIDADES (ESPAÇOS DA MAJORITY, MOVIMENTO MAIOR, BAILE, PROJETOS, ETC...)	0102/020225	OUTRA					2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	2.537,24		16.000,00		16.000,00					18.537,24	
2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.3. 2.3.2. 2.3.2.4.	0103	2014 A 4		0102/020121			2.000,00																
2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.3. 2.3.2. 2.3.2.4.	0103	2014 A 4		0102/020208			500,00																
2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.3. 2.3.2. 2.3.2.4.	0103	2014 A 4		0102/020220			11.000,00																
2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.3. 2.3.2. 2.3.2.4.	0103	2014 A 4		0102/020225			2.500,00																
2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.3. 2.3.2.5.	01	2009 A 2	REDE SOCIAL	0102/020225			1.000,00																
2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.2.0.0. 2.3. 2.3.2.5.	01	2009 A 2	ATENDIMENTO SOCIAL INTEGRADO/CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL	0102/020225	OUTRA		1.000,00			2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	19,80	19,80	1.000,00		1.000,00					1.019,80	

Identificação do Objeto : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAISTipo de Plano : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/ECONÔMICAConsiderar em «Total Previsto» o valor
do Financiamento Não Definido : S

Euros

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica	Forma de realização	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de Execução	Pagamentos					Total previsto					
					R G	R P	U E	EMPR	Início	Fim		PAGAM. ATÉ	PAGAM. PREVISTO	2021 (Financ. Definido)	2021 (Financ. N./ Def.)	2021 (TOTAL)		Períodos seguintes				
																		2022	2023	2024	2025	Outros
[1]	Código Ano Tipo Número	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	1-OUT-2020	DE OUT-DEB	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]=[13]+ ... [20]		
2.5.3.1.	01 2009 A 8		0102/020225			2.500,00																
2.5.3.1.	01 2014 A 14	OCUPAÇÃO DE TEMPOS LIVRES (PMOTL, VOCAÇÃO, ...)		OUTRA					2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	7.025,00		35.000,00								42.025,00
2.5.3.1.	01 2014 A 14		0102/020121			500,00																
2.5.3.1.	01 2014 A 14		0102/020208			2.500,00																
2.5.3.1.	01 2014 A 14		0102/020220			5.000,00																
2.5.3.1.	01 2014 A 14		0102/020225			2.000,00																
2.5.3.1.	01 2014 A 14		0102/040802			25.000,00																
2.5.3.1.	02 2014 A 15	OUTRAS AÇÕES		OUTRA					2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	2.041,60	250,00	13.000,00								15.291,60
2.5.3.1.	02 2014 A 15		0102/020115			3.000,00																
2.5.3.1.	02 2014 A 15		0102/020121			1.000,00																
2.5.3.1.	02 2014 A 15		0102/020208			1.000,00																
2.5.3.1.	02 2014 A 15		0102/020210			500,00																
2.5.3.1.	02 2014 A 15		0102/020212			500,00																
2.5.3.1.	02 2014 A 15		0102/020220			3.000,00																
2.5.3.1.	02 2014 A 15		0102/020225			1.000,00																
2.5.3.1.	02 2014 A 15		0102/040701			500,00																
2.5.3.1.	02 2014 A 15		0102/040802			2.500,00																
2.5.3.1.	01 2015 A 21	VERÃO JOVEM/MAROLAS		OUTRA					2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	7.240,59		50.000,00	45.000,00	95.000,00						102.240,59
2.5.3.1.	01 2015 A 21		0102/020115			500,00																
2.5.3.1.	01 2015 A 21		0102/020121			3.000,00																
2.5.3.1.	01 2015 A 21		0102/020208			10.000,00																
2.5.3.1.	01 2015 A 21		0102/020210			500,00																
2.5.3.1.	01 2015 A 21		0102/020220			25.000,00																
2.5.3.1.	01 2015 A 21		0102/020225			7.500,00																
2.5.3.1.	01 2015 A 21		0102/040701			1.000,00																
2.5.3.1.	01 2015 A 21		0102/040802			2.500,00																
2.5.3.1.	02 2015 A 22	PRÊMIO OMI PARA O MELHOR ALUNO DE TURISMO DA UNIVERSIDADE AVEIRO		OUTRA		2.500,00			2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL			2.500,00		2.500,00						2.500,00
2.5.3.1.	03 2015 A 23	PROGRAMA MUNICIPAL DE EMPREENDEDORISMO		OUTRA					2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	492,00		1.500,00		1.500,00						1.992,00
2.5.3.1.	03 2015 A 23		0102/020220			1.000,00																
2.5.3.1.	03 2015 A 23		0102/020225			250,00																
2.5.3.1.	03 2015 A 23		0102/080102			250,00																
2.5.3.1.	01 2020 A 9	FEIRA VOCACIONAL E DO EMPREGO				2.000,00			2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	233,70		2.000,00		2.000,00						2.233,70
2.5.3.1.	01 2021 A 2	OUTROS EVENTOS							2021/01/01	2021/12/31				4.000,00		4.000,00						4.000,00
2.5.3.1.	01 2021 A 2		0102/020121			500,00																
2.5.3.1.	01 2021 A 2		0102/020208			1.000,00																
2.5.3.1.	01 2021 A 2		0102/020220			2.500,00																
2.5.3.2.	01 2014	ATIVIDADES RELIGIOSAS				20.000,00								20.000,00	50.000,00	70.000,00						70.000,00
2.5.3.2.	01 2014	SERVIÇOS RELIGIOSOS				20.000,00								20.000,00	50.000,00	70.000,00						70.000,00
2.5.3.2.	0101 2014 A 13	EDIFÍCIOS RELIGIOSOS - COMPARTICIPAÇÃO P/ OBRAS E TERRENOS/OUTROS	0102/080701	OUTRA		20.000,00			2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL			20.000,00	50.000,00	70.000,00						70.000,00
3.		FUNÇÕES ECONÓMICAS				261.000,00						126.906,51	3.831,72	261.000,00	320.000,00	581.000,00						711.738,23
3.2.		INDÚSTRIA E ENERGIA				1.000,00								1.000,00		1.000,00						1.000,00
3.2.1.		ESTABELECEMENTOS INDUSTRIAIS				1.000,00								1.000,00		1.000,00						1.000,00
		LIGADOS AO ABASTECIMENTO																				
3.2.1.	01 2013	PROJETOS E AÇÕES				1.000,00								1.000,00		1.000,00						1.000,00
3.2.1.	0101 2013 A 1	ECOMAR/COMPARTICIPAÇÃO	0102/080701	OUTRA		1.000,00			2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL			1.000,00		1.000,00						1.000,00
3.3.		TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES				63.000,00								63.000,00	63.000,00	63.000,00						88.629,94
3.3.1.		TRANSPORTES RODOVIÁRIOS				63.000,00								63.000,00	63.000,00	63.000,00						88.629,94
3.3.1.3.		TRANSPORTES				63.000,00								63.000,00	63.000,00	63.000,00						88.629,94
3.3.1.3.	02 2002 A 85	PLANO MUNICIPAL DE MOBILIDADE	0102/020214	OUTRA		250,00			2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL			250,00		250,00						250,00
3.3.1.3.	01 2016 A 7	PROGRAMA "ILHAVO IN"	0102/020220	OUTRA		60.000,00			2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	21.968,52	3.661,42	60.000,00		60.000,00						85.629,94
3.3.1.3.	01 2017 A 3	OUTRAS INICIATIVAS		OUTRA					2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL			2.750,00		2.750,00						2.750,00

Identificação do Objeto : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Plano : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor
do Financiamento Não Definido : S

Euros

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica	Forma de realização	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de Execução	Pagamentos					Total previsto					
					R G	R P	U E	EMPR	Início	Fim		PAGAM. ATÉ	PAGAM. PREVISTO	2021 (Financ. Definido)	2021 (Financ. N./ Def.)	2021 (TOTAL)		Períodos seguintes				
																		2022	2023	2024	2025	Outros
[1]	Código Ano Tipo Número [2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	1-OUT-2020	DE OUT-DEE	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]=[13]+ ... [20]		
3.3.1.3.	01 2017 A 3		0102/020210			250,00																
3.3.1.3.	01 2017 A 3		0102/020220			2.500,00																
3.4.		COMÉRCIO E TURISMO				197.000,00						104.937,99	170,30	197.000,00	320.000,00	517.000,00					622.108,29	
3.4.2.		TURISMO				197.000,00						104.937,99	170,30	197.000,00	320.000,00	517.000,00					622.108,29	
3.4.2.	02 2002 A 65	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE REPRESENTAÇÃO	0102/020115	OUTRA					2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	3.199,11		6.000,00		6.000,00					9.199,11	
3.4.2.	02 2002 A 65		0102/020115			4.000,00																
3.4.2.	02 2002 A 65		0102/020119			2.000,00																
3.4.2.	03 2002 A 66	DIVULGAÇÃO, PROMOÇÃO E ANIMAÇÃO TURÍSTICA	0102/020121	OUTRA					2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	94.511,01	35,00	120.000,00	70.000,00	190.000,00					284.546,01	
3.4.2.	03 2002 A 66		0102/020208			30.000,00																
3.4.2.	03 2002 A 66		0102/020217			10.000,00																
3.4.2.	03 2002 A 66		0102/020220			70.000,00																
3.4.2.	03 2002 A 66		0102/020225			6.000,00																
3.4.2.	03 2002 A 66		0102/040802			2.000,00																
3.4.2.	04 2002 A 67	MAR AGOSTO / FESTAS DO MUNICÍPIO	0102/020121	OUTRA					2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	7.227,87	135,30	70.000,00	250.000,00	320.000,00					327.363,17	
3.4.2.	04 2002 A 67		0102/020208			30.000,00																
3.4.2.	04 2002 A 67		0102/020121			10.000,00																
3.4.2.	04 2002 A 67		0102/020208			10.000,00																
3.4.2.	04 2002 A 67		0102/020210			2.000,00																
3.4.2.	04 2002 A 67		0102/020212			500,00																
3.4.2.	04 2002 A 67		0102/020217			10.000,00																
3.4.2.	04 2002 A 67		0102/020220			20.000,00																
3.4.2.	04 2002 A 67		0102/020225			15.000,00																
3.4.2.	04 2002 A 67		0102/040802			1.500,00																
3.4.2.	08 2006	Apoio a Instituições	0102/020115			1.000,00															1.000,00	
3.4.2.	0802 2006 A 3	PONTAIS	0102/040701	OUTRA		1.000,00			2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL			1.000,00		1.000,00					1.000,00	
4.		OUTRAS FUNÇÕES				350.000,00						395.999,97		350.000,00	200.000,00	550.000,00					945.999,97	
4.2.		TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES				350.000,00						395.999,97		350.000,00	200.000,00	550.000,00					945.999,97	
4.2.1.		JUNTAS DE FREGUESIA				350.000,00						395.999,97		350.000,00	200.000,00	550.000,00					945.999,97	
4.2.1.1.		PROTÓCOLOS				350.000,00						395.999,97		350.000,00	200.000,00	550.000,00					945.999,97	
4.2.1.1.	01 2002	Protocolos	0102/020210			350.000,00						395.999,97		350.000,00	200.000,00	550.000,00					945.999,97	
4.2.1.1.	0101 2002 A 75	CAMARA MUNICIPAL DE ILHAVO/JUNTAS DE FREGUESIA	0102/08050102	OUTRA		350.000,00			2021/01/01	2021/12/31	NÃO APLICÁVEL	395.999,97		350.000,00	200.000,00	550.000,00					945.999,97	
Total :						7.625.235,00	413.165,00					4.281.723,99	324.016,33	8.038.400,00	1.520.000,00	9.558.400,00	4.945.000,00	3.573.500,00	2.855.000,00	2.450.000,00	10.550.000,00	38.537.640,32

O ORGÃO EXECUTIVO
Em ___ de _____ de ___

O ORGÃO DELIBERATIVO
Em ___ de _____ de ___

V. MAPA DE PESSOAL

MAPA DE PESSOAL

Este documento, tem como principal propósito facultar informação relevante, acerca do conteúdo, requisitos, competências e responsabilidades de cada função. Pretende também dar um contributo para a compreensão do funcionamento global da organização e da forma como as várias funções se relacionam. O mesmo será um instrumento facilitador de diferentes processos, na medida em que proporcionará a deteção de lacunas ou sobreposições de tarefas, identificar necessidades de formação, reorganizar processos de trabalho e apoiar nos processos de recrutamento e seleção, avaliação e desempenho e gestão de carreiras. De realçar que este não é um documento estanque, com alguns elementos dinâmicos, devendo ser ajustado sempre que necessário.

A atual proposta de mapa de pessoal para o ano de 2021 evidencia a continuação da política de gestão de recursos humanos, preconizada pelo Município de Ílhavo, tendo em consideração a alteração, concretizada em 2019, da estrutura orgânica interna da Câmara Municipal, onde foi levada a cabo uma reorganização de serviços em forma de reestruturação.

A Câmara Municipal de Ílhavo, como empregador público, em cada oportunidade orçamental, cinge-se no planeamento de atividades de natureza permanente ou temporária, considerando a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos definidos, as competências das unidades orgânicas e suas disponibilidades, preservando a possibilidade de inclusão de eventuais alterações a introduzir nas unidades orgânicas flexíveis.

Neste âmbito, os órgãos e serviços antevêm anualmente o respetivo mapa de pessoal, tendo em observação as atividades, a desenvolver durante a sua execução, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 28º e no artigo 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), na sua atual redação.

Desta forma, e de acordo com a lei sobredita, o mapa de pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizados em função:

- a) Da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar;
- b) Do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam;
- c) Dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular;
- d) Do perfil de competências transversais da respetiva carreira ou categoria, regulamentado por portaria do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública e complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho.

O suprarreferido mapa deve ser aprovado pela entidade competente pela aprovação da proposta de orçamento, a Assembleia Municipal, sendo afixado no órgão ou serviço e nos locais habituais.

Os recursos humanos são o principal motor do Município de Ílhavo, são o seu maior ativo; pelo que, a sua capacitação e valorização, bem como, a garantia de uma situação contratual estável são aspetos prioritários na gestão de pessoas. Os funcionários firmam-se como o recurso basilar para consolidação da estratégia e alcance dos objetivos reconhecidos nos desígnios do nosso concelho. Capazes de continuar a materializar os constantes crescimentos do nível de qualidade e da produtividade, aliada num espírito de equipa que a todos nós deve abranger.

Nos tempos atuais, e colhidos por uma pandemia global, continuamos, pois, aptos a melhorar as condições de trabalho, nomeadamente nas áreas da saúde, higiene e segurança em todos os locais de natureza autárquica, garantindo condições de referência, registando assim um apetrechamento de equipamentos de proteção individual bem como a aquisição de produtos de desinfeção e limpeza que mitiguem a propagação do vírus, designado por COVID-19. Ainda no que concerne à melhoria das condições de trabalho, tem-se vindo a verificar uma constante renovação do parque informático.

Mantemos a premissa de continuarmos, e se possível maximizar, a ter como característica particular da Câmara Municipal, o excelente rácio de gestão de pessoal, em efetivos e valor de despesa, quando confrontado com o investimento realizado, a despesa total, o número de eventos, atividades realizadas e o número de habitantes, entre outros fatores.

Interpretando o interesse estratégico dos recursos disponíveis, o presente mapa de pessoal assume implicitamente um padrão de gestão dos trabalhadores que não representa meramente a execução de tarefas administrativas, mas ajustado na realização de uma verdadeira gestão consolidada dos postos de trabalho e das competências dos trabalhadores, que, assente num modelo organizativo mais eficaz do exercício da atividade, propicie à organização cumprir com maior eficiência e eficácia e, ao mesmo tempo, valorizar os seus trabalhadores, impulsionando oportunidades para as motivações e desenvolvimento individual.

No encadeamento da política de gestão de recursos humanos que tem vindo a ser concretizada, de compromisso na função pública, enaltece-se o trabalho e os trabalhadores em funções públicas, uma vez que uma parte fundamental do êxito do concelho, nos mais distintos domínios, resulta da qualidade e compromisso dos funcionários afetos a este Município.

Na continuidade de anos passados, foram estabelecidas condições para uma gestão do pessoal mais profissional e próxima, em constante diálogo social junto dos trabalhadores.

Desenvolvemos, em cooperação com a estrutura dirigente, um conjunto de princípios direcionados para a maximização motivacional dos trabalhadores e o seu contributo para os propósitos organizacionais. A necessidade de mudança da tradicional gestão administrativa e burocrática de recursos, orientada para o curto prazo e na eficiência dos processos administrativos de gestão das

carreiras, remunerações e garantia formal de direitos e deveres, para uma gestão estratégica de recursos humanos, consolidada no longo prazo e que permita, através dos trabalhadores, capacidade organizativa na gestão facultando a mudança em consonância com a estratégia da organização.

A alteração, orientou a estratégia do desempenho dos trabalhadores, colocando em prática um modelo de gestão dos recursos humanos fundado na definição centralizada de prioridades, políticas e modelos de gestão, ou seja, expressado em ações específicas pelas diversas unidades orgânicas municipais.

Este vetor central do sistema de gestão do pessoal adota uma real mudança de modelo na gestão dos recursos humanos do Município, convergindo para a participação na viabilidade das expectativas pessoais e do modelo organizacional com a missão e os objetivos de cada serviço sem perder de vista a eficiência e a eficácia geral da iniciativa municipal.

Este executivo municipal, elege objetivos estratégicos, tais como o aperfeiçoamento de práticas de excelência; a gestão da capacitação organizacional, planeando políticas de recrutamento, desenvolvimento, retenção e sucessão.

Ajustar, sempre que se justifique, o mapa de pessoal do Município, através da abertura de procedimentos concursais tanto para suprir necessidades de recursos humanos nas áreas prioritárias, bem, como, face à média da idade dos trabalhadores do município e as previsíveis aposentações, asseverando o efetivo indispensável.

Assim, é vital capacitar os trabalhadores na produção de novos desafios, para que cada um interiorize o seu papel e tenha margem para a proatividade, bem como capacitar os dirigentes para este paradigma de funcionamento dos serviços que têm uma intervenção natural na gestão dos recursos disponíveis.

Neste sentido, o plano para o concelho revela as seguintes medidas que, entre outros, se destacam: criação de um ambiente de trabalho atrativo, positivo e motivador; valorização do trabalho e conseqüentemente dos trabalhadores, envolvendo-os no regular funcionamento dos serviços, reconhecendo os seus contributos, motivando e favorecendo a harmonização entre a vida profissional e a vida privada.

Neste contexto de funcionamento, com uma visão associada à exigência de assentimento de um modelo de gestão mais eficiente dos recursos humanos, premente pela necessidade de contenção da despesa, situação transversal ao território nacional, deve-se maximizar o projeto da renovação dos efetivos bem como perspetivar as renovadas competências exigidas aos trabalhadores, ponderando o desvio reconhecido entre as competências atuais, as necessidades vindouras nesta área e a fonte de talentos ao dispor dentro do modelo organizacional e fora deste.

Desta forma, a estratégia definida centra-se na gestão e capacitação para este modelo colaborativo, eficiente em termos qualitativos e quantitativos e dirigido para resultados.

Com um padrão de trabalho criativo e envolto na gestão colaborativa do concelho, a Câmara Municipal de Ílhavo afigura-se com um empregador de excelência.

O mapa de pessoal que agora se propõe caracteriza o número e o perfil dos recursos humanos indispensáveis para assegurar o rigoroso cumprimento das atividades do Município de Ílhavo propostas para este período de gestão, fundamentado nas condicionantes legais à gestão e à consciência social, vertida num misto de alternativas de valorização do efetivo municipal.

Neste cenário, o mapa de pessoal de 2021 assume-se, portanto, como um instrumento central na gestão dos recursos humanos, particularmente, nos processos de recrutamento e seleção, mobilidade, avaliação de desempenho e levantamento de necessidades dos serviços, designadamente na captação de recursos humanos especializados e formados em diversas áreas de interesse para o município, como forma de prossecução da missão e visão da autarquia, bem como pela apresentação dos postos de trabalho já criados e resultantes de necessidades oportunamente identificadas pelos serviços em áreas deficitárias e prementes para cumprimento dos objetivos do município.

É com este enquadramento que apresentamos o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Ílhavo para o ano de 2021, nos quadros subsequentes.

MAPA DE PESSOAL 2021 - RESUMO

CARGOS DIRIGENTES E CARREIRAS GERAIS	Ocupados				A Ocupar			
	Tempo Indetermina do	Tempo Determinado		Comissão de Serviço	Tempo Indetermina do	Tempo Determinado		Comissão de Serviço
		Termo certo	Termo Incerto			Termo certo	Termo Incerto	
Chefe de Divisão				6				3
Chefe de Núcleo								12
Técnico Superior ^{a)}	68				19			
Técnicos AEC		70				10		
Técnico de Informática ^{b)}	6							
Coordenador Técnico	1				1			
Fiscal Municipal	4							
Assistente Técnico	79				12			
Encarregado Operacional	1							
Assistente Operacional	93				12			
	252	70	0	6	44	10	0	15

PESSOAL NÃO DOCENTE	Ocupados				A Ocupar			
	Tempo Indetermina do	Tempo Determinado		Comissão de Serviço	Tempo Indetermina do	Tempo Determinado		Comissão de Serviço
		Termo certo	Termo Incerto			Termo certo	Termo Incerto	
Coordenador Técnico	3							
Assistente Técnico	24				1			
Encarregado Operacional	3							
Assistente Operacional	144	7	3		5	3	10	
	174	7	3	0	6	3	10	0

TOTAL DE POSTOS DE TRABALHO PREVISTOS	Ocupados				A Ocupar			
	Tempo Indetermina do	Tempo Determinado		Comissão de Serviço	Tempo Indetermina do	Tempo Determinado		Comissão de Serviço
		Termo certo	Termo Incerto			Termo certo	Termo Incerto	
	426	77	3	6	50	13	10	15
	512				88			

a) Inclui o lugar de origem dos 6 Chefes de Divisão em comissão de serviço.

b) Dotação global para a carreira de Técnico de Informática (carreira não revista).

Aos 426 postos de trabalho ocupados, acrescem 14 trabalhadores ao serviço da AdRA, em regime de cedência de interesse público.

MUNICÍPIO DE ÍLHAVO - MAPA DE PESSOAL 2021

Unidade Orgânica/ Centros de competência/ Área de Atividade	Chefe de Divisão	Chefe de Núcleo	Técnico Superior	Técnico AEC	Técnico Informática	Coordenad. Técnico	Fiscal Municipal	Assistente Técnico	Encarregado Operacional	Assistente Operacional	Área de Formação Académica e/ou Profissional	POSTOS DE TRABALHO			
												Existentes e Ocupados	A ocupar	Total	Vínculo
GAP Gabinete de Apoio à Presidência								1					1	1	CTTI
Totais GAP	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0		0	1	1	
GAAF Gab. Apoio Associações e Freguesias								1					1	1	CTTI
Totais GAAF	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0		0	1	1	
GPCGF Gabinete de Proteção Civil e Gestão Florestal			1								Eng. Florestal	1		1	CTTI
			1								Proteção Civil		1	1	CTTI
Totais GPCGF	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0		1	1	2	
GC Gabinete de Comunicação			1								Relações Públicas	1		1	CTTI
			1								Designer	1		1	CTTI
			1								Comunicação	1		1	CTTI
					1						Técnico de Informática de Grau 2 Nível 1	1		1	CTTI
Totais GC	0	0	3	0	1	0	0	0	0	0		4	0	4	
GAG Gabinete de Atendimento Geral								7			Administrativa	5	2	7	CTTI
								1			BAD	1		1	CTTI
										1	Telefonista	1		1	CTTI
Totais GAG	0	0	0	0	0	0	0	8	0	1		7	2	9	

Unidade Orgânica/ Centros de competência/ Área de Atividade	Chefe de Divisão	Chefe de Núcleo	Técnico Superior	Técnico AEC	Técnico Informática	Coordenad. Técnico	Fiscal Municipal	Assistente Técnico	Encarregado Operacional	Assistente Operacional	Área de Formação Académica e/ou Profissional	POSTOS DE TRABALHO			
												Existentes e Ocupados	A ocupar	Total	Vínculo
GIOCI Gab. de Inovação Organizacional e Controlo Interno			1								Administração/Gestão	1		1	CTTI
Totais GAG	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0		1	0	1	
GMATD Gabinete de Modernização Administrativa e Transformação Digital					1						Técnico de Informática de Grau 3 Nível 1	1		1	CTTI
					1						Técnico de Informática de Grau 2 Nível 2	1		1	CTTI
					1						Técnico de Informática de Grau 1 Nível 1	1		1	CTTI
Totais GMATD	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0		3	0	3	
GAJNEF Gabinete de Apoio Jurídico, Notariado e Execuções Fiscais			4								Direito	3	1	4	CTTI
								2			Administrativa	1	1	2	CTTI
Totais GMATD	0	0	4	0	0	0	0	2	0	0		4	2	6	
GVSA Gabi. Veterinária e Segurança Alimentar			1								Veterinário		1	1	CTTI
Totais GVSA	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0		0	1	1	
DAG Divisão de Administração Geral	1										Auditoria e Contabilidade	1		1	Comissão de Serviço
		1									Recursos Humanos		1	1	Comissão de Serviço
		1									Compras, Aproveitamento e Património		1	1	Comissão de Serviço
		1									Contabilidade e Finanças		1	1	Comissão de Serviço
				1							Economia	1		1	CTTI

Unidade Orgânica/ Centros de competência/ Área de Atividade	Chefe de Divisão	Chefe de Núcleo	Técnico Superior	Técnico AEC	Técnico Informática	Coordenad. Técnico	Fiscal Municipal	Assistente Técnico	Encarregado Operacional	Assistente Operacional	Área de Formação Académica e/ou Profissional	POSTOS DE TRABALHO			
												Existentes e Ocupados	A ocupar	Total	Vínculo
DAG Divisão de Administração Geral (cont.)			3								Auditoria e Contabilidade	3		3	CTTI
			1								Gestão	1		1	CTTI
			1								Administração Pública	1		1	CTTI
						2					Administrativa	1	1	2	CTTI
								21			Administrativa	19	2	21	CTTI
								1			Aferidor	1		1	CTTI
										1	Auxiliar de Serviços Gerais	1		1	CTTI
										4	Fiel de Armazéns	2	2	4	CTTI
Totais DAG	1	3	6	0	0	2	0	22	0	5		31	8	39	
DOIA Divisão de Obras, Investimentos e Ambiente	1											1		1	Comissão de Serviço
		1									Ambiente		1	1	CTTI
			2								Ambiente	2		2	CTTI
			4								Eng. Civil	2	2	4	CTTI
			1								Administração Pública	1		1	CTTI
			1								Arquiteto		1	1	CTTI

Unidade Orgânica/ Centros de competência/ Área de Atividade	Chefe de Divisão	Chefe de Núcleo	Técnico Superior	Técnico AEC	Técnico Informática	Coordenad. Técnico	Fiscal Municipal	Assistente Técnico	Encarregado Operacional	Assistente Operacional	Área de Formação Académica e/ou Profissional	POSTOS DE TRABALHO			
												Existentes e Ocupados	A ocupar	Total	Vínculo
DOIA Divisão de Obras, Investimentos e Ambiente (cont.)								1			Desenhador	1		1	CTTI
								1			Adj. Construção Civil	1		1	CTTI
								1			Administrativo		1	1	CTTI
										1	Condutor	1		1	CTTI
Totais DOIA	1	1	8	0	0	0	0	3	0	1		9	5	14	0
DOPGU Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana	1										Arquitetura	1		1	Comissão de Serviço
			4								Arquitetura	4		4	CTTI
			1								Eng. Civil	1		1	CTTI
			1								Administração Pública	1		1	CTTI
					1						Técnico de Informática de Grau 2 Nível 2	1		1	CTTI
							3				Fiscal Municipal	3		3	CTTI
									3		Administrativa	2	1	3	CTTI
										2	Auxiliar Administrativo	2		2	CTTI
Totais DOPGU	1	0	6	0	1	0	3	3	0	2		15	1	16	0
DPOM Divisão de Planeamento, Ordenamento e Mobilidade	1										Planeamento Reg. e Urbano	1		1	Comissão de Serviço
			1								Arquiteto		1	1	CTTI
			3								Planeamento Reg. e Urbano	3		3	CTTI
			1								SIG		1	1	CTTI

Unidade Orgânica/ Centros de competência/ Área de Atividade	Chefe de Divisão	Chefe de Núcleo	Técnico Superior	Técnico AEC	Técnico Informática	Coordenad. Técnico	Fiscal Municipal	Assistente Técnico	Encarregado Operacional	Assistente Operacional	Área de Formação Acadêmica e/ou Profissional	POSTOS DE TRABALHO			
												Existentes e Ocupados	A ocupar	Total	Vínculo
DPOM Divisão de Planejamento, Ordenamento e Mobilidade (cont.)								1			Topógrafo	1		1	CTTI
										1	Porta Miras		1	1	CTTI
										1	Auxiliar Administrativo	1		1	CTTI
Totais DPOM	1	0	5	0	0	0	0	1	0	2		6	3	9	0
DC Divisão de Cultura	1										Biblioteca e Documentação		1	1	Comissão de Serviço
		1									Museu Marítimo de Ílhavo		1	1	Comissão de Serviço
		1									23 Milhas e Produção Artística		1	1	Comissão de Serviço
		1									Biblioteca		1	1	Comissão de Serviço
		1									Eventos Municipais		1	1	Comissão de Serviço
				1							Museólogo		1	1	CTTI
				3							Conservador de Museus	3		3	CTTI
				2							Biblioteca e Documentação	1	1	2	CTTI
				2							Arquivo	2		2	CTTI
				3							História	3		3	CTTI
				2							Antropologia	2		2	CTTI
				1							Turismo e Património Cultural	1		1	CTTI
			3							Comunicação	3		3	CTTI	
			4							Produção Cultural	4		4	CTTI	

Unidade Orgânica/ Centros de competência/ Área de Atividade	Chefe de Divisão	Chefe de Núcleo	Técnico Superior	Técnico AEC	Técnico Informática	Coordenad. Técnico	Fiscal Municipal	Assistente Técnico	Encarregado Operacional	Assistente Operacional	Área de Formação Académica e/ou Profissional	POSTOS DE TRABALHO				
												Existentes e Ocupados	A ocupar	Total	Vínculo	
DC Divisão de Cultura (cont.)			2								Animação Socioeducativa	1	1	2	CTTI	
			1								Arqueologia	1		1	CTTI	
			1								Marketing		1	1	CTTI	
			1								Serviço Educativo/Tradução		1	1	CTTI	
			1								Administração Pública		1	1	CTTI	
									1			Assistente Conservador	1		1	CTTI
									12			Biblioteca e Documentação	12		12	CTTI
									2			Animador Sociocultural	2		2	CTTI
									1			Turismo	1		1	CTTI
									8			Administrativa	7	1	8	CTTI
											1	Eletricista	1		1	CTTI
											2	Auxiliar Administrativo	2		2	CTTI
										12	Auxiliar de Serviços Gerais	9	3	12	CTTI	
Totais DC	1	4	27	0	0	0	0	24	0	15		56	15	71		
DEJDVS Divisão de Educação, Juventude, Desporto e Vida Saudável	1										Educação		1	1	Comissão de Serviço	
		1									Desporto		1	1	Comissão de Serviço	
			4								Desporto/Educação Física	3	1	4	CTTI	
			1								Educação/Juventude		1	1	CTTI	

Unidade Orgânica/ Centros de competência/ Área de Atividade	Chefe de Divisão	Chefe de Núcleo	Técnico Superior	Técnico AEC	Técnico Informática	Coordenad. Técnico	Fiscal Municipal	Assistente Técnico	Encarregado Operacional	Assistente Operacional	Área de Formação Académica e/ou Profissional	POSTOS DE TRABALHO				
												Existentes e Ocupados	A ocupar	Total	Vínculo	
			1								Animação Socioeducativa		1	1	CTTI	
DEJDVS Divisão de Educação, Juventude, Desporto e Vida Saudável (cont.)				80							AEC	70	10	80	CCTD Tempo parcial	
			3								Educação	2	1	3	CTTI	
									3			Animador Sociocultural	3		3	CTTI
									6			Monitor Natação	6		6	CTTI
									9			Administrativa	9		9	CTTI
											2	Auxiliar Ação Educativa	2		2	CTTI
Totais DEJDVS	1	1	9	80	0	0	0	18	0	2	0	95	16	111		
DEJDVS/PND Divisão de Educação, Juventude, Desporto e Vida Saudável/ Pessoal não docente						3					PND Chefe de Secretaria	3		3	CTTI	
								25			PND Administrativa	24	1	25	CTTI	
									3		PND Encarregado Operacional	3		3	CTTI	
										149	PND Auxiliar de Ação Educativa	144	5	149	CTTI	
										10	PND Auxiliar de Ação Educativa	7	3	10	CTTD Termo certo	
										13	PND Auxiliar de Ação Educativa	3	10	13	CTTD Termo incerto	
Totais PND	0	0	0	0	0	3	0	25	3	172	0	184	19	203		
DDSS Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde	1										Serviço Social	1		1	Comissão de Serviço	
		1									Maioridade e Envelhecimento Ativo		1	1	Comissão de Serviço	
			4								Serviço Social	3	1	4	CTTI	

Unidade Orgânica/ Centros de competência/ Área de Atividade	Chefe de Divisão	Chefe de Núcleo	Técnico Superior	Técnico AEC	Técnico Informática	Coordenad. Técnico	Fiscal Municipal	Assistente Técnico	Encarregado Operacional	Assistente Operacional	Área de Formação Académica e/ou Profissional	POSTOS DE TRABALHO			
												Existentes e Ocupados	A ocupar	Total	Vínculo
			1								Sociologia	1		1	CTTI
DDSS Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde (cont.)			1								Psicologia	1		1	CTTI
			1								Gerontologia	1		1	CTTI
								1			Administrativa	1		1	CTTI
Totais DDSS	1	1	7	0	0	0	0	1	0	0		8	2	10	
DDTE Divisão de Desenvolvimento Territorial e Económico	1										Inovação e Políticas de Desenvolvimento		1	1	Comissão de Serviço
			1								Turismo	1		1	CTTI
								1			Turismo	1		1	CTTI
			1								Economia/Gestão	1		1	CTTI
Totais DDTE	1	0	2	0	0	0	0	1	0	0		3	1	4	
DGESU Divisão de Gestão de Equipamentos e Serviços Urbanos	1										Engenharia Civil	1		1	Comissão de Serviço
		1									Equipamentos, Sistemas e Transição Energética		1	1	CTTI
		1									Jardins, Espaços Públicos e Meio Ambiente		1	1	CTTI
				1							Engenheiro Civil	1		1	CTTI
				2							Engenharia Eletromecânica	2		2	CTTI
				1							Mecanotecnia	1		1	CTTI
				1							Biologia	1		1	CTTI
			1							Higiene e Segurança no Trabalho	1		1	CTTI	

Unidade Orgânica/ Centros de competência/ Área de Atividade	Chefe de Divisão	Chefe de Núcleo	Técnico Superior	Técnico AEC	Técnico Informática	Coordenad. Técnico	Fiscal Municipal	Assistente Técnico	Encarregado Operacional	Assistente Operacional	Área de Formação Académica e/ou Profissional	POSTOS DE TRABALHO				
												Existentes e Ocupados	A ocupar	Total	Vínculo	
					1						Técnico de Informática de Grau 2 Nível 1	1		1	CTTI	
DGESU Divisão de Gestão de Equipamentos e Serviços Urbanos (cont.)								1			Desenhador	1		1	CTTI	
							1				Fiscal Municipal	1		1	CTTI	
									5			Manutenção	3	2	5	CTTI
										1		Encarregado SHL	1		1	CTTI
											25	Auxiliar Serviços Gerais	19	6	25	CTTI
											1	Calceteiro	1		1	CTTI
											6	Cantoneiro de Limpeza	6		6	CTTI
											3	Cantoneiro de Vias	3		3	CTTI
											1	Condutor de Cilindros	1		1	CTTI
											4	Condutor de CMPVE	4		4	CTTI
											2	Coveiros	2		2	CTTI
											2	Motorista de Transportes Coletivos	2		2	CTTI
											6	Pedreiro	6		6	CTTI
											1	Carpinteiro	1		1	CTTI
											1	Lubrificador	1		1	CTTI
										1	Mecânico	1		1	CTTI	
										2	Serralheiros	2		2	CTTI	

Unidade Orgânica/ Centros de competência/ Área de Atividade	Chefe de Divisão	Chefe de Núcleo	Técnico Superior	Técnico AEC	Técnico Informática	Coordenad. Técnico	Fiscal Municipal	Assistente Técnico	Encarregado Operacional	Assistente Operacional	Área de Formação Académica e/ou Profissional	POSTOS DE TRABALHO			
												Existentes e Ocupados	A ocupar	Total	Vínculo
										2	Canalizador	2		2	CTTI
DGESU Divisão de Gestão de Equipamentos e Serviços Urbanos (cont.)										15	Jardineiros	15		15	CTTI
										1	Tratador/ Apanhador de Animais	1		1	CTTI
										1	Fiel de Mercados	1		1	CTTI
										1	Manutenção	1		1	CTTI
										1	Eletricista	1		1	CTTI
										1	Fogueiro	1		1	CTTI
Totais DGESU	1	2	6	0	1	0	1	6	1	77		85	10	95	

POSTOS DE TRABALHO PREVISTOS POR CATEGORIAS	Chefe Divisão	Chefe de Núcleo	Técnico Superior	Técnico AEC	Informático	Coord. Técnico	Fiscal Municipal	Assistente Técnico	Encarregado Operacional	Assistente Operacional	TOTAL DE POSTOS DE TRABALHO	Ocupados	A ocupar	TOTAL
	9	12	87	80	6	5	4	116	4	277		512	88	600

Eleitos Locais: 4

GAP: 4

CTTI: Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado

CTTD: Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Determinado (certo ou incerto)